

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**POBREZA E VULNERABILIDADE DE AGRICULTORES
FAMILIARES DE SANTO CRISTO/RS: UMA ANÁLISE DA
SECA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES**

Ana Monteiro Costa

Porto Alegre
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**POBREZA E VULNERABILIDADE DE AGRICULTORES FAMILIARES DE
SANTO CRISTO/RS: UMA ANÁLISE DA SECA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS
CAPACITAÇÕES**

**Ana Monteiro Costa
Orientador Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural

Série PGDR – Dissertação n°
Porto Alegre
2006

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

C837p Costa, Ana Monteiro
Pobreza e vulnerabilidade de agricultores familiares de Santo Cristo/RS :
uma análise da seca a partir da abordagem das capacitações / Ana Monteiro
Costa. – Porto Alegre, 2006.
145 f. : il.

Orientador: Paulo Dabdab Waquil.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2006.

1. Desenvolvimento rural. 2. Desenvolvimento sustentável.
3. Pobreza rural : Rio Grande do Sul. 4. Santo Cristo (RS)
5. Seca. I. Waquil, Paulo Dabdab. II. Universidade Federal do Rio Grande do
Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 330.564
631.1

POBREZA E VULNERABILIDADE DE AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTO CRISTO/RS: UMA ANÁLISE DA SECA A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES

Ana Monteiro Costa

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 19 de janeiro de 2006.

Prof. Dr. Flávio Vasconcellos Comim
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Renata Menasche
UERGS

Prof. Dr. Sérgio Schneider
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Dabdad Waquil – Orientador
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Sou muito grata a todos os professores da PUCRS. Aos professores do PGDR-UFRGS, por todos os ensinamentos, principalmente ao professor Egon, por suas leituras, conselhos, incentivos e pelo abraço que muitas vezes me deu forças para continuar. Ao professor Comim, pela sua generosidade e prazer em ensinar. Ao professor Waquil, por ser o orientador deste trabalho.

À querida Eliane, por dedicar tanto tempo e atenção na tentativa de minimizar ao máximo os nossos estresses. O mundo seria muito melhor se existissem mais pessoas como você.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

À Renata e ao Régis, pelo apoio e disponibilidade em ajudar. A minha pesquisa de campo aconteceu graças à ajuda de vocês. À Genoveva e a sua família, pela ajuda, carinho e aventuras em Santo Cristo.

Aos funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo, por toda a ajuda e receptividade que me concederam. Aos agricultores familiares de Santo Cristo que me atenderam e me ajudaram neste trabalho.

Aos meus colegas e amigos Daniela, Ely, Karen e Luciana, por terem me ajudado academicamente e, principalmente, pela amizade e carinho que tiveram por mim. Com certeza, mais importante do que este trabalho foi o fato de ter conquistado amigos como vocês.

Aos amigos Lizi, Lisi Bilo, Carolina, Maúrer, Mari e Bruninha, por todo o incentivo e paciência que tiveram com as minhas ausências. As minhas colegas e amigas amadas Marlova e Adrianita, por todo carinho e dedicação.

A minha afilhada Sofia que é, sem dúvida, o maior presente que eu poderia ganhar durante essa jornada.

A minha mãe e a Dona Loris, por todo o incentivo, carinho, amor e rezas que me dedicaram. Desculpe preocupar tanto vocês.

Ao meu melhor amigo e namorado Leonardo. Por tantas coisas... Paciência, incentivo, ajuda, carinho e amor. Principalmente, por acreditar que eu conseguiria, quando nem eu acreditava. Tu és o presente de Deus na minha vida.

Aos santinhos da minha vida, Fred, Guga, Brown, Romário e Angus, por me fazerem sorrir quando estava triste. A Baleia, por ter sido uma amiga querida.

Por fim, gostaria de agradecer e dedicar este trabalho àquele que estava durante todo tempo ao meu lado. Àquele que me consolava nos momentos de desespero e lambia minhas lágrimas sentindo a dor que eu sentia. Ao meu filho, amigo... Ao meu anjo de quatro patas, por todo o amor incondicional que tem por mim. Zakk, muito obrigada por me apoiar e fazer parte da minha vida.

RESUMO

A noção de desenvolvimento rural aqui apresentada tem como fundamento a Abordagem das Capacitações, proposta por Amartya Sen. O desenvolvimento é ético e multidimensional, e envolve a necessidade de se enfrentar a pobreza e a vulnerabilidade. A pobreza é tida como a falta de liberdade para as pessoas levarem a vida que julgam ser a melhor. A vulnerabilidade é uma situação sócio-econômica na qual a pessoa está piorando a sua situação de bem-estar e tende a acentuar isto mediante um fator exógeno. A pobreza e a vulnerabilidade estão próximas, mas não são a mesma coisa: a vulnerabilidade está no limiar da pobreza, assim a pessoa que está mais vulnerável tende a ficar pobre, ou se já é, pode ter sua pobreza intensificada. Como fator exógeno que tende a aumentar a vulnerabilidade e a pobreza foi estudado o caso da seca no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, mais propriamente no município de Santo Cristo. A seca é um fenômeno sócio-econômico que começa em uma situação prévia de vulnerabilidade, já vivida pelas pessoas, e que tende a acentuar a pobreza e a vulnerabilidade com a estiagem e suas decorrentes conseqüências. Para dar conta da multidimensionalidade e complexidade desses fatores, sua análise foi feita a partir da Abordagem das Capacitações, que vai contra a abordagem econômica tradicional e resgata a diferença entre meios e fins. Foram aplicados, *in loco*, questionários com agricultores familiares do município, elaborados a partir das referências bibliográficas. Tem-se que, em razão da degradação ambiental, a seca afeta os intitulentos e os funcionamentos das pessoas. Assim, a seca não é um fenômeno ambiental isolado e sim um fenômeno sócio-econômico, que envolve a vulnerabilidade e a pobreza como fatores desencadeadores. Propõe-se, então, que a análise de desenvolvimento rural considere a vulnerabilidade a pobreza da região como premissa para obter desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural, pobreza, vulnerabilidade, seca, Abordagem das Capacitações.

ABSTRACT

In this research, the notion of rural development is founded in the Capability Approach, suggested by Amartya Sen. The development is ethics and multidimensional, and involves the necessity of facing poverty and vulnerability. The poverty is considered the absence of freedom to the people follow the best way of life they consider. The vulnerability is a socio-economic circumstance in that the person is having his welfare situation each time worse and tends to make that more evident from an exogenous element. The poverty and vulnerability are complementary ideas; however, they are not the same thing: vulnerability is a condition to the poverty. In the other words, if a person, or a family, is more vulnerable to the exogenous events, he tends to get poorer. Or, if he is already poor, can get still poorer. In this dissertation, it was studied the case of drought occurred in the North Western of Rio Grande do Sul State, more specifically in Santo Cristo city, as the exogenous element that tends to make increase vulnerability and poverty. The drought is a socio-economic phenomenon. It starts in a previous vulnerability situation, that people have already lived, and that tends to make vulnerability and poverty that more emphasized, from dryness and its consequence. To analyze the multidimensionality and the complexity of these factors, the analysis was made from Capability Approach that contests the traditional economic approach and recovers the difference between means and ends. To make this research it was applied, *in loco*, questionnaires to family farmers placed in the mentioned county. The questions were structured having as base bibliographic references used in the dissertation. It was seen that the drought affects people's entitlements and the functionings, because of environment degradation. So, the drought is not an isolated environmental phenomenon, but a socio-economic phenomenon, that evolves vulnerability and poverty as resultant factors. Then, the suggestion is that rural development analysis considers the regional vulnerability and poverty as premise to obtain development.

Key words: rural development, poverty, vulnerability, drought, Capability Approach.

LISTAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A evolução dos paradigmas da pobreza e dos desastres naturais.....	57
--	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do município de Santo Cristo no Rio Grande do Sul.....	62
Mapa 2: Limites e localidades de Santo Cristo.....	64
Mapa 3: Hidrografia do município de Santo Cristo.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População por situação de domicílio, 1991 e 2000.....	63
Quadro 2: Evolução das variáveis que compõem o IDH-M, 1991 e 2000.....	64
Quadro 3: Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, 1991 e 2000.....	65
Quadro 4: Grupos de funcionamentos compostos por intitamentos, variáveis intermediárias e funcionamentos.....	80
Quadro 5: Percepção de vulnerabilidade e seca.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Necessidade de transporte para atendimento médico, percepção de saúde boa, realização de conhecimento e de participação política.....	88
Tabela 2: Realização de conhecimento a partir do nível de escolaridade.....	89
Tabela 3: Realização de participação política a partir do nível de escolaridade	89
Tabela 4: Percepção de saúde, considerando distância da residência ao posto de saúde e a necessidade de transporte para atendimento médico.....	91
Tabela 5 – Terra boa para cultivo e práticas de conservação do solo.....	93
Tabela 6 – A relação entre a manutenção de práticas de conservação do solo e o acesso a terras de boa qualidade para a agricultura.....	94
Tabela 7 – Variáveis referentes ao acesso e a qualidade da água em períodos de seca: ter água encanada, ter água para os animais, necessidade de coleta, ter água para consumo familiar e qualidade satisfatória da água consumida....	95
Tabela 8 – Consumo familiar de água na época da seca, considerando o acesso à água encanada, a necessidade de coleta de água para consumo familiar e de animais e o acesso à água para os animais em épocas de seca.....	96
Tabela 9 – Qualidade da água para consumo familiar na época da seca, considerando o acesso à água encanada, a necessidade de coleta de água para consumo familiar e de animais e o acesso à água para os animais em épocas de seca	96
Tabela 10 – Acesso ao financiamento e ao seguro agrícola e necessidade de garantia de financiamento através da propriedade.....	98

Tabela 11 – Acesso ao financiamento e ao seguro agrícola, mediante garantia de financiamento através da propriedade.....	98
Tabela 12 – Necessidade de comprar alimentos e manutenção de produtos industrializados para uso pessoal em anos de seca, por extrato de renda média anual, considerando períodos de não-seca.....	100
Tabela 13 – Variáveis de ajuda recebidas ou não por várias esferas (prefeitura, governos federal e estadual, Emater, Sindicato, Igreja e vizinhos), vontade de permanecer no campo e melhoria da qualidade de vida mesmo com períodos de seca.....	101
Tabela 14 – Desejo de permanecer no campo, considerando a percepção de ajudas recebidas na época da seca.....	102
Tabela 15 – Melhoria de vida, considerando a percepção de ajudas recebidas na época da seca.....	103
Tabela 16 – Acesso e qualidade da água em períodos de seca, defesa da seca em relação ao tamanho da propriedade, alimentação durante a seca, necessidade de comprar alimentos e consumo de bens não-agrícolas durante a seca.....	104
Tabela 17 – A percepção sobre a alimentação no período de seca, considerando as relações sobre acesso e qualidade da água em períodos de seca e tamanho da propriedade suficiente para as atividades agrícolas da família.....	105
Tabela 18 – Necessidade de compra de alimentos na época da seca, relacionada ao acesso e qualidade da água em períodos de seca e o tamanho da propriedade suficiente para as atividades agrícolas da família.....	106
Tabela 19 – Variáveis de diversificação econômico-produtivas: membros da família trabalhando fora da UPA, exercendo atividades não-agrícolas, produção de animais para abate e de leite para venda, prática de atividades de beneficiamento e existência de renda não-agrícola.....	107
Tabela 20 – Percepção de seca, por média de anos, durante a última década, e a prática de atividades de diversificação econômico-produtiva: membros da família trabalhando fora da UPA, exercendo atividades não-agrícolas, produção de animais para abate e de leite para venda, prática de atividades de beneficiamento e existência de renda não-agrícola.....	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Realização de serviços públicos: educação e saúde.....	92
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DESENVOLVIMENTO	16
2.1 DESENVOLVIMENTO ÉTICO E MULTIDIMENSIONAL.....	17
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	17
2.3 A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES DE AMARTYA SEN.....	23
2.4 DESENVOLVIMENTO RURAL (SUSTENTÁVEL).....	36
3 POBREZA E VULNERABILIDADE: as especificidades do espaço rural	41
3.1 POBREZA: uma abordagem seniana.....	41
3.1.2 Pobreza rural	44
3.2 RELAÇÕES ENTRE POBREZA RURAL E MEIO AMBIENTE.....	46
3.3 VULNERABILIDADE.....	51
3.4 AS RELAÇÕES ENTRE POBREZA E VULNERABILIDADE.....	56
4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO	60
4.1 A COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	60
4.2 O MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO.....	62
4.2.1 Hidrografia e Relevo	65
4.2.2 Clima	67
4.2.3 Vegetação	67
4.3 AS ENTIDADES DO MUNICÍPIO.....	67
4.5 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO DE SANTA ROSA: o processo que modificou o perfil socioeconômico e cultural do município.....	69
4.6 A SECA.....	71
4.7 A SECA EM SANTO CRISTO.....	73
4.7.1 Mecanismos de defesa financeira disponíveis para os agricultores familiares por esferas de governo	74

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	77
5.1 TIPOS DE PESQUISA.....	77
5.2 ELEMENTOS ANALÍTICOS (OU VARIÁVEIS).....	78
5.3 ESCOLHA DAS VARIÁVEIS.....	81
5.3.1 Serviços públicos (funcionamento)	82
5.3.2 Cuidados ambientais (funcionamento)	83
5.3.3 Acesso e qualidade da água em períodos de seca (funcionamento)	84
5.3.4 Aspectos econômicos (funcionamento)	84
5.3.5 Segurança protetora (funcionamento)	86
6 SECA EM SANTO CRISTO: análise das conseqüências sobre a vida de agricultores familiares do município	88
6.1 SERVIÇOS PÚBLICOS: realização de conhecimento, participação política e percepção de saúde boa.....	88
6.2 CUIDADOS AMBIENTAIS.....	93
6.3 ACESSO E QUALIDADE DA ÁGUA EM PERÍODOS DE SECA.....	95
6.4 ASPECTOS ECONÔMICOS.....	97
6.5 SEGURANÇA PROTETORA.....	101
6.6 PERCEPÇÃO DE VULNERABILIDADE.....	104
6.7 PERCEPÇÃO DE SECA.....	106
7 CONCLUSÃO	110
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE – Questionário.....	121
ANEXO A – Laudo de perdas do município de Santo Cristo.....	128
ANEXO B – Notícias.....	129

1 INTRODUÇÃO

No final da década de 1960 começaram a surgir análises do impacto de danos ambientais derivados do crescimento econômico e foram divulgados os primeiros modelos de equilíbrio geral, considerando explicitamente as inter-relações entre a economia (atividade econômica) e o meio ambiente. Essa preocupação se acentuou devido à poluição dos países desenvolvidos, da conseqüente conscientização da sociedade para a seriedade desse problema e se tornou mais latente com a crise do petróleo na década de 1970, com a elevação do preço desse produto, remetendo à idéia de escassez, desenvolvida pioneiramente na Teoria dos Rendimentos Decrescentes de Ricardo. Os debates sobre a eficácia do então modelo de desenvolvimento emergiram quando o conteúdo do debate ambientalista englobava duas questões centrais: a pressão sobre os recursos naturais, causadas pelo crescimento demográfico e o aumento da poluição e problemas causados pela produção industrial e agrícola (COSTA, 2003).

A ameaça de um colapso do desenvolvimento com objetivo de fomentar unicamente o crescimento econômico despertou a necessidade de ser harmonizar as relações com o meio ambiente e amenizar as diferenças sociais. Disso, surgiram as propostas de desenvolvimento sustentável que, apesar de suas diversidades quanto a contextualização, de forma geral, primam pela igualdade social, eliminação da pobreza, respeito ao meio ambiente e as gerações futuras. Conforme Waquil, Gianluppi e Mattos (2004), estabelecer um conceito formado e único para sustentabilidade acaba confrontando no próprio conceito de desenvolvimento. Os autores consideram que desenvolvimento abrange a adaptação dos recursos disponíveis aos objetivos finais, portanto o consenso na definição conceitual de sustentável não pode ser ideal.

A noção de crescimento econômico como desenvolvimento, também marcou o espaço rural, deixando marcas de desigualdade e exclusão. Além do problema de concentração de terras, oriundo da proposta de ocupação do território brasileiro, a existência de políticas agrícolas que assistiam determinados produtos geralmente cultivados por grandes produtores agravou a situação dos produtores familiares. Então, as propostas de desenvolvimento agrícola, que consideravam “desenvolver” aumentar a produção, não acabaram com problemas como a vulnerabilidade, pobreza e a degradação ambiental, pelo contrário, houve

piora nesses fatores.

Em razão disso, demanda-se outro modelo de desenvolvimento, que tenha como objetivo melhorar a qualidade de vida da população que vive no espaço rural. Segundo Sen, considerar apenas indicadores econômicos para julgar desenvolvimento é limitado por não reconhecer que o crescimento econômico pode ser um meio, mas não um fim para se estabelecer desenvolvimento (SEN, 2000).

Aqui, pretende-se trabalhar com esta noção de desenvolvimento rural sustentável, uma vez que o conceito de desenvolvimento aplicado na proposta de trabalho refere-se à melhoria da qualidade de vida, através da expansão das capacitações, vinculada à qualidade ambiental e à justiça social. O conceito de desenvolvimento rural sustentável, conforme Navarro (2001) surge nos anos 1980, com a junção dos conceitos de desenvolvimento rural e desenvolvimento sustentável.

Como o aumento de renda não garante a melhoria de aspectos sociais e ambientais, a análise exclusiva monetária também não é capaz de dimensionar a pobreza, considerando sua multiplicidade de manifestações, contextos e causas. O mesmo acontece com a vulnerabilidade que não pode apenas ser olhada como uma consequência de fenômenos ambientais, mas sim de contextos sociais e econômicos. Para tanto, é necessário fazer uso de uma abordagem multidimensional, não-linear, que considere as particularidades e as heterogeneidades locais. Além disso, modelos de desenvolvimento devem se propor a melhorar condições que a população julga necessárias. Deveriam ser propostas elaboradas “de baixo para cima” e não de forma impositiva e generalizada como se apresentam de maneira mais comum. Dito isto, as propostas de desenvolvimento devem primar pela vontade das pessoas.

A abordagem do desenvolvimento através da liberdade, obtida pela expansão das capacitações, tem implicações no processo de desenvolvimento realmente igualitário e no respeito à vontade das pessoas. As capacitações são aquilo que as pessoas são capazes de fazer e ser, ou seja, suas liberdades para apreciar valores de ser [*beings*] e de fazer [*doings*]. Os intitulamentos são aquilo que podem ser transformados em funcionamentos, têm a ver com segurança social. São os meios para os fins.

Amartya Sen (2000), formulador desta proposta, afirma que ao se concentrar nas liberdades para avaliar o desenvolvimento não está sugerindo que exista algum critério de desenvolvimento único e preciso segundo o qual as diferentes experiências de

desenvolvimento sempre podem ser comparadas e classificadas. É necessário considerar o que as pessoas da região consideram importante para uma vida boa, para, então, expandir as liberdades de capacitação desses fatores. Sen (2000) vê o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nessa abordagem, a expansão da liberdade é considerada um fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento.

Através do conceito de funcionamento é possível perceber a multiplicidade de fatores que podem ser considerados eticamente valiosos. Os funcionamentos são os elementos constitutivos do bem-estar das pessoas. Abordagens que prevêem pacotes de bens ou faixas de renda e de consumo analisam os seres humanos de forma homogênea, o que contradiz a realidade. A percepção através das liberdades permite que as decisões públicas possam ser tomadas a partir das necessidades e desejos reais.

Ao propor uma política de desenvolvimento, na visão de Sen (2000), é necessário conhecer se a pessoa valoriza sua vida e as opções que tem. Analisar se esta pessoa age de tal maneira porque julga melhor ou se não tem acessos ou capacitações para agir de outra forma. Ainda, é necessário saber se ela valoriza as opções que não pode ter, ou, ainda, se desconhece as opções disponíveis a outras pessoas. O princípio do desenvolvimento humano está em avaliar a vida que as pessoas são obrigadas a levar e aquela que gostariam de exercer mediante reformas sociais. Portanto, Sen (2000) defende a ampliação das liberdades de escolha dos seres humanos, sendo este o maior desafio para o desenvolvimento.

Grande parte das propostas atuais de desenvolvimento rural tem por objetivo maior a redução da pobreza nesse espaço. No entanto, na maioria das vezes a pobreza é tratada de maneira unidimensional, o que leva a mecanismos de intervenção insuficientes, que em muitos casos não atingem a meta original. Aqui, considera-se pobre aquela pessoa que possui privações para levar a vida a qual valoriza. Conforme United Kingdom. Department for International Development – DFID et al. (2002), as percepções de bem-estar das pessoas pobres estão fortemente vinculadas ao meio ambiente no que concerne sua subsistência, saúde, vulnerabilidade e o poder de controlar suas próprias vidas. Em muitos casos, o fato de não ter acesso, ou desse acesso ser insatisfatório, aos elementos naturais pode tornar uma pessoa pobre, independente da renda. Por isso, a necessidade de vincular o processo de empobrecimento com fenômenos naturais como a seca.

Já, a New Challenges for Welfare State Research (NCWSR) (2003) aponta que a vulnerabilidade deve ser “trabalhada” quando esta implica em perda de bem-estar das pessoas.

Diz que a vulnerabilidade a desastres naturais é uma forma específica de vulnerabilidade, que nem sempre a vulnerabilidade está ligada aos impedimentos econômicos, mas também a esta esfera e a outras tantas. Propõe que sejam aproveitados todos os trabalhos, elaborando uma abordagem sobre vulnerabilidade constituída por um “mix” de contribuições.

A vulnerabilidade caracteriza-se por apresentar uma dinâmica temporal razão pela qual é difícil conceituar e avaliá-la. É necessário ter um acompanhamento dos dados ao longo dos anos e saber dos indivíduos se eles percebem uma piora na sua qualidade de vida. The World Bank (2000) diz que é um desafio encontrar um indicador de vulnerabilidade que aponte previamente situações de risco das famílias.

Tanto a vulnerabilidade quanto a pobreza são complexas e multidimensionais. Por isso, é necessário que se considere essas particularidades dinâmicas na formulação de propostas. As pessoas relacionam-se com o meio ambiente não somente através da provisão de alimentos ou insumos, mas têm com este uma relação de existência, de tradição, cultural e de garantia de bem-estar. Assim os fenômenos ambientais, como a seca, tendem a afetar várias dimensões da vida das famílias produtoras rurais.

Assim, políticas de combate à pobreza deveriam considerar qual a relação que as pessoas têm com o meio ambiente, buscando fortalecer seus acessos ambientais, já que isto amplia suas qualidades de vida. Ainda, deveriam considerar que estas relações são dinâmicas e devem ser estudadas localmente.

A partir dessas necessidades evidenciadas, é preciso desenvolver estudos empíricos, que venham a relacionar os elementos que constituem o ambiente real e que possibilitem examinar estruturas de desenvolvimento regional. Para tanto, pretende-se entender a realidade de trinta agricultores de Santo Cristo, município localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Este município está em uma região caracterizada por pobreza rural, pequena propriedade, mão-de-obra familiar e produção diversificada. Além disso, o município convive historicamente com períodos de seca, aumentando a vulnerabilidade dos agricultores ao longo dos anos.

Tendo exposto isto, o trabalho proposto buscará responder ao seguinte problema:

Em que medida a seca aumenta a vulnerabilidade e a pobreza de agricultores familiares, restringindo a expansão de seus intitamentos e funcionamentos, respectivamente, no município de Santo Cristo/RS?

A presente proposta de trabalho pretende fornecer informações que aumentem o potencial de realização para projetos de desenvolvimento rural (sustentável), cumprindo os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

Verificar como fenômenos ambientais, como a seca, afetam a vulnerabilidade e a pobreza dos agricultores familiares.

Objetivos específicos:

Verificar se a seca afeta os intitamentos e funcionamentos das pessoas;

Verificar se os intitamentos e os funcionamentos se relacionam, analisando se as pessoas conseguem converter seus intitamentos em funcionamentos;

Verificar se a vulnerabilidade é intensificada pela diminuição dos intitamentos, ou seja, quanto menos intitamentos as famílias têm acesso mais vulneráveis elas são.

As hipóteses que se estabelecem são as seguintes:

Os agricultores familiares são fortemente dependentes dos elementos naturais e mais vulneráveis diante destes. Assim, fenômenos ambientais, seguidos da falta de políticas que protejam os pobres rurais, contribuem para a acentuação da pobreza e conseqüente atraso no desenvolvimento;

Os intitamentos e funcionamentos são afetados pela seca;

Os intitamentos e os funcionamentos se relacionam.

Grande parte da bibliografia internacional apresenta estudos nos quais constata-se que muitas pessoas se consideram pobres por estarem em áreas frágeis ambientalmente, por não terem acesso à água, ou ainda por estarem em condição de vulnerabilidade frente a fenômenos

naturais. No entanto, no Brasil há carência de estudos que abordem tanto a pobreza de forma multidimensional, quanto estudos que analisem a vulnerabilidade das pessoas frente a fenômenos ambientais, principalmente aqueles que vivem no espaço rural.

Assim, a elaboração do trabalho proposto se justifica por analisar relações que estão no cerne dos modelos de desenvolvimento rural sustentável: pobreza, vulnerabilidade e meio ambiente. À medida que o desenvolvimento tem por fim a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a sustentabilidade abranja a manutenção, conservação e uso racional dos elementos naturais, estudos que pretendam analisar as relações entre pobreza, vulnerabilidade e meio ambiente são importantes para formuladores de políticas públicas.

Além disso, a realização deste trabalho é um esforço acadêmico para a análise da pobreza fora da esfera econômica. Estudos que não seguem análises tradicionais podem sofrer maiores dificuldades para a elaboração, no entanto, cabe ao meio acadêmico trazer propostas que tentem avançar nesta discussão.

2 DESENVOLVIMENTO

Este trabalho objetiva relacionar a vulnerabilidade e pobreza dos pequenos produtores rurais de Santo Cristo, no que concerne principalmente à seca. No entanto, este objetivo faz parte de algo maior, que é uma proposta de desenvolvimento rural sustentável para a região, que se pretende discutir a partir da análise de dados feita no sexto capítulo.

A reflexão sobre desenvolvimento começou nos anos 1940, diante da necessidade da preparação dos anteprojetos para a reconstrução da periferia devastada da Europa no pós-guerra. Assim, o trabalho da primeira geração dos economistas do desenvolvimento foi inspirado na cultura econômica dominante na época, que pregava a prioridade do pleno emprego, a importância do Estado de Bem-Estar, a necessidade de planejamento e a intervenção do Estado nos assuntos econômicos para corrigir a miopia e a insensibilidade social dos mercados (SACHS, 2004).

Conforme Sachs (2004), dois avanços conceituais devem ser enfatizados dentro da teoria do desenvolvimento desde o seu começo: a conceituação de desenvolvimento sustentável e a reconceituação de desenvolvimento, redefinindo-o em termos da universalização e do exercício efetivo de todos os direitos humanos. Este segundo marco, ainda referenciando Sachs (2004), está fortemente vinculado aos trabalhos de Amartya Sen.

O presente capítulo tem por objetivo discutir a necessidade da qualificação desse desenvolvimento, que neste caso busca ser ético e multidimensional. A partir dessa qualificação, buscar-se-á abordar o desenvolvimento sustentável, que na visão da presente autora comporta a anterior qualificação. A abordagem que dará conta da sustentação teórica do trabalho é a Abordagem das Capacitações de Amartya Sen.

Sen (2000) diz que o desenvolvimento pode-se estender desde a liberdade dos seres individualmente, até chegar ao bem estar coletivo. Com base nesses aportes, faz-ser-á uma breve discussão sobre o desenvolvimento rural sustentável, que, na proposta do deste trabalho, busca englobar as discussões anteriores considerando as particularidades do espaço rural.

2.1 DESENVOLVIMENTO ÉTICO E MULTIDIMENSIONAL

O processo de desenvolvimento abrange uma complexidade de relações e sua análise não pode ser restrita a uma única dimensão (WAQUIL; GIANLUPPI; MATTOS 2004). O processo de desenvolvimento tende a objetivar o bem-estar das pessoas sem considerar apenas uma dimensão, como a econômica, comumente relacionada por si só ao desenvolvimento.

Para Gasper (2004), o desenvolvimento ético deve considerar em primeiro lugar as pessoas pobres e ter como premissa a erradicação da pobreza. Já, para Guimarães (1998), a ética do desenvolvimento está em respeitar os limites ambientais e conservar a natureza. O conceito de desenvolvimento sustentável engloba essas duas dimensões. Uma explicação mais detalhada sobre o que vem a ser ética sobre um âmbito mais geral, na visão de Sen, é mostrada na sessão que apresenta a abordagem das capacitações.

Segundo Waquil, Gianluppi e Mattos (2004) o conceito de desenvolvimento sustentável pode não ser o mais ideal, considerando-se que este pode ser interpretado como o desenvolvimento que engloba a adaptação e moldagem dos recursos disponíveis aos objetivos finais. No entanto, aqui é visto como um conceito que articula ética e multidimensionalidade. O desenvolvimento sustentável é um guarda-chuva que abriga o desenvolvimento humano e a sustentabilidade ambiental, considerando a complexificação desses dois aspectos.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A redução da pobreza e a sustentabilidade ambiental passaram a englobar as principais metas e responsabilidades do processo de desenvolvimento, a partir da década de 1990. Conforme documento do Banco Mundial (2004), o objetivo de erradicar a pobreza não começa nos anos 1990, no entanto é neste período que se vincula crescimento econômico, distribuição e redução da pobreza nos projetos de desenvolvimento. Assim, o crescimento passa a estar articulado à redução da pobreza e não ser mais antagônico a este objetivo.

Já, a problemática ambiental está sendo institucionalizada desde a década de 1970, com a finalidade de colocar a questão em decisões sobre políticas públicas em todos os níveis. O debate sobre meio ambiente e desenvolvimento não está mais na contradição dos termos, mas sim em como conciliá-los através do desenvolvimento sustentável. Desenvolver de forma sustentada passou a ser o paradigma dos desenvolvimentistas dos anos 1990 (NOBRE, 2002).

Chefes de estados e de governos, em 2000, na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) assumiram o compromisso de responsabilidade coletiva em assegurar dignidade humana, igualdade e equidade a nível mundial. Este encontro fixou oito objetivos, para o desenvolvimento, através do documento denominado como as Metas do Milênio a ser atingido até o ano de 2015. Entre as metas está a erradicação da pobreza e a garantia da sustentabilidade ambiental (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2002).

O Banco Mundial (2004) também avançou na abordagem da pobreza, reconhecendo-a de forma multidisciplinar como a incapacidade de atingir padrões satisfatórios de nutrição, saúde, educação e acessos ambientais. No entanto, a meta de redução da pobreza é diminuir a quantidade de pessoas que vivem com um menos de um dólar por dia. Portanto, apesar do reconhecimento de que a pobreza está muito além da renda, esta continua sendo uma parâmetro para reduzir o número de pobres no mundo. Trata-se de uma diferenciação a ser ultrapassada entre a prática e a teoria.

A percepção do conceito de pobreza de forma mais ampla nos últimos anos, segundo o referido documento do Banco Mundial (2004), se deve muito à influência da abordagem teórica desenvolvida pelo economista Amartya Sen entre as instituições internacionais de fomento e incentivo ao desenvolvimento. Esses apontamentos indicam que os pobres são aqueles que não possuem capacitações básicas para levar uma vida digna e isto está muito além da renda.

Já que os pobres são reconhecidamente mais vulneráveis às mudanças sociais, econômicas e ambientais, o desenvolvimento como redução da pobreza deve promover oportunidades, empoderamento e segurança para as pessoas até então marginalizadas deste processo (BANCO MUNDIAL, 2004). Ou seja, a diminuição da pobreza está vinculada à redução da vulnerabilidade.

Nos anos 1950 e 1960 o processo de desenvolvimento era tido como o aumento do Produto Nacional Bruto (PNB), através da acumulação de capital físico e humano. Na metade da década de 1960, até o final dos anos 1970, a preocupação com o crescimento da renda nacional cedeu espaço ao bem-estar social nas metas de desenvolvimento. As crises macroeconômicas do final da década de 1970 contribuíram para a despreocupação com a redução da pobreza e para o domínio do neoliberalismo que se amparava nos mecanismos de mercado para promover o crescimento econômico. Sob a ótica neoliberal, o mercado era tido

como o marco regulador da economia, não havendo muito espaço para a discussão sobre as aflições sociais (BANCO MUNDIAL, 2004).

Ao considerar, em primeira instância, o bem-estar humano e a sustentabilidade ambiental, nota-se que a concepção de desenvolvimento predominante até meados dos anos 1960, que visava simplesmente ao crescimento econômico, não contempla os anseios da população mundial. O crescimento econômico possui um sentido restrito, tendo por objetivo o aumento da capacidade produtiva de uma determinada economia. Pode ser mensurado, basicamente, pelos índices de crescimento anual do PNB *per capita*, ou pela força de trabalho, poupada e investida, e pelo grau de avanços tecnológicos. Dentro da visão desenvolvimentista, a mera busca do crescimento econômico hoje já não se faz aceita. Penna (1999) faz uma crítica às sociedades que visam ao crescimento econômico:

O crescimento contínuo da economia virou um fim em si mesmo. O que deveria ser apenas um meio está sendo cada vez mais confundido com os objetivos últimos, que são o desenvolvimento humano, a sobrevivência e o bem presente e futuro da nossa espécie e daquelas que conosco partilham a biosfera (PENNA, 1999, p.130).

Diante das desigualdades sociais, da perpetuação da pobreza, da fome e da crescente degradação ambiental, a sociedade tem demandado outras propostas de desenvolvimento, que não aquela preocupada apenas com o crescimento econômico. Segundo Giansanti (1998), foi o engenheiro florestal norte americano Gifford Pinchot o precursor das idéias do desenvolvimento sustentável (ou sustentado) ainda no século XIX, sendo um dos primeiros a contradizer a idéia de desenvolvimento a qualquer custo. Conforme o autor, Pinchot defendia a conservação dos recursos apoiada em três princípios básicos: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção do desperdício e; o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos.

Apesar da pertinência dos apontamentos de Pinchot, foi somente no século XX que, de fato, o desenvolvimento sustentável tornou-se preocupação das sociedades e governos. Entre os séculos XIX e XX ocorreu o crescimento da preocupação e da conscientização das pessoas em relação à questão ambiental, em razão da degradação da natureza, dos estudos sobre escassez de recursos naturais e do aumento da pobreza.

O marco das discussões sobre desenvolvimento e sustentabilidade foi a realização, por iniciativa do governo sueco, nos anos 1970, da Conferência da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O evento ficou conhecido como a Conferência de Estocolmo.

Neste encontro, a preocupação inerente era a contenção das várias formas de poluição, dentro dos mais diversos interesses; em razão destes, houve uma polarização do encontro, que não questionou o sistema econômico capitalista, restringindo-se ao aperfeiçoamento do mesmo com medidas restritivas. A primeira corrente da polarização, que representava os países centrais e membros da comunidade científica¹, defendia a contenção dos índices de crescimento econômico dos países pobres, diante da ameaça de esgotamento dos recursos naturais. Já os terceiro-mundistas, agrupados em uma corrente oposta, eram a favor do desenvolvimento, mesmo que à custa de danos ambientais, alegando que suas populações já sofriam os males da degradação ambiental, em virtude da miséria e pobreza. O encontro inicia os debates, mas não traz mudanças concretas acerca do cuidado ambiental (GIANSANTI, 1998).

Em 1980, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) lança o documento Estratégia Mundial para a Conservação, objetivando a elaboração de políticas de desenvolvimento sustentável. Giansanti (1998) ressalta que esse documento tem por essência o objetivo de manter os processos ecológicos e os sistemas vitais para a humanidade, preservando a biodiversidade e garantindo o uso sustentável das espécies e dos ecossistemas.

Em 1987, é publicado o relatório Nosso Futuro Comum, conhecido como Relatório de Brundtland². O conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no documento faz um exame crítico da exploração dos recursos naturais, da orientação dos investimentos e das compatibilidades entre desenvolvimento e preservação, de acordo com as necessidades de gerações futuras, além de reforçar a necessidade de equidade entre países centrais e periféricos. Esse documento é reconhecido como um marco, na medida em que apresenta, de forma explícita, as diferenças entre os países ricos e os países empobrecidos, afirmando que, ao se manterem e se perpetuarem, essas desigualdades impedirão o desenvolvimento mundial.

Após o Relatório de Brundtland, é lançada, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro (Rio 92³), a AGENDA 21, que contém os princípios a serem adotados para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Neste documento, ressalta-se a reafirmação da necessidade da internalização dos custos ambientais nos preços das *commodities*, da terra e dos recursos de propriedade comum.

¹ Fazem parte desse grupo de cientistas os catastrofistas, reunidos no chamado Clube de Roma, e defensores do crescimento zero.

² Esse relatório foi apelidado com o nome da então primeira-ministra da Noruega e coordenadora de trabalhos da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, Gro Harlem Brundtland.

³ A Rio 92 foi o encontro sobre o meio ambiente que teve maior impacto até hoje.

Reconhecer que o modelo atualmente difundido de “desenvolvimento” não traz resultados satisfatórios tanto para a economia, a sociedade e a ecologia, em termos de sustentabilidade, é a premissa para a discussão dos caminhos que devem ser tomados por aqueles que buscam o desenvolvimento sustentável. Esse novo modo de pensar o desenvolvimento não comporta mais modelos e pacotes padronizados como “soluções” para qualquer país. Ao contrário, busca-se estudar e projetar o local, as comunidades, considerando suas diferenças sociais, produtivas e ambientais. Sachs (1986) propõe, que as medidas devem ser locais e sempre ter presente as particularidades ambientais e sociais de cada região. Penna (1999) destaca que, o planejamento global deve ser combinado com um elevado grau de descentralização.

Na análise de Merico (1996), as evidências econômicas e ecológicas devem ser consideradas em profundidade, reconhecendo que a maioria dos problemas enfrentados pelos povos hoje estão interligados: “queda da produtividade econômica, queda da qualidade de vida e degradação do capital natural possuem vínculos muito estreitos” (MERICO, 1996, p.142). É necessário, como já foi mencionado, um redimensionamento de valores, onde o desenvolvimento e a integridade humana sejam respeitados em qualquer medida de ordem econômica/política, tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

O conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que não compromete o uso dos recursos naturais pelas gerações futuras, declarado no Relatório de Brundtland, já é tido como incompleto. Por isso, Cosbey (2004) defende que atualmente a análise deve adotar uma explicação mais abrangente, como a de Sen, para o desenvolvimento, segundo a qual o aumento dos meios para que as pessoas possam expandir suas capacidades e ajudar elas mesmas. Isso “contamina” o mundo, que evolui juntamente com as pessoas. Conforme Cosbey:

These freedoms are of type Sen calls constitutive, or value in their own right – they constitute development. There are a wide number of such freedoms imaginable. In essence they are freedoms that allow individuals to pursue the type of life that they have reason to value. Freedoms can also be instrumental, meaning they contribute to the achievement of constitutive freedoms (COSBEY, 2004, p. 11).

Os grupos capacitários se interpenetram, assim as liberdades têm valor intrínseco em seus próprios direitos constitutivos e nesse sentido, cada pessoa é importante para a realização da liberdade plena, em outras palavras, para o processo de desenvolvimento. A necessidade do processo de desenvolvimento ser multidimensional está vinculado à existência de que cada liberdade tem seu valor intrínseco, mas todas dependem umas das outras para funcionar.

Quando se fala em desenvolvimento tende-se a comparar nações. Sen se remete a cidadãos, mas compara estes e suas liberdades, considerando as particularidades de cada região e contexto social no qual as pessoas estão inseridas. Para Sen, países em desenvolvimento também podem ser desenvolvidos, basta que os governos e a sociedade proporcionem meios para que as pessoas realizem suas liberdades (COSBEY, 2004).

Muitas vezes a sustentabilidade ambiental foi usada para se conseguir a conservação ecológica. Então os pobres e o excesso populacionais eram vistos como responsáveis pelos danos ambientais e não como vítimas destes. Isto muda com a noção de desenvolvimento sustentável que incorpora o desenvolvimento humano e o desenvolvimento ambiental. Nas palavras de Foladori:

Quando se habla de medio ambiente em terminos comunes, se está considerando la naturaleza externa al ser humano. No obstante, toda la discusión sobre la moderna crisis ambiental y sobre una alternativa ambientalmente más saludable para el desarrollo humano considera a la sociedad humana como parte del medio ambiente. El propio concepto de desarrollo sustentable desde su nacimiento incorporó una sustentabilidad social y económica a la sustentabilidad ambiental (FOLADORI, 2002, p. 621).

O desenvolvimento através da expansão da liberdade prevê, segundo Sen, a melhoria do bem-estar das pessoas (BLANCK, 2004). Assim, não é apenas uma questão de melhoria de indicadores de saúde humana, a qualidade ambiental tem um fim nela mesmo, concerne ao bem-estar, a possibilidade de se poder levar uma vida que se valoriza e que se julga ser a melhor.

Hoje parece consenso que uma nação se desenvolve à medida que toda a população pode se beneficiar do crescimento econômico e tecnológico e quando esse crescimento acarreta desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano está relacionado às oportunidades de desenvolver as aptidões e a criatividade das pessoas conforme suas necessidades e interesses. O crescimento econômico e o aumento da renda devem ser meios para que se atinja o desenvolvimento social, este sim o objetivo final do desenvolvimento. Assim, o processo de desenvolvimento implica o aumento da liberdade, através da expansão das escolhas que as pessoas têm de levar a vida que desejam. O aumento dessas escolhas se dá através da expansão das capacitações dessas pessoas (PNUD, 2001).

Na verdade, ter como objetivo de desenvolvimento o bem-estar humano não foi visado somente nos últimos anos. Esta meta se perdeu ou se confundiu ao longo do processo que visava a acumulação de capital. Como pode ser visto no Relatório de Desenvolvimento

Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2001:

Esta forma de olhar para o desenvolvimento, freqüentemente esquecida na preocupação imediata com a acumulação de bens e riqueza financeira, não é nova. Os filósofos, economistas e líderes políticos, desde há muito que enfatizam o bem-estar humano como o objetivo, o fim, do desenvolvimento. Como dizia Aristóteles, na Grécia antiga, “A riqueza não é, evidentemente, o bem que procuramos, pois ela é útil apenas para obter outra coisa qualquer”. (PNUD, 2001, p. 9).

Sendo o aumento de renda nacional um meio e não um fim, seu êxito dependerá da sua capacidade em expandir as escolhas das pessoas, aumentar suas capacitações para fazer e ser o que desejam. Na próxima seção é apresentada a Abordagem das Capacitações de Amartya Sen, que considera os fatores econômicos como alguns dos meios para que se atinja o objetivo, fim, do desenvolvimento: ampliação das liberdades das pessoas para que estas vivam a vida que julgam boa e conseqüente ampliem o bem-estar social.

2.3 A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES DE AMARTYA SEN

O economista Amartya Sen rompe com o pensamento econômico utilitarista, ao propor a abordagem das capacitações [*capabilities approach*]. Suas críticas à economia que chama “positiva” lhe garantem uma gama enorme de críticos que muitas vezes desdenham sua obra por ignorar sua raiz filosófica, ou, pior, a denotam de inconsistente por serem incapazes de compreender algo não “modelável”, pois aprenderam a trabalhar de maneira *ceteris paribus*, aquém do comportamento humano real. Segundo Sen:

Embora essa concepção (utilitarista) seja amplamente acalentada [...], existe ainda algo de extraordinário no fato de a economia haver de fato evoluído dessa maneira, caracterizando a motivação humana nesses termos tão espetacularmente restritos. Uma razão dessa singularidade é que a economia supostamente se ocupa de pessoas reais. É difícil crer que pessoas reais poderiam ser totalmente indiferentes ao alcance do auto-exame induzido pela questão socrática “Como devemos viver?” [...] As pessoas estudadas pela economia podem mesmo ser tão insensíveis a essa questão flexível e ater-se exclusivamente à impassibilidade rudimentar a elas atribuídas pela economia moderna? (SEN, 1999b, p. 17, 18).

Segundo Alkire (2003), ao propor uma teoria que mostra evolução e supera a teoria utilitarista, Sen está sim nos remetendo a um novo paradigma dentro da teoria econômica. Ao voltar-se para as raízes éticas, Sen traz um novo modo de pensar a dita “racionalidade” econômica.

Já, Gasper (2001), apesar de criticar a forma de Sen expor a teoria, dizendo que seu

vocabulário é confuso e sua maneira de dialogar prolixa, também aponta a abordagem das capacitações como um novo paradigma na teoria econômica. O autor afirma que a abordagem das capacitações consegue ir para além das mercadorias e manter um diálogo interdisciplinar para entender os mecanismos humanos. É um avanço na teoria do bem-estar, no entanto sem a abordagem utilitarista, que ao falar em capacitação faz com que as próprias pessoas escolham qual é o seu bem-estar.

Apesar de Gasper (2001) tecer críticas à forma como Sen escreve a abordagem das capacitações e sugerir que o avanço da teoria está em ela ser abordada por outros autores, como Nussbaum, este trabalho mantém seu referencial naquele que é o “pai” da abordagem das capacitações. Sen tem o mérito de ter desenvolvido uma teoria, ou de ter retomado uma parte da economia antes de outros autores e, para a autora do presente trabalho, sua obra pode ser complexa, mas não confusa, cumprindo com os objetivos aqui desejados.

Sen nasceu na Índia em 1933 e presenciou a grande crise de fome de Bengal em 1943. Seus estudos sobre ética e a vivência em um país pobre podem ser os fatores responsáveis pelo início de sua inquietação com a economia contemporânea. Em 1998, Sen, que sempre enfatizou a necessidade do reencontro de ética com a economia, ganhou o prêmio Nobel de Economia ao mudar a noção de aumento de bem-estar humano relacionado ao acréscimo de consumo e redirecioná-lo ao desenvolvimento do potencial humano (PRESSMAN, SUMMERFIELD, 2000).

Considerando-se Pressman e Summerfield (2000) as maiores contribuições de Sen foram: a crítica filosófica sobre as suposições econômicas tradicionais, as propostas de economia do bem-estar e, a abordagem das capacitações. Por serem aspectos que constituem a evolução do pensamento deste autor, apesar deste trabalho pretender operacionalizar a abordagem das capacitações, tentar-se-á, brevemente, mostrar porque Sen acha que na economia atual os meios e os fins, no desenvolvimento, se confundem, e porque renda, assim como bens básicos, não são uma boa medida de bem-estar.

A confusão entre fins e meios no processo de desenvolvimento levou Sen a criticar a economia positiva e buscar retomar questões normativas filosóficas antes existentes no pensamento econômico. A separação da ética da economia é uma questão central para o entendimento desse aspecto. “[...] característica surpreendente é o contraste entre o caráter consciente “não ético” da economia moderna e sua evolução histórica, em grande medida, como um ramo da ética” (SEN, 1999b, p. 18).

A economia nasce de duas vertentes relacionadas à política: a ética e a engenharia. A ética está associada ao tema dos fins humanos, e remonta a Aristóteles. Já, a engenharia se referente às análises e estudos de crescimento econômico e de transformações produtivas, que vêem a humanidade como geradora de riqueza (SEN, 1999b). Relacionado a abordagem da engenharia Sen considerou:

Essa abordagem caracteriza-se por ocupar-se de questões primordialmente logísticas em vez de fins supremos e de questões como o que pode promover o “bem para o homem” ou o “como devemos viver”. Considera que os fins são dados muito diretamente, e o objetivo do exercício é encontrar os meios apropriados de atingi-los. O comportamento humano nessa abordagem baseia-se tipicamente em motivos simples e facilmente caracterizáveis (SEN, 1999b, p. 20).

Segundo Kuhn (2004), a confusão entre meios e fins, tão discutida na obra de Sen, parece ter sua origem no descompasso da produção científica econômica, que se dá com a separação das duas vertentes que originam esta ciência. Ao se desvencilhar da ética, a economia transformou a humanidade em um meio para conseguir o fim: a geração de riqueza. Na verdade, a riqueza deveria ser um meio para conseguir o bem-estar geral. A abordagem das capacitações procura identificar meios capazes de promover um fim que, Sen considera como um processo que possibilite a melhoria na qualidade de vida dos agentes. Por exemplo, a educação é um fim em si mesma (desenvolve a pessoa intelectualmente) e não um meio para obter uma renda maior. Óbvio que a privação de renda pode incorrer em privação de fins, por exemplo, pode impedir que as pessoas consigam se nutrir. No entanto, a análise restrita a renda não consegue dimensionar a qualidade de vida de uma pessoa, ou seja, não consegue mostrar se ela leva ou não a vida que considera ser a melhor.

O afastamento da ética no pensamento econômico desconsiderou o modo como as pessoas devem viver. Segundo Sen, isso não significa que elas sempre agirão conforme suas convicções e moralidades, contudo, a teoria econômica tem que considerar o comportamento humano real. A isso Sen denominou de concepção da motivação relacionada à ética (SEN, 1999b).

A outra implicação do afastamento ético levantado por Sen (1999b) é o que se refere à avaliação social. Também uma concepção aristotélica segundo a qual muitas vezes mais vale o bem de uma nação do que de um homem. Segundo Sen (1999b) essa visão não pode se restringir a ser remetida à satisfação ou eficiência, como, por exemplo, um rico desejar melhorar a situação de um pobre para que este não venha a cometer violência contra ele. Não, as pessoas não agem sob essa “lógica” da maximização de eficiência. “A avaliação tem de ser

mais inteiramente ética e adotar uma visão mais abrangente do “bem”. Esse é um aspecto de certa importância novamente no contexto da economia moderna” (SEN, 1999b, p. 20).

Portanto, a crítica de Sen ao pensamento econômico moderno surge dessa separação entre a engenharia e a ética. Nas palavras do autor:

[...] A metodologia da chamada “economia positiva” não apenas se esquivou da análise econômica normativa como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos (SEN, 1999b, p. 23).

O autor segue deixando transparecer certa indignação com o distanciamento do mundo real por parte da economia: “Examinando as proporções das ênfases nas publicações da economia moderna, é difícil não notar a aversão às análises normativas profundas e o descaso pela influência das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento humano real” (SEN, 1999b, p. 23).

No entanto, Sen (1999b) afirma que as duas vertentes têm muito a contribuir para a teoria econômica e que não pretende negar a logística, mas sim reafirmar a necessidade de reaproximação com a ética. “Evidentemente, nenhum dos gêneros é puro em sentido algum; é uma questão de equilíbrio das duas abordagens da economia” (SEN, 1999b, p. 22). “Mas gostaria de mostrar que a economia, como ela emergiu, pode tornar-se mais explícita às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humanos. Não é meu intuito destacar o que foi ou o que está sendo alcançado, e sim, inquestionavelmente, exigir mais” (SEN, 1999b, p. 25).

Letiche (1999) escreve no prefácio de *Sobre Ética e Economia* que, ao distanciar essas duas vertentes, a teoria econômica atual perdeu muito. Esse distanciamento se deu à medida que a economia incorporou o comportamento auto-interessado como regra para a sua análise. Conforme o autor, Sen reconhece a importância das origens logísticas da economia, no entanto afirma que as concepções econômicas seriam mais produtivas se redirecionarem-se para a ética e o comportamento humano (LETICHE, 1999).

Na verdade, ao apontar o afastamento da ética, Sen (1999b) justifica duas atitudes arbitrárias do pensamento econômico moderno, mais especificamente, dos aportes utilitaristas, que o desconectam do comportamento humano real: afirmar que racionalidade é igual ao auto-interesse e conceber a racionalidade como uma consistência interna humana (SEN, 1999b).

O utilitarismo como princípio moral combina o welfarismo, o consequencialismo e o ranking pela soma. O welfarismo considera que as únicas coisas de valor intrínseco para o cálculo ético e a avaliação dos estados são as utilidades individuais. Sen (1999b) diz que ele requer que o aspecto de bondade de um estado de coisas seja função apenas das informações sobre utilidades relativas aquele estado. Seria como um indicador de saúde: será que o fato de uma pessoa ir vinte vezes por ano ao médico indica que ela tem mais acesso à saúde ou que ela está mais doente?

O consequencialismo requer que uma ação se transforme necessariamente em algo desejado (SEN, 1999b). A isso pode-se exemplificar a relação entre renda e pobreza: nem sempre o acréscimo de renda implica em diminuição da pobreza. Já, o ranking de soma requer que as utilidades relativas a qualquer estado sejam avaliadas considerando apenas o somatório de todas as utilidades desse estado (SEN, 1999b). Seria uma crítica a coisas como a Teoria das Necessidades Básicas.

Já, ao igualar racionalidade ao auto-interesse, Sen (1999b) afirma que a economia se distanciou do modo como as pessoas “reais” vivem, concebendo todas as atitudes “racionais” conforme o auto-interesse. Geralmente o bem de determinada sociedade aumenta muito mais o bem-estar das pessoas que nela convivem do que os interesses particulares (SEN, 1999b). Sen (1999b) defende, ao contrário daqueles do pensamento econômico tradicional, que não há indícios na vida real que confirmam que a racionalidade do pensamento humano é sempre a maximização do auto-interesse. Muitas vezes, para que as pessoas se sintam felizes, é necessário que aqueles que estão a sua volta expandam suas liberdades, mesmo que isso não implique diretamente uma melhoria material própria (SEN, 2000).

A mistura de comportamento egoísta e de altruísta é uma das características importantes da lealdade ao grupo, e essa mistura pode ser observada em uma grande variedade de associações de grupo, de relações de parentesco e de comunidades aos sindicatos e grupos de pressão econômica (SEN, 1999b, p. 36).

Ao se remeter aos sentimentos morais que fazem parte do universo humano, Sen resgata os apontamentos de Adam Smith, principalmente aqueles apresentados na Teoria dos Sentimentos Morais. Nesta obra, Smith discute como o homem tem necessidade de ser aceito e aprovado pela sociedade. Além disso, mostra a simpatia que há entre as pessoas e como esta constitui um fato importante para o convívio social. Há sim interesses e sentimentos egoístas, no entanto, a aceitação e aprovação de nossos atos pelos demais é algo muito importante e nos faz agir considerando as opiniões do próximo sobre aquilo que estamos fazendo (SMITH,

1999).

Sen (1999b) resgata Smith como um autor que buscava discorrer sobre os reais sentimentos morais do homem. Nessa retomada pode-se perceber que nem sempre a ética esteve desvinculada do pensamento econômico e que a economia não floresceu com a convicção de que auto-interesse é sinônimo de racionalidade. Sobre isto, Sen cita a Smith, demonstrando que nem sempre a economia “pensou” racionalmente.

O homem [...] deve desconsiderar-se não separado e desvinculado, mas um cidadão do mundo, um membro da vasta comunidade da natureza e no interesse dessa grande comunidade, ele deve em todos os momentos estar disposto ao sacrifício de seu mesquinho auto-interesse (SMITH, 1999, p.140).

A racionalidade como consistência interna tem a ver com as escolhas que as pessoas fazem. A economia considera dados, estatísticas e números e não valores e oportunidades. As pessoas têm valores e oportunidades diferentes, o que faz com que um mesmo bem ou igual quantidade monetária tornar-se diferente fins para diferentes pessoas. Conforme Sen:

[...] a própria idéia de consistência puramente interna não é convincente, pois o que consideramos coerente em um conjunto de escolhas observadas deve depender da *interpretação* dessas escolhas e de algumas características *externas* à escolha propriamente dita (por exemplo, a natureza de nossas preferências, objetivos, valores, motivações) (SEN, 1999b, p. 30).

Assim, segundo Sen (1999b) a busca pelo auto-interesse e a desconsideração das individualidades marcam a separação da economia da ética. Para Sen:

A visão da racionalidade como auto-interesse implica, *inter alia*, uma decidida rejeição da concepção da motivação “relacionada à ética”. Tentar fazer todo o possível para obter o que gostaríamos pode ser parte da racionalidade, e isso pode incluir o empenho por objetivos desvinculados do auto-interesse, os quais podemos valorizar e promover. Considerar qualquer afastamento da maximização do auto-interesse uma prova de irracionalidade tem de implicar uma rejeição do papel da ética na real tomada de decisão (SEN, 1999b, p. 31).

O autor combina ética e economia, reconhecendo que os julgamentos de valor são inerentes nos preparativos desenvolvimentistas e nas políticas sociais. Sua abordagem reconhece que o bem-estar humano é multidimensional e deveria avançar em diferentes tipos de capacitações ao mesmo tempo.

Um alicerce de toda a “economia filosófica” de Sen é a idéia de que a “vida boa” é uma vida com escolhas genuínas, na qual ninguém é forçado a viver de forma específica, por mais rica que essa forma de vida possa ser sob outros aspectos (MENDES, 2001, p. 13).

A multiplicidade de categorias de informação eticamente relevantes tem sido vista como um problema em algumas vertentes. De fato, na abordagem utilitarista todos os diversos bens são reduzidos a uma magnitude descritiva homogênea (como se supõe que seja a utilidade), e então a avaliação ética simplesmente assume a forma de uma transformação monotônica dessa magnitude. [...] A multiplicidade de considerações eticamente valiosas incluídas em nossa estrutura, que atribui importância tanto ao bem-estar quanto à condição de agente e considera cada qual em termos de realização e liberdade seria, evidentemente, embaraçosa para uma metodologia “monista” que insiste na homogeneidade descritiva do que deve ser valorizado (SEN, 1999b, p. 77 e 78).

Ademais, quando passamos das realizações e liberdades de uma pessoa para as de um conjunto de muitas pessoas – inescapavelmente presente na maioria das avaliações econômicas e éticas –, salienta-se ainda mais a natureza dessa pluralidade. Se, de fato, a pluralidade em si mesma fosse considerada um estorvo, esse teria sido um modo totalmente vão de proceder. Contudo, nada existe de particularmente embaraçoso em uma estrutura plural, e a insistência em estruturas “monistas” não pode escapar de ser arbitrariamente excludente (SEN, 1999b, p. 80).

Amartya Sen (2000) faz uma crítica às abordagens tradicionais de desenvolvimento, que desconsideram a multidimensionalidade da pobreza e dos aspectos que a geram, apresentando uma abordagem normativa, ou seja, de como o mundo deveria ser. Sen (2001) critica as abordagens welfaristas e utilitaristas, visto que estas se restringem em avaliar somente a utilidade individual, que é definida por características mentais, como o prazer e felicidade. O autor afirma que essas abordagens desconsideram as liberdades e concentram-se apenas nas realizações e desconsideram realizações que não possam ser medidas por essas características mentais.

Segundo Sen (2000), existem três princípios segundo os quais a economia analisa a pobreza: sob a óptica da renda igualitária, que concentra-se na idéia de renda e pobreza; sob o argumento utilitarista, que mede prazer e felicidade; e sob o argumento da qualidade de vida, centralizado no tipo de vida que se pode e se quer levar. É sobre esse último argumento que Sen discorre seus estudos sobre pobreza (SEN, 2000).

Sen (2001) argumenta contra o conceito de igualdade de oportunidades. Aponta que o conceito define igual disponibilidade para algum meio em particular, não se referindo a igualdades de liberdades mais abrangentes. Este conceito desconsidera a diversidade humana e a diferença que há entre as pessoas em transformar os mesmos meios, em iguais fins, dada essa diversidade. A desconsideração das diferenças interpessoais também é a principal

contestação do autor às teorias que propõe pacotes de bens primários.

Os seres humanos diferem uns dos outros de muitos modos distintos. Diferimos quanto a características externas e circunstanciais. Começamos a vida com diferentes dotações de riqueza e responsabilidades herdadas. Vivemos em ambientes naturais diferentes – alguns mais hostis do que outros. As sociedades e as comunidades às quais pertencemos oferecem oportunidades bastante diferentes quanto ao que podemos ou não fazer. [...] Mas além dessas diferenças nos ambientes natural e social e nas características externas, também diferimos em nossas características pessoais (SEN, 2001, p. 50, 51).

Acerca do igualitarismo, Sen (2001) discorda, pois não são considerados as diversidades humanas nos diferentes espaços. Por isso propõe que as análises mantenham um foco plural, contemplando as diferenças entre as pessoas.

Normalmente, na teoria econômica tradicional o bem-estar humano é mensurado por determinados pacotes de bens e serviços. Por convicção, ou por facilidades na obtenção de dados, a renda é a variável escolhida para medir o consumo da população e esta passa a ter sua função de bem-estar ou de utilidade. Nestes modelos, a liberdade das pessoas é analisada conforme seus pacotes de bens disponíveis (MENDES, 2001).

Para Sen (2000), a lacuna entre a perspectiva da concentração exclusiva na riqueza econômica e a perspectiva em um enfoque mais amplo sobre a vida que as pessoas desejam levar é a questão fundamental na conceituação do desenvolvimento. Segundo o autor, uma concepção adequada de desenvolvimento deve ultrapassar a análise da renda, do crescimento do PNB e das necessidades básicas para relacionar-se com a possibilidade de melhora de vida, através da expansão das liberdades para que se possa viver do modo como se deseja. A expansão das liberdades, que são valorizadas pelas pessoas, permite que essas sejam seres sociais mais completos.

Não se quer afirmar que o autor negue a relação entre pobreza e renda. No entanto, segundo sua teoria, a renda é um importante meio para que se reduza a pobreza e não um fim em si mesmo. Conforme Sen:

Se nossa atenção for desviada de uma concentração exclusiva sobre a pobreza de renda para a idéia mais inclusiva da privação de capacidade, poderemos entender melhor a pobreza das vidas e liberdades humanas com uma base informacional diferente (envolvendo certas estatísticas que a perspectiva da renda tende a desconsiderar como ponto de referência para a análise de políticas). O papel da renda e da riqueza, ainda que seja importantíssimo, juntamente com outras influências, tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação (SEN, 2000, p. 34-35).

Um dos problemas de analisar a desigualdade entre as pessoas concentrando-se na

renda é a desconsideração da diversidade humana. As diferenças de oportunidades não podem se concentrar somente na renda, pois o que cada pessoa pode ou não fazer e realizar depende de outras características físicas e sociais tão importantes quanto os recursos econômicos. Assim, o foco na renda, além de confundir meios e fins, desconsidera a existência de outros meios importantes e a variação interpessoal existente entre meios e os vários fins (SEN, 2001).

Mendes (2001) considera que o bem-estar de uma pessoa está estreitamente relacionado à disponibilidade de recursos financeiros que esta possui, no entanto as opções que ela tem na sua vida, para desenvolver-se como deseja não são apenas limitadas ao seu conjunto orçamentário. Existem circunstâncias individuais e sociais que incidem sobre a conversão de renda em atividades que proporcionam desenvolvimento humano.

Sen (2000) considera a liberdade do indivíduo o elemento constitutivo básico do desenvolvimento. Para o autor, o importante é analisar como os indivíduos expandem suas capacitações [*capabilities*] dentro do processo de desenvolvimento. As capacitações são aquilo que as pessoas são capazes de fazer e ser, ou seja, suas liberdades para apreciar valores de ser [*beings*] e de fazer [*doings*].

Quanto mais os conjuntos capacitários forem expandidos, maior será o grau de desenvolvimento. O aumento das capacitações pode se dar tanto através de políticas públicas, quanto pode ser requisitado através da participação popular dos indivíduos da sociedade.

Ter liberdade para fazer e ser aquilo que se valoriza é importante por si mesmo no que concerne à pessoa e aos reflexos que traz à sociedade. Portanto, a liberdade de atuação, dadas as oportunidades dispostas as pessoas, é o fator que “mede” o grau de desenvolvimento de uma sociedade. Ter mais liberdade melhora o potencial da pessoa, fazendo com que esta possa melhorar sua própria condição e todos os que estão à sua volta.

Ao propor uma política de desenvolvimento é necessário conhecer se a pessoa valoriza sua vida e as opções que tem. Analisar se esta pessoa age de tal maneira porque julga melhor ou se não tem acessos ou capacitações. Ainda, é necessário saber se ela valoriza as opções que não pode ter ou se desconhece as opções disponíveis a outras pessoas. O princípio do desenvolvimento humano está em avaliar a vida que as pessoas são obrigadas a levar e aquela que gostariam de exercer mediante reformas sociais. Portanto, Sen (2000) defende a ampliação das liberdades de escolha dos seres humanos, sendo este o maior desafio para o desenvolvimento.

Quando a liberdade é vista sob o ponto de vista de bem-estar restringe-se a dimensionar as oportunidades e as realizações do indivíduo. A condição de agente ultrapassa a individualidade, examinando as realizações e oportunidades também em termos de outros objetivos e valores, como os que envolvem uma comunidade (SEN, 1999b). “O “aspecto da condição de agente” contém uma visão mais abrangente da pessoa, incluindo a valorização de várias coisas que ela gostaria que acontecessem e a capacidade de formar esses objetivos e realizá-los” (SEN, 1999b, p. 75).

Conforme Kuhn (2004), a partir da crítica aos teóricos da racionalidade e do comportamento maximizador dos agentes, Sen desenvolve a noção de agência [*agency*] humana. “A realização da condição de agente de uma pessoa refere-se à realização de objetivos e valores que ela tem razão para buscar, estejam eles conectados ou não com o seu próprio bem-estar” (SEN, 2001, p. 103). Considerar a agência dos integrantes da sociedade permite perceber diferentes tipos de fins e valores que as pessoas podem ter razões para valorizar ao longo de suas vidas. Assim, é preciso conhecer a motivação e os valores das pessoas para que seja possível perceber e direcionar processos de desenvolvimento nas diversas sociedades. Nesse sentido, considerando a referida autora, Sen identifica na condição de agente diferentes formas de transformação dessa condição em possibilidades de expansão das capacitações. Portanto, para Sen, o desenvolvimento se dá através da eliminação das privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem sua condição de agente.

Poder fazer aquilo que se valoriza vai além da noção de bem-estar, apesar de estar estreitamente relacionada a essa. Duas pessoas que possuem o mesmo nível educacional podem, por exemplo, ter feito uso diferenciado destes. Essa diferença pode ter se dado tanto por diferenças pessoais (uma tem mais aptidão para os estudos do que a outra), como por oportunidades (a escola que uma teve acesso tem qualidade inferior em comparação a da outra). A essa capacidade de transformar oportunidades (meios) em realizações (fins), Sen (2000) chama de condição de agente [*agency aspect*].

A crítica de Sen (1999b) à teoria do bem-estar é que esta se limita a identificar as realizações das pessoas, não incorporando as alternativas que a pessoa tinha. Isso limita a análise de liberdade, pois se a pessoa não tinha alternativas, seu bem-estar está muito prejudicado, mesmo que a realização seja interpretada como boa.

Para os críticos que acham que analisar a condição de agente recai em critérios

subjetivistas, Sen responde afirmando:

Pode-se indagar se dar importância à condição de agente de cada pessoa não equivaleria a adotar uma concepção “subjetivista” da ética, já que tudo o que uma pessoa valoriza e deseja obter pode ter de ser, assim, considerado valioso precisamente porque a pessoa o valoriza. [...]. Isso não ocorre por dois motivos. Primeiro [...] não implica em aceitar tudo o que a pessoa preza como valioso incondicionalmente e tão intensamente quanto isso é valorizado pela pessoa. [...]. Segundo, obter (ou ser capaz de obter) o que se valoriza não se difere, nesse aspecto, de coisas que possam ser valorizadas, como por exemplo felicidade [...]. A questão da fundamentação precisa ser distinguida da natureza dos objetos que são valorizados. Mesmo que uma teoria objetivamente fundamentada pode atribuir um papel importante às coisas a que as pessoas de fato dão valor e à capacidade dessas pessoas para obter essas coisas (SEN, 1999b, p. 57, 58, 59).

Aqui, a abordagem de desenvolvimento inclui participação, bem-estar humano e liberdade como fator central de desenvolvimento. A partir dessa abordagem busca-se avaliar como as pessoas expandem suas capacitações.

As liberdades englobam as ações, decisões e oportunidades reais que as pessoas têm, dentro do contexto pessoal e social em que vivem. E, a privação dessas liberdades, surge em razão da inadequação dos processos, como os políticos, ou das oportunidades, como a do desenvolvimento intelectual (SEN, 2000).

A Abordagem das Capacitações é uma concepção da igualdade de oportunidades, que considera a liberdade que as pessoas têm para alcançarem seus objetivos, de viverem como gostariam. As oportunidades reais ou substantivas envolvem mais do que recursos disponíveis. As capacitações correspondem às liberdades para fazer e ser o que se deseja e, também, correspondem à acessibilidade aos recursos, já que as pessoas podem utilizá-los de modos diversos (MENDES, 2001).

A situação de uma pessoa na sociedade pode ser analisada por suas realizações de fato conseguidas e pela liberdade que dispõe para realizar o que deseja. A realização representa o que se consegue fazer e a liberdade representa as oportunidades reais para se fazer aquilo que se deseja (SEN, 2001).

Conforme Kuhn (2004), é a partir do conjunto de oportunidades que incluem o acesso a bens e serviços, que seria possível analisar o processo de desenvolvimento nos ambientes sociais. Portanto, quanto maior a gama de oportunidades, maior a liberdade para a pessoa realizar sua agência e, conseqüentemente, aproximar-se da vida que julga ser boa.

A liberdade das pessoas é avaliada através da realização de funcionamentos [*functionings*]. Os funcionamentos referem-se a estados de existência [*beings*] ou de

atividades [*doings*] que podem ser realizados pelos agentes. As capacitações [*capabilities*] referem-se às oportunidades, as opções que as pessoas dispõem, refletindo as liberdades substantivas. A realização de funcionamentos indica a capacitação da pessoa. Na medida em que os funcionamentos são constitutivos do bem-estar, a capacitação representa a liberdade de uma pessoa para realizar bem-estar (SEN, 2001).

O bem-estar de uma pessoa pode ser concebido em termos da qualidade do “estado” da pessoa [*the person’s being*]. Viver pode ser visto como consistindo num conjunto de “funcionamentos” inter-relacionados, que compreendem estados e ações [*beings e doings*]. A realização de uma pessoa pode ser concebida, sob esse aspecto, como o vetor de seus funcionamentos. Os funcionamentos relevantes podem variar desde coisas elementares como estar nutrido adequadamente, estar em boa saúde, livre de doenças que podem ser evitadas e da morte prematura, etc., até realizações mais complexas, tais como ser feliz, ter respeito próprio, tomar parte na vida da comunidade e assim por diante. A asserção é de que os funcionamentos são constitutivos do “estado” [*being*] de uma pessoa, e uma avaliação do bem-estar tem de assumir a forma de uma apreciação desses elementos constituintes. [...] A capacidade (sic!) é, portanto o conjunto de vetores de funcionamentos, refletindo a liberdade para a pessoa levar um tipo de vida ou outro (SEN, 2001, p. 79, 80).

Os intitamentos [*entitlement*] foram usados por Sen para falar de fome, remetendo-se as disfunções de ligações em canais para distribuição que tornam-se responsáveis pela inadequação do significado e dos propósitos de comida (TODOROVA, 2001). Os intitamentos são aquilo que podem ser transformados em funcionamentos, têm a ver com segurança social. São os meios para os fins.

O conceito de intitamento pode ser interpretado como uma cesta de consumo que legalmente é conseguida por uma pessoa ou por intitamentos estendidos, constituindo comandos acima de bens que permitem contratos implícitos ou costumes sociais que, então o consumo não pode ser executável (RAVALLION, 1991). É o caso de sapatos para uma sociedade onde andar de pés descalços causa humilhação.

Os intitamentos também são constituintes de bem-estar, estão dentro de uma escala construída por Sen: intitamentos – funcionamentos – capacitação - liberdades. No entanto, intitamentos não correspondem diretamente a funcionamentos. Há aqui a diferença entre meios e fins. Os intitamentos por si só não trazem desenvolvimento, mas são meios fundamentais para que as pessoas atinjam este fim.

É através dos funcionamentos e das capacitações que Sen (2001) procura identificar e perceber o processo de desenvolvimento. Sen (2001) considera as liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos do desenvolvimento. Dentro dessa abordagem, a pobreza é tida como a privação de capacitações elementares e é composta por aspectos relativos (por

exemplo, se a pessoa é feliz) e absolutos (se é capaz de se nutrir). O autor ressalta a necessidade da expansão das capacidades das pessoas para que tenham a vida que desejam.

A abordagem do desenvolvimento através da liberdade, obtida pela expansão das capacitações, tem implicações no processo de desenvolvimento realmente igualitário e no respeito a vontade das pessoas. Sen (2000) afirma que ao se concentrar nas liberdades ao avaliar o desenvolvimento não está sugerindo que exista algum critério de desenvolvimento único e preciso segundo o qual as diferentes experiências de desenvolvimento sempre podem ser comparadas e classificadas. É necessário considerar o que as pessoas da região consideram importante para uma vida boa para expandir as liberdades de capacitação desses fatores.

Algumas vezes, as diversidades humanas são desconsideradas não pela mal interpretada razão “elevada” da “igualdade dos seres humanos”, mas pela “inferior” razão pragmática da necessidade de simplificação (SEN, 2001, p. 30).

Sen (2000) vê o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nessa abordagem, a expansão da liberdade é considerada um fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento. Com a diferenciação entre meios e fins, a Abordagem contribui bastante para uma melhor compreensão de como as vidas podem ser enriquecidas ou empobrecidas.

Além disso, a Abordagem prevê a heterogeneidade, sendo necessário conhecer o contexto e as reivindicações locais. Através do conceito de funcionamento é possível perceber a multiplicidade de fatores que podem ser considerados eticamente valiosos. Abordagens que prevêem pacotes de bens ou faixas de renda e consumo analisam os seres humanos de forma homogênea, o que contradiz a realidade. A percepção através das liberdades permite que as decisões públicas possam ser tomadas a partir das necessidades e desejos reais. É uma abordagem que desempenha um plano micro, que percebe o desenvolvimento atuando individualmente em cada pessoa, para que se atinja o macro. Conforme Sen: “A abordagem do ‘desenvolvimento como liberdade’ tem implicações muito abrangentes não só para os objetivos supremos do desenvolvimento, mas também para os processos e procedimentos que têm de ser respeitados” (SEN, 2000, p. 49).

Assim, a Abordagem das Capacitações de Amartya Sen será usada neste trabalho para entender como a vulnerabilidade e a pobreza afetam os intitamentos e os funcionamentos no desenvolvimento rural sustentável. Ao se propor um modelo de desenvolvimento rural, deve-se conhecer como se caracteriza a vulnerabilidade e a pobreza local e quais as demandas dessas pessoas para que saiam da condição de pobreza e de vulnerabilidade.

2.4 DESENVOLVIMENTO RURAL (SUSTENTÁVEL)

Estando esclarecidos a concepção de desenvolvimento que se busca utilizar neste trabalho, qual seja o ético e multidimensional, que visa a redução da pobreza e o aumento de bem-estar da população, que é abrangido pelo desenvolvimento sustentável e, tomando-se por base que essa proposta visa o desenvolvimento sustentável através da expansão das capacitações, pretende-se nesta sessão, especificar como esse desenvolvimento ocorre no meio rural. A especificação do ambiente rural se dá por haver neste uma maior intensidade de pobreza e pela relação entre pobreza e meio ambiente ser mais marcada neste.

A discussão sobre desenvolvimento rural, apesar de sua complexidade debatida desde os anos 1950, mostrou-se por vezes com excessos de simplificações dentro de dinâmicas unidimensionais. Ellis e Biggs (2001) colocam esse debate dentro de uma perspectiva histórica, procurando mostrar como se deu a evolução do pensamento dentro do desenvolvimento no espaço rural. Algumas teorias são mais gerais e servem como modelos, outras propõe escolhas locais e alternativas particulares.

Nos anos 1950 a discussão ficava em torno da eficiência das pequenas propriedades e como torná-las mais produtivas. Já, os anos 1960 e 1970 foram marcados pela intervenção do estado. É na década de 1960 que a agricultura da pequena propriedade passa a ser contestada, mais precisamente em 1964 com a publicação do artigo Transformando a Agricultura, por Theodore Schultz. A publicação conferia racionalidade aos pequenos agricultores, mas, que, por contarem com pouco capital e terras conseguiam somente fazer da agricultura um setor subjogado dentro da economia, quando este deveria ser o responsável pelo desenvolvimento dos países, principalmente daqueles de economias com industrialização fragilizada. A mudança do paradigma da pequena propriedade para a agricultura de grande escala divide a história da agricultura, conforme Ellis e Biggs:

A first paradigm shift in rural development occurred in the early to mid-1960s period, when small-farm agriculture switched to being considered the very engine of growth and development. [...] There was life left in the idea that large-scale farming using mechanised technology was more efficient than the "peasant sector" well into the 1970s. Indeed, the same ideas continue to crop up, often in whispered asides at rural development workshops, right up to the present time (ELLIS; BIGGS, 2001, p.440).

Nos anos 1970, a difusão da teoria das necessidades básicas acarretou a aproximação de assuntos como a pobreza com o espaço rural e como esta deveria estar envolvida em projetos de desenvolvimento rural (ELLIS; BIGGS, 2001). É na década de 1970 que mais

afloram as teorias sobre justiça social no campo e questões agrárias. No Brasil, nos anos 1980, os dois autores que mais se destacaram nas discussões a cerca da necessidade ou não da reforma agrária foram o defensor desta José Ely da Veiga e José Graziano da Silva, que vê no incentivo a melhores condições de trabalho para os trabalhadores rurais a chave para a solução do problema das desigualdades do campo.

Os anos 1980 foram marcados pela liberalização dos mercados e pelo impacto que ela gerou na economia agrícola de diversos países. Da macroeconomia dos anos 1980, passou-se para a microanálise nos anos 1990, onde os grandes problemas passaram a ser as conseqüências ambientais oriundas dos projetos de desenvolvimento proposto na década de 1970 e a questão do gênero. Segundo Ellis e Biggs (2001) é na transição da década de 1980 para a de 1990 que se dá a segunda ruptura de paradigma no desenvolvimento rural, quando as políticas macro tornam-se micro e a preocupação passa a ser com o processo de participação e empoderamento das pessoas.

Depois dos anos 1990, no Brasil, começam a mudar as diretrizes de desenvolvimento rural, muito por influência dos organismos internacionais e não-governamentais. As propostas de desenvolvimento rural de que o capital aliado a tecnologia é que promove o desenvolvimento, predominante por décadas, cedeu espaço às propostas para mudanças de núcleo para a esfera local, onde concretamente ocorrem as relações sociais de produção (DUTRA NETO; LUZÓN BENEDICTO, 2005).

Já, nos anos 2000, a questão está mais centrada no combate a pobreza rural como objetivo maior dos projetos de desenvolvimento desse espaço. Aliado a isso está o conceito de sustentabilidade e a necessidade de garantir os acessos ambientais para as pessoas. Segundo Dutra Neto e Luzón Benedicto (2005), nenhum estudo sobre pobreza deveria ser feito sem considerar a qualidade de vida da população, conforme os autores:

Aproximadamente 72% de 1 milhão de pobres identificados pelo Banco Mundial, vivem em zonas rurais. O acesso às necessidades básicas da população como: cuidados médicos, consumo de água potável, educação, é mais dificultoso pelas populações rurais do que pelas populações urbanas. Por isso mesmo é que nas áreas rurais que aparecem os maiores problemas de desnutrição, mortalidade infantil e menor esperança de vida (DUTRA NETO; LUZÓN BENEDICTO, 2005, p. 2).

No Brasil essa disparidade é ainda maior porque envolve as diferenças no campo entre a agricultura patronal e a agricultura familiar. Este trabalho não tem por objetivo estudar com minúcias esses modelos de produção agrícola, no entanto, como estuda agricultores familiares, é importante ressaltar as dificuldades e a importância destes dentro da sociedade

brasileira.

Com base no censo agropecuário do IBGE 1995/96, Guanzirolli et al (2000) fizeram um estudo comparativo entre a agricultura patronal e a familiar brasileiras. Segundo esse censo, no Brasil existiam 4.859.864 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares, com financiamento de R\$3,7 bilhões. Os agricultores familiares respondem por 4.139.369 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 107,8 milhões de hectares, recebendo apenas R\$ 937 milhões de financiamento rural. Já os agricultores patronais correspondem a apenas 554.501 estabelecimentos e ocupam uma área de 240 milhões de hectares.

Mesmo contando com apenas 30,5% da área e com somente 25% do total de financiamento, os estabelecimentos familiares são responsáveis por 37,9% da produção nacional. A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate do desenvolvimento sustentável (GUANZIROLLI et al, 2000).

A primeira noção de desenvolvimento rural no Brasil estava vinculada ao desenvolvimento agrícola, ou seja, a um aumento de produção através da expansão de fronteira agrícola, ocupação e colonização de novas áreas e mecanização. Segundo Dutra Neto e Luzón Benedicto (2005) este conceito de desenvolvimento rural supunha que a tecnologia aliada ao capital é o que promove o desenvolvimento. Navarro (2001) afirma que, neste contexto, transformações sociais e econômicas e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais pobres ocorreriam naturalmente em razão da maior produção e produtividade agrícola.

Eger (2002), ao defender a implantação de centros de pesquisas tecnológicas que auxiliem nas decisões agrícolas, dando apoio como previsões sobre o tempo e informações sobre a qualidade do solo, faz uma crítica de como o setor rural é tratado dentro do contexto de desenvolvimento nacional. Ainda, ressalta que é importante fortalecer e tentar diminuir a vulnerabilidade das pessoas que vivem no espaço rural. Segundo Eger:

Rural development is still seen from a one-side sectoral perspective, which does not respond to the real needs of rural people. Development cooperation must contribute to offer instruments and methodologies, which have been successfully tested on the local or regional level.

A pro-active stance to reduce the vulnerability of people living in disaster-prone areas requires a more comprehensive approach that encompasses both disaster risk management and natural resources management in an integrated planning approach in rural development (EGER, 2002, p. 327).

No entanto, este modelo de desenvolvimento mostrou não dar conta de problemas como a redução da pobreza rural. Nos anos 1980, com a maior abrangência do neoliberalismo, o Estado enfraqueceu seu poder de intervenção, não se discutindo propostas de desenvolvimento nas zonas rurais. O debate sobre o tema só foi restabelecido nos anos 1990, fruto da ineficiência do desenvolvimento, decorrente do crescimento e da liberalização dos mercados.

Dutra Neto e Luzón Benedicto (2005) afirmam que a partir desta constatação, desenvolvimento passou a ser visto como algo intrínseco à sociedade. A solução para os problemas sociais do campo nos países em desenvolvimento poderia se dar através da participação da comunidade aliada a políticas públicas.

Algo que marca o desenrolar das teorias dentro do pensamento do desenvolvimento rural é o hiato existente entre o surgimento de uma problemática, geralmente observada empiricamente junto a comunidades, sua difusão, teorização e enfim, sua prática junto às comunidades no meio rural. Ellis e Biggs (2001) dão o exemplo da recente abordagem *sustainable livelihoods*⁴, apresentada em 1998 por Carney, mas que tem seus princípios na década de 1980 com os trabalhos de Sen e Swift sobre fome e, no início da década de 1990, com os trabalhos de Chambers e Conway e Bernestein, que começaram a desenvolver os princípios do que seria mais tarde a teoria de *livelihoods*.

Para Navarro (2001), desenvolvimento rural refere-se a ações previamente articuladas que induzem a mudanças em um determinado contexto rural, tendo como objetivo final a melhoria do bem-estar das pessoas. O autor afirma que o conceito de desenvolvimento rural é mutável com o tempo, pois é influenciado por diversas conjunturas e contextos.

O conceito de desenvolvimento rural sustentável, conforme Navarro (2001) surge nos anos 1980, com a junção dos conceitos de desenvolvimento rural e desenvolvimento sustentável. O termo **sustentável**, advindo das ciências naturais, diz respeito, do ponto de vista ecológico, à “tendência dos ecossistemas à estabilidade, ao equilíbrio dinâmico, a funcionarem na base da interdependência e da complementaridade, reciclando matéria e energia” (EVASO, 1993, p.44 *apud* GIANANTI, 1998, p.13). O desenvolvimento ecológico

⁴ Aqui não se tem por propósito discutir a abordagem de *livelihoods*, no entanto apresenta-se a seguinte passagem como uma representação assaz superficial e genérica: “*The livelihoods concept takes an openended view of the combination of assets and activities that turn out to constitute a viable livelihood strategy for rural family*” (ELLIS; BIGGS, 2001, p. 445).

sustentado visa a garantir o progresso material e bem-estar social, resguardando os recursos e os patrimônios naturais.

Economicamente, considera-se o desenvolvimento sustentável como a capacidade das sociedades sustentarem-se de forma autônoma, gerando riquezas e bem-estar, a partir de seus recursos e potencialidades. Conforme Navarro (2001), trata-se de incorporar a dimensão ambiental no desenvolvimento rural.

A maioria dos pobres no Brasil vive em zonas rurais, por isso a necessidade de analisar separadamente este espaço. Propostas de desenvolvimento devem considerar as particularidades locais, investindo nas pessoas, na expansão das suas capacitações, para que obtenham liberdade de agir e ser como desejam e valorizam, desfrutando, conseqüentemente de uma qualidade de vida que julgam a melhor. Como a qualidade de vida dessas pessoas pode estar fortemente vinculada à qualidade ambiental, é necessário considerar como a qualidade dos elementos naturais pode intervir nos funcionamentos das pessoas e nas suas liberdades para levarem a vida que escolheram.

3 POBREZA E VULNERABILIDADE: as especificidades do espaço rural

A principal meta do desenvolvimento vem a ser a erradicação da pobreza. Ao longo dos trabalhos esta deixou de ser vista de forma unidimensional, sendo importantíssimo reconhecer quais as características que a projetam em determinados espaços.

Como o objetivo do trabalho é analisar de que forma a seca afeta a vulnerabilidade e a pobreza da população de Santo Cristo é importante ressaltar de que maneira o trabalho trata pobreza, que aqui é apresentada segundo a perspectiva seniana. A seguir buscam-se as especificidades da pobreza rural e como esta se relaciona com o meio ambiente.

Logo após será abordada uma sessão que apresenta a vulnerabilidade e como a teoria acerca do assunto tem evoluído. Por fim se relacionará a vulnerabilidade e a pobreza para entender porque é tão importante ter essas duas dimensões em um projeto de desenvolvimento rural para a região de Santo Cristo.

3.1 POBREZA: uma abordagem seniana

O tema pobreza tem sido bastante debatido desde os anos 1970 quando as desigualdades entre nações se tornaram mais perceptíveis. A partir de então muitas foram as teorias e debates acerca do assunto. Poderia-se, como já foi realizado, formular um trabalho apenas sobre este tema, rico e ainda em ebulição, no entanto, aqui optou-se por trabalhar em coerência com o referencial teórico. Além disso, a visão seniana está sendo usada pela maioria dos órgãos internacionais que discutem e “combatem” a pobreza.

O Relatório do PNUD (2001) considera que os pobres são mais do que aquelas pessoas que não podem comer, se vestir, receber atendimento médico ou educacional. Os pobres são também os mais vulneráveis a fenômenos naturais, são os que têm menos acessos institucionais e os que têm mais dificuldades de encontrar voz ativa dentro da sociedade.

Essa visão do The World Bank (2000) está vinculada à teoria da abordagem das capacitações de Amartya Sen, que prevê que o objetivo do desenvolvimento é possibilitar com que as pessoas levem a vida que julgam melhor e para isto é necessário acabar com a

pobreza através da expansão das capacitações. Para Sen (2001) a pobreza deve ser entendida como a privação das capacitações básicas e não como a simples insuficiência de renda como é comumente feito. Sen (2001) reconhece a renda como um dos fatores que mais influencia a capacidade de realização das capacitações básicas, no entanto, lembra que esta é um meio importante para alcançar fins, e não um fim em si mesma. Segundo Sen, a pobreza deve ser vista como privação das capacitações básicas por três motivos:

- 1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades (*sic!*)⁵; a abordagem concentra-se em privações que são *intrinsecamente* importantes (em contraste com a renda baixa que é importante apenas *instrumentalmente*).
- 2) Existem *outras* influências sobre as privações de capacidades– e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidade).
- 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional) (SEN, 2001, p. 109, 110).

A heterogeneidade entre os indivíduos é um dos motivos supracitados por Sen. Pessoas com diferentes habilidades e capacidades tendem a transformar renda em funcionamentos de maneiras diferentes e nem sempre com a mesma “eficiência”. Diferentes formas de rendas auferidas podem levar a diferentes formas de liberdades substantivas, ou seja, a liberdade para se levar à vida que se valoriza. Isso é muito importante, segundo Sen (2001) nas tomadas de decisões de políticas públicas, pois os indivíduos possuem necessidades diferentes e são afetados diferentemente também.

Desta forma, os juízos de valor não podem ser ignorados. Pessoas com deficiências, com alguma incapacidade não podem receber o mesmo auxílio ou ter à disposição os mesmos mecanismos daquelas que têm perfeitas condições físicas e psíquicas para transformar meios em fins. Isso é válido tanto para características pessoais quanto de localização ou de situação de risco. No caso da seca, uma pessoa na cidade que tem sua água racionada não sofre do mesmo jeito do que alguém que perde toda a sua subsistência, fica com dívidas, sem perspectiva para a próxima safra e ainda tem racionamento, isso se não sofrer totalmente a falta de água.

Sen (1999a) também chama a atenção para a necessidade do juízo de valor relacionado à reconstituição e contextualização histórica da comunidade a ser estudada. A isso ele se remete a uma passagem de Adam Smith na qual o autor descreve a vergonha de alguém que

⁵ Por ser uma citação literal foi mantido o termo capacidade, mas a autora do presente trabalho entende que este foi traduzido de maneira equivocada, sendo mais adequado o uso do termo capacitação que significa capacidade de ação, de agir.

não possuía camisa de linho na Inglaterra de sua contemporaneidade. Conhecer os valores da sociedade a ser estudada é primordial para entender o que é pobreza em seu contexto.

Simplesmente fazer uma contagem das pessoas como pobres ou procurar um indicador agregador pode gerar distorções de simplificação (SEN, 1999a). Sen (1999a) diz que a pobreza pode ser unidimensional (privação absoluta), como no caso de sociedades que sofrem de fomes crônicas. Neste caso, a fome é uma dimensão que se sobrepõe às demais. No entanto, no mesmo trabalho o autor argumenta que a pobreza unidimensional ocorre mais raramente. A pobreza, de forma geral, tem por propriedade ser multidimensional (privação relativa) e atinge os indivíduos de maneira diferenciada.

A privação relativa de rendas pode se transformar em privação absoluta de capacitações. Esse é o caso do indivíduo que tem renda alta para os padrões mundiais, mas no seu país sofre uma privação de capacitações, sendo considerado pobre (SEN, 2001).

Nota-se que, aqui, há uma discussão diferente da anterior sobre insuficiência de renda. A nutrição é um fim em si mesmo, já a renda é um meio. Sen (1999a) afirma que podem existir casos de pobreza onde haja um fim não alcançado que tenha uma dimensão superior aos demais que o qualifique como unidimensional, entretanto este é o mais raro dos acontecimentos, apesar de ser tratado como o mais comum tanto na literatura quanto nas políticas públicas.

A importância de se mudar o foco da pobreza vista como insuficiência de renda para a pobreza como privação das capacitações básicas é a diferenciação entre fins e meios. Como já foi salientado, Sen (2001) aponta a renda como um dos principais meios para que se atinjam os funcionamentos, as capacitações e a decorrente liberdade da pessoa poder levar a vida que julga ser a mais adequada. No entanto, a renda não é um fim em si mesmo e não considerar a multidimensionalidade da pobreza e a heterogeneidade dos indivíduos e dos contextos sociais, segundo os quais estão inseridos, leva a simplificações que podem trazer resultados distorcidos, diferentes dos objetivos desejados.

Existe tanto a condição de privação, quanto o sentimento de privação e ambos devem ser tratados como privação das capacitações básicas. A condição de privação diz respeito tanto a alguns meios aos quais as pessoas não têm acesso (intitamentos) quanto a fins (funcionamentos), já o sentimento de privação diz respeito a fins (funcionamentos). Por estas razões a pobreza não pode ser definida como algo dado e imutável. Quando a pobreza é medida de forma descritiva agregativa geralmente não faz parte de um exercício ético.

O contexto rural apresenta suas especificidades que são abaixo salientadas. Aqui não se pretende discutir o que é rural nem ruralidade. O que não significa que o debate não seja pertinente, mas não faz parte dos objetivos deste trabalho. Entende-se, no momento, por rural o espaço no qual há produção agropecuária e agroindustrial e no qual a população possui hábitos e culturas rurais. No entanto, conforme o Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola - FIDA (2001) quanto mais confusa for a distinção entre o que é rural e o que é urbano piores serão as políticas de combate à pobreza rural, por isso a necessidade e pertinência deste debate em outros trabalhos.

3.1.2 Pobreza rural

Durante a última década não se tem obtido avanços significativos no combate à pobreza rural. A taxa de redução entre 1990 e 1998 foi de um terço do que foi estipulado no período para que se atingisse a meta de redução da pobreza até 2015 (Metas do Milênio) (FIDA, 2001). Essa pobreza só é medida em insuficiência de renda, podendo o problema ser ainda mais grave se as demais dimensões fossem consideradas. Entretanto, é consenso que a maior intensidade de pobreza está no meio rural.

A pobreza rural na América Latina, em geral, convive com entornos de alta tecnologia, com a agroexportação e com grandes extensões de terras cultiváveis nem sempre devidamente utilizadas. Assim, como a pobreza urbana, a pobreza rural tem problemas estruturais de alta desigualdade. No entanto, na região apresentada pelo trabalho, como será mostrada pela reconstituição histórica, essa desigualdade é insignificante, havendo mais ou menos fragilidades entre os indivíduos.

A pobreza rural é analisada como resultado de processos humanos, que vão se expressar em termos históricos, sociais, políticos e econômicos (FIDA, 2000). Como a pobreza no meio urbano, a pobreza rural pode ser entendida dentro da abordagem de Amartya Sen. Aqui, buscar-se-á expor as especificidades do meio rural e procurar entender porque este deve ser tratado de forma discriminada, considerando suas particularidades, mas inserido em um objetivo maior, qual seja o desenvolvimento nacional, que começa pelo desenvolvimento local e, como já foi visto, parte da premissa do término da pobreza.

Os indivíduos abordados neste estudo são agricultores familiares, que possuem mão-de-obra familiar, geralmente com baixa tecnologia, que podem desempenhar tanto atividades

agrícolas quanto não-agrícolas. Entender como essas famílias se reproduzem é uma das premissas para verificar os problemas de pobreza e vulnerabilidade.

Dentro de ese esquema de vida, el uso de mano de obra familiar no remunerada, los papeles múltiples y cambiantes de hombres y mujeres, el trabajo infantil, la combinación de trabajo agrícola y no agrícola y la migración temporal o permanente caracterizan a la mayoría de los sistemas agrícolas familiares actuales (FIDA, 2000, p. 32).

A pobreza rural, na América Latina, está muito associada ao isolamento. Dentro disto os pobres rurais tendem a criar redes sociais com instituições mais próximas como cooperativas, sindicatos, igrejas ou de parentescos e vizinhanças. Segundo o FIDA a pobreza também é uma atitude de vida e daí a necessidade de conhecer os hábitos das pessoas para propor políticas de combate à pobreza:

Estas percepciones influyen en la naturaleza de los procesos productivos de la familia, sus estrategias de supervivencia y sus relaciones con otros campesianos pobres y no pobres, la comunidad y la trama social del mundo rural que los circunda. El conocer el “eterno psico-emocional” del campesiano pobre, sus percepciones y aspiraciones personales y familiares influye en el posible éxito o fracaso de los programas de reducción de la pobreza y de desarrollo rural (FIDA, 2000, p. 19).

A maioria dos pobres rurais está estreitamente ligada à terra. Assim, quanto mais degradada e menor for essa propriedade, mais vulnerável estará a família que nela vive. O problema se acentua quando há falta de acesso à terra. O mais vulnerável entre os vulneráveis, se é que aqui se permite o uso dessa expressão, é aquele que não possui terra e faz contrato de arrendamento por quantidade de produção ou aluguel fixos. Assim, mesmo com uma quebra de safra, além do prejuízo que os demais têm, este fica com uma dívida praticamente impagável.

Além da falta de acesso à terra, o acesso à água também é fundamental para o desenvolvimento e funcionamento da propriedade. Como poderá ser visto na próxima sessão, essa proximidade da população rural com os elementos naturais é muito grande e fundamental para a sua vida e sustento.

Outro fator que contribui para a permanência da pobreza no meio rural é a dificuldade de expansão de capital humano. Não que as pessoas que vivam no campo tenham dificuldade de aprendizado, mas os serviços públicos e institucionais são menos oferecidos no interior do que nos grandes centros. A isto, vem tanto a educação formal, quanto curso de capacitação, aprimoramento. Outra ressalva são as normas fitossanitárias que cada vez mais excluem um

número maior de pessoas do mercado que não podem acompanhar os aumentos dos custos de produção.

Apesar do reconhecimento da necessidade de se acabar com a pobreza rural por parte de autoridades e órgãos internacionais, os pobres do meio rural continuam tendo pouco poder de voz junto às esferas públicas. Isto é notado diante a falta de infra-estrutura e de acesso a serviços públicos muito superiores no meio rural do que no meio urbano. Como nas áreas rurais faltam infra-estruturas, os investimentos iniciais são mais altos do que nas áreas urbanas. Não obstante, há uma falta de planejamento de desenvolvimento rural, de políticas que busquem desenvolver e fortalecer verdadeiramente a agricultura familiar.

A pobreza rural pode ser do tipo estrutural ou transitória. A pobreza do tipo estrutural caracteriza uma população com níveis educacionais muito baixos ou nulos; carente ou com grandes limitações de recursos produtivos; limitados conhecimentos de cultivo ou para demais atividades rurais; e com falta de acessos a serviços básicos. Já, a pobreza do tipo transitória afeta pessoas vulneráveis (FIDA, 2000). Quanto maior a vulnerabilidade, maior as chances dessa pobreza transitória se transformar em pobreza estrutural. Segundo a FIDA:

Debido a los limitados activos productivos que disponen, y a las limitadas habilidades laborales de sus miembros, los sistemas familiares rurales pobres se encuentran en un equilibrio económico precario, siendo vulnerables a los cambios de las condiciones económicas, políticas, sociales y climáticas de su entorno rural. [...] la “aversión al riesgo” es una característica esencial de los sistemas familiares pobres (FIDA, 2000, p.31).

Além da pluriatividade, que deixa menos vulnerável econômica e produtivamente o agricultor, e da posse da terra, as questões ambientais também são chave para entender essa relação de vulnerabilidade. Na próxima sessão será descrita a relação entre pobreza e meio ambiente e sua importância. No caso da seca de Santo Cristo, esta relação não só está presente visualmente como, segundo relatos de moradores, a devastação é um dos motivos para que a estiagem se transformasse em seca e conseguisse causar o estrago que causou.

3.2 RELAÇÕES ENTRE POBREZA RURAL E MEIO AMBIENTE

As relações entre meio ambiente e pobreza foram suscitadas pela primeira vez no debate sobre desenvolvimento sustentável. Grande parte da literatura que permeia o assunto trata do Círculo Vicioso da Pobreza que, em última análise, culpa os pobres pela degradação ambiental. Recentemente, esta relação tem sido vista de outra maneira. Os pobres estão mais

estritamente ligados ao meio ambiente e são perante este mais dependentes e vulneráveis. Assim, é necessário vincular a questão ambiental às propostas de redução da pobreza.

Conforme United Kingdom. DFID et al. (2002), as percepções de bem-estar das pessoas pobres estão fortemente vinculadas ao meio ambiente no que concerne sua subsistência, saúde, vulnerabilidade e o poder de controlar suas próprias vidas. Portanto, o fato de não ter acesso ou de haver degradação nos elementos naturais pode tornar uma pessoa pobre, independente da renda. Esta relação se fortalece ainda mais nas áreas rurais, onde as pessoas pobres dependem mais dos elementos naturais para sobreviver.

Além disso, algumas práticas dos não-pobres inibem o acesso dos pobres aos elementos naturais e estes, por estarem em situação de vulnerabilidade, sem amparos econômicos e jurídicos, enfrentam os impactos da degradação e da privação de uso de elementos naturais muito mais fragilmente do que os não-pobres. A falta de participação, de direitos de uso e propriedade e de facilidades econômicas, pode fazer com que os pobres não consigam converter os serviços ambientais em fatores que consideram apropriados ao seu bem-estar.

No entanto, apesar de avançarem na discussão da relação entre pobreza e meio ambiente, muitos estudos continuam apresentando esses objetos de forma unidimensional. As dinâmicas das relações entre esses fatores são relativamente negligenciadas na literatura (DASGUPTA; MALER, 1994 apud REARDON; VOSTI, 1995). As relações entre pobreza e meio ambiente são complexas e dinâmicas, o que dificulta a compreensão dessas dimensões (SHYAMSUNDAR, 2001). Segundo Reardon e Vosti (1995), raramente se diferenciam os diversos tipos de pobreza e os tipos de elementos naturais a serem estudados. Esta relação não deve ser feita de forma generalizada, sem que se considere as particularidades locais. Deve-se saber quais fatores ou elementos naturais têm maior impacto sobre a população pobre, como se dá essa influência e o que falta a essa população para diminuir sua fragilidade e vulnerabilidade.

Segundo Foladori (2002), a pobreza e a degradação ambiental estiveram, nos últimos trinta anos, relacionadas na literatura em fases por ele assim demarcadas: a primeira por volta dos anos sessenta, com o surgimento da moderna concepção da problemática ambiental que é denominada de círculo vicioso da pobreza, a qual prevê que os pobres são mais dependentes do meio ambiente, por isso o degradam mais e são aqueles que vivem nas áreas mais degradadas, por isso são mais pobres e cada vez mais dependentes do meio ambiente. Dentro

desse raciocínio, presente na conferência de Estocolmo (1972) e no relatório de Brundtland (1987), os pobres são culpados pela degradação ambiental, pois não fazem um uso “racional” dos recursos naturais. A alternativa para romper com o círculo vicioso seria o desenvolvimento econômico.

A segunda fase, conforme Foladori (2002), começou no final da década de 1990, na qual a hipótese do círculo vicioso foi revisada e foi denominada de duplo caminho, a qual previa que: nem sempre os pobres degradam mais como o mesmo também não é válido para a hipótese de que os ricos degradam menos; a pobreza não deve ser considerada como principal incidente de degradação; a degradação poderia ser resultado de uma degradação mercantil. A terceira fase, sinalizada por Foladori (2002), diz respeito à qualidade de vida, que passou a integrar o conceito de sustentabilidade ambiental juntamente com a preocupação de garantia para as gerações futuras de integridade ambiental. A teoria de Amartya Sen vem ao encontro dessa nova fase, através da abordagem da capacitação. A esta fase o autor denomina de participação social, na qual a natureza não é vista como algo externo aos seres humanos, mas como parte decisória deles. Esta proposta foi mudando ao longo do tempo. Nos anos 1980 restringia-se a organizações não-governamentais, limitando-se à difusão do conhecimento através das palavras. Hoje, passa pelo empoderamento, pelo processo participativo e decisório nas estratégias a serem tomadas perante a natureza. O grande desafio em termos de sustentabilidade ambiental continua sendo “*el hecho de que tal concepto se restringe a cambios técnicos, que pueden mejorar significativamente el nivel de calidad de vida en la esfera local, o para determinados sectores*” (FOLADORI, 2002, p.634). Além disso, a ausência de participação nas decisões de uso dos elementos, de oportunidade sociais, de facilidades econômicas, de segurança ecológica, de assistência técnica e educativa e de agências governamentais, pode agravar os distúrbios ambientais e, conseqüentemente, diminuir o bem-estar dos pobres.

Políticas que combatam a pobreza devem visar o correto manejo dos elementos naturais como fator que garanta o bem-estar e a sustentabilidade. Segundo Comim (2004), embora a complexidade e a multidimensionalidade dessas relações (bem-estar humano e ecossistema) sejam amplamente conhecidas, o uso de técnicas unidimensionais e lineares (como a análise de subsistência e avaliação de impactos ambientais) permanecem permeando pesquisadores e formuladores de políticas. O referido autor defende o uso da análise multidimensional para avaliar bem-estar humano e serviços de ecossistema focalizando a

promoção da autonomia de indivíduos e comunidades. Essa análise multidimensional pode ser a abordagem de desenvolvimento através da expansão das capacitações.

Tanto o bem-estar humano, quanto as particularidades ambientais são complexas e multidimensionais. Por isso, é necessário que se considere essas particularidades dinâmicas na formulação de propostas. As pessoas relacionam-se com o meio ambiente não somente através da provisão de alimentos ou insumos, mas têm com este uma relação de existência, de tradição, cultural e de garantia de bem-estar. Isso deve ser levado em conta.

Conforme Comim (2004), a abordagem das capacitações é um aporte teórico que considera: os aspectos multidimensionais do bem-estar humano; aspectos éticos no que concerne o fator distributivo em avaliações de bem-estar humano; indicadores ambientais e de pobreza que reflitam as escolhas e desejos da comunidade local e não simples análises de monitoramento; análises de participação que revelam o grau de envolvimento individual e comunitário no manejo dos recursos naturais e; avaliam o que as pessoas são capazes de fazer e ser, ao invés de simplesmente verificar recursos que eles consideram capazes de melhorar seu bem-estar.

Assim, na visão de Comim (2004), as pessoas pobres e os ecossistemas deveriam ser vistos como parte da solução e não do problema no lugar onde vivem. O autor afirma que a abordagem das capacitações dá a estrutura para articular as diferenças nas informações necessárias para a solução dos problemas que existem nas relações entre pobreza e ecossistemas. Para se analisar políticas de combate à pobreza, deve-se conhecer os diversos fatores que acarretam a mesma e, tendo em vista que a melhoria da qualidade de vida e a ligação estreita que os pobres exercem com o meio ambiente, verificar os funcionamentos ambientais.

Conhecendo os diferentes tipos de problemas ambientais é mais fácil entender as relações que a pobreza tem com eles. Os serviços ambientais, segundo a United Nations Environment Programme - UNEP (2002) estão divididos em: provisão, regulação e enriquecimento [*enriching/cultural*]. A provisão refere-se prioritariamente aos insumos usados em atividades econômicas e de garantias de comida e água. Os serviços de regulação ou suporte referem-se às funções do ecossistema que garantem a existência de vida, como a purificação da água e do ar, regeneração do solo e proteção contra os raios ultravioletas do sol. Já, o enriquecimento concerne as atividades culturais e espirituais que utilizam-se de vários elementos da natureza em seus rituais. A quebra dessas atividades gera profundas

rupturas em determinadas relações sociais.

O UNEP (2002), considera que os quatro instrumentos de liberdade (social, econômica, ecológica e política) interferem nos serviços de ecossistema (provisão, regulação e enriquecimento). Nessa ligação pode haver políticas de intervenção que visem reformular ou formar novas direções que corrijam os distúrbios ambientais. Tanto os instrumentos de liberdade quanto os serviços de ecossistema têm relação de causa com fatores de bem-estar humano ligados ao ecossistema, mas só na promoção de expansão dos instrumentos de liberdade é que podem haver intervenções.

A Organização das Nações Unidas, através do PNUD (2002) também passou a ver a pobreza de uma forma multidimensional, avançando para além da análise de privação de renda, considerando como pobres pessoas com privação de determinados constituintes de bem-estar. Para tanto, elegeram dez constituintes de bem-estar fundamentais que relacionam-se diretamente com o ecossistema:

- 1) Ser capaz de se nutrir adequadamente;
- 2) Ser capaz de evitar doenças;
- 3) Ser capaz de viver em um abrigo seguro e ambientalmente limpo;
- 4) Ter acesso à água limpa e adequada;
- 5) Ter acesso à qualidade do ar;
- 6) Ter acesso à energia para se aquecer e cozinhar;
- 7) Poder fazer uso da medicina tradicional;
- 8) Poder fazer uso dos elementos do meio ambiente com fins de enriquecimento [*enriching*];
- 9) Ser capaz de enfrentar catástrofes ambientais, como enchentes, deslizamentos de terra e tempestades;
- 10) Ser capaz de tomar decisões de manejo sustentável dos recursos naturais e que possibilitem obter uma renda sustentável.

Muitos dos indicadores do bem-estar dos pobres estão mais estreitamente relacionados aos serviços de ecossistema do que com os dos não-pobres. As barreiras para a expansão das capacitações dos pobres quanto à escolha do uso e manejo dos elementos naturais pode estar vinculada à falta de direitos, como o de propriedade, bem definidos, à discriminação interna à comunidade (caso das mulheres e crianças), e à falta de facilidades econômicas (aumento da

exploração através de intermediários e maior vulnerabilidade).

Segundo o UNEP (2002), para demonstrar a natureza complexa e multidimensional das relações entre pobreza e meio ambiente, os governos devem ter como diretrizes a especificidade, a clareza e a praticabilidade. As propostas devem ser realizadas considerando-se as especificidades tanto dos ecossistemas locais, quanto aos desejos, cultura, atividades econômicas da comunidade que se quer atingir. As relações que se estabelecem entre a comunidade e o ecossistema devem ser discutidas e entendidas, para que os formuladores de política possam perceber porque há degradação, o que há por trás daquilo que se verifica através do simples monitoramento, para que as estratégias de intervenção possam ser eficazes. A estrutura entre esses conhecimentos do bem-estar humano e das especificidades do ecossistema deve ser prática, para que os formuladores de política possam integrar as estratégias de intervenção nas tomadas de decisão da comunidade.

Portanto, atualmente as estratégias de desenvolvimento que primam pela redução da pobreza devem estar estruturadas, através de instituições e organizações, à segurança ambiental. Além disso, essas estratégias devem estar vinculadas à expansão das capacitações e conseqüente liberdade, abrangendo a multidimensionalidade dos objetos em questão, para que as pessoas, através de seus valores e vontades, possam alcançar o que consideram os constituintes de seu bem-estar. Além da relação entre pobreza e meio ambiente, a vulnerabilidade está estreitamente vinculada a questão ambiental. A próxima sessão aborda a vulnerabilidade e como a teoria acerca desta tem evoluído.

3.3 VULNERABILIDADE

Além de identificar o tipo de pobreza, caracterizando as retenções de funcionamentos e capacitações, atualmente é entendido que outra dimensão também deve ser analisada: a vulnerabilidade. Shaffer (2001) afirma que a vulnerabilidade não é pobreza, mas sim uma situação que pode fazer com que pessoas não pobres venham a se tornar pobres, ou aquelas que já estejam em estado de pobreza agravem sua situação.

Até pouco tempo os desastres ambientais eram vistos como “males eventuais” da natureza, sendo desvinculados dos processos sociais e de desenvolvimento. As pessoas recebiam pacotes de auxílio, sem que a realidade delas antes do desastre fosse considerada, tudo feito de forma emergencial sem analisar as conseqüências. Além disso, não havia

investimentos em tecnologia de análises climáticas e ambientais que diminuíssem as incertezas sobre a natureza (YODMANI, 2005).

Conforme Yodmani (2005), as ajudas fornecidas às pessoas em estado de calamidade têm seu valor humanitário, no entanto são ineficientes dentro de um processo holístico, que visa o desenvolvimento e fortalecimento dessas pessoas. O autor também ressalta que o aumento de vítimas de desastres ambientais é maior do que o aumento destes:

Over the four decades from the sixties, till the nineties there was an exponential increase in human and material losses from disaster events, though there was no clear evidence that the frequency of extreme hazard events had increased. This indicated that the rise in disasters and their consequences was related to the rise in the vulnerability of people all over the world that was induced by the human determined path of development (YODMANI, 2005, p.2.).

A discussão sobre a vulnerabilidade surge, segundo Shaffer (2001), pelos seguintes motivos: pela vulnerabilidade ser a mais discutida “circunstância” no cerne das avaliações de pobreza; dado o acúmulo de dados (coletados durante muitos anos de pesquisa) ter a possibilidade de acompanhar o desempenho das famílias ao longo do tempo e; as várias crises asiáticas, que têm fragilizado socialmente países que há muito tempo haviam superado a pobreza crônica (SHAFFER, 2001, p. 7).

Para NCWSR (2003), Robert Chambers (1989) deu uma contribuição fundamental para o desenvolvimento do conceito de vulnerabilidade. Chambers (1989), discutiu que embora o termo vulnerabilidade já fizesse parte há bastante tempo do vocabulário de desenvolvimento, este era erroneamente usado como sinônimo de pobreza. Ao se fazer isso, na sua opinião, não se discriminavam grupos como os compostos por mulheres grávidas e crianças, que realmente mereciam o “adjetivo” de vulnerabilidade.

Reconhecida a necessidade de se verificar o “grau” de vulnerabilidade e a sua distinção da pobreza, apesar de sua proximidade, ela passou a ser analisada por duas correntes, distintas, mas que no final se completam. Primeiro a avaliação era defendida pelos técnicos que verificavam a vulnerabilidade segundo áreas mais propícias a sofrerem algum fenômeno natural, como seca, enchentes e furacões. Para essa corrente, as pessoas mais vulneráveis eram as que viviam nesses locais.

A outra corrente era composta por analistas sociais, que afirmavam serem vulneráveis aqueles com menos recursos monetários e que viviam em países em desenvolvimento, também economicamente vulneráveis. Estes últimos não abordam as questões ambientais, alegando que, na ocorrência de um fenômeno natural, aquele que tiver recursos para se

defender, pouco sofrerá. Essa parece uma discussão não muito importante, mas é a chave para o entendimento do que é vulnerabilidade, porque suscita a questão da temporalidade que a cerca e da necessidade de tratar do assunto segundo abordagens que unam as duas correntes, que, embora tenha a segunda nascida de uma crítica à primeira, trata-se de um avanço. Para um melhor entendimento e enriquecimento teórico, serão discutidas brevemente essas correntes, mostrando suas limitações e contribuições.

Eger (2002) discute a necessidade de se gerenciar os riscos de desastres ambientais e vincula esse fato ao desenvolvimento sustentável. Apesar de pontuar que o abalo causado por um fenômeno ambiental pode impedir toda uma população de progredir, o trabalho ressaltado não propõe o fortalecimento socioeconômico, mas a manutenção dos elementos naturais como garantia de não-desastres. Conforme pode ser visto abaixo:

Environmental degradation due to natural factors like droughts and floods and human factors like deficient land management exacerbated the situation. Disaster prevention strategies consisted mainly of top down approaches leaving the rural population with an ever increasing gap between themselves and the service system on local and regional level, which makes development disparities difficult to bridge (EGER, 2002, p. 323).

Então essa abordagem defende políticas de melhoramentos de manejos de solo, monitoramento temporal e políticas ambientais que visem sustentabilidade. A população é mais usada como uma justificativa para que essas decisões sejam tomadas. Caso haja degradação ambiental, a população tende a empobrecer, a perder bem-estar.

No que concerne o meio ambiente, as propostas de intervenção podem ser vistas como de longo prazo, pois prevêm sustentabilidade. Porém, exceto a já mencionada posição de empobrecimento diante de um fenômeno ambiental, esses manejos de riscos prevêm pacotes de emergência, que, em havendo um desastre ambiental, amenize a situação das vítimas. A atenção maior é dada a necessidade de conservação.

A NCWSR (2003) faz uma crítica a essa abordagem. Conforme sua análise, que se desenvolve a partir dos apontamentos de Chambers, supracitado, a abordagem a partir de desastres naturais trata a vulnerabilidade de maneira fotográfica. Contra as incertezas da natureza, pouco se pode fazer, no entanto, quanto às vulnerabilidades sociais, estas sim devem ser mais elucidadas. Essa mudança do curto para o longo prazo em termos de superação das vulnerabilidades é de extrema importância, segundo a Instituição, para os tomadores de programas de políticas públicas (NCWSR, 2003).

Dando seguimento a contribuição de Chambers, novamente pontuando sua distinção da pobreza, Woodrown e Anderson (1989) avançam na questão da vulnerabilidade, ao abordar essa considerando a dependência e a capacidade de reação das pessoas frente a desastres naturais. A crítica a este trabalho se dá por manter o atrelamento ao perigo de desastres naturais. Ele integra parte do contexto social, mas não consegue captar as diferenciações na pobreza, por ainda manter a questão ambiental (NCWSR, 2003).

Os analistas sociais defendiam que essa visão de vulnerabilidade a riscos ambientais não dá conta de dinamizar as reais vulnerabilidades. Isso faz toda a diferença no preparo de políticas públicas. O que estava sendo proposto era uma mudança na abordagem de ajudas imediatas, para medidas de prevenção, de fortalecimento pessoal. Essas medidas deveriam ser aplicadas em termos de planejamento e intervenção, que passam do curto para o longo prazo (NCWSR, 2003).

O que a NCWSR (2003) aponta é que a vulnerabilidade deve ser “trabalhada” quando esta implica em perda de bem-estar das pessoas. Diz que a vulnerabilidade a desastres naturais é uma forma específica de vulnerabilidade, que nem sempre a vulnerabilidade está ligada aos impedimentos econômicos, mas também a esta esfera e a outras tantas. Propõe que sejam aproveitados todos os trabalhos, elaborando uma abordagem sobre vulnerabilidade constituída por um “mix” de contribuições.

Essa dinâmica temporal é uma das principais dificuldades para conceituar e avaliar vulnerabilidade. Além disso, como aponta The World Bank (2000), mensurar vulnerabilidade é complexo, já que trata-se de algo observável ao longo do tempo. É necessário ter um acompanhamento dos dados ao longo dos anos e saber dos indivíduos se eles percebem uma piora na sua qualidade de vida. The World Bank (2000) diz que é um desafio encontrar um indicador de vulnerabilidade que aponte previamente situações de risco das famílias. Realmente, a vulnerabilidade envolve situações que dificilmente conseguem ser generalizadas. A ressalva que The World Bank (2000) faz é que a tentativa de mensurar vulnerabilidade através, exclusivamente, de patrimônio e de renda, não reflete a real exposição das famílias ao risco.

Dolgberg (2001) concorda com o apontamento feito pelo Banco Mundial (2000-01) acerca da renda e vulnerabilidade. Segundo esta, existe sim uma relação entre recursos monetários disponíveis e vulnerabilidade, no entanto, não é a renda que determina a

vulnerabilidade. A situação de vulnerabilidade é determinada pelo local onde a pessoa mora e, mais especificamente, se esta é ou não pobre.

Dulcos (2002) ressalta a necessidade de diferenciar risco e vulnerabilidade, que têm naturezas dinâmicas distintas. Segundo o autor, risco é estar exposto a fatores que podem trazer implicações negativas ao bem-estar do indivíduo. Já, a vulnerabilidade é pertencer a grupos que, dado um choque, tendem a ficar pobres, ou, se já o são, agravarem sua situação.

Yodmani (2005) ressalta que a vulnerabilidade não é uniforme, atingindo distintamente grupo étnicos, mulheres, crianças, certas comunidades e países. Afirma que, assim como a análise da pobreza evoluiu da pobreza de renda para a pobreza de aspectos importantes para as pessoas, a abordagem de desastres ambientais devem ser vista não como eventos inteiramente criados pela natureza, mas sim como problema de desenvolvimento.

Além de afetar a dimensão da pobreza, mensurar a vulnerabilidade pode ser um importante instrumento quando se busca a melhoria do bem-estar das pessoas. Quando a pessoa se sente insegura (física, econômica, socialmente), por estar em uma situação de vulnerabilidade, isto afeta diretamente de forma negativa o bem-estar deste indivíduo. Assim, a vulnerabilidade tem sido estimada por indicadores de bem-estar, como: utilidade, renda ou consumo, funcionamentos e capacitações (DULCOS, 2002, p.3).

The World Bank, através do WDR (2000) considera vulnerabilidade os riscos que envolvem os indivíduos nas dimensões da renda e da saúde ao longo do tempo e a probabilidade de estar exposto a riscos como desastres ambientais e violência. The World Bank (2005), através de outro *paper*, *Measuring Vulnerability*, diz que é necessário conhecer as mudanças na renda e no consumo antes e depois do choque enfrentado pela família, para se perceber seu grau de vulnerabilidade. Já, para Dilley e Boudreau (2001 apud JOHN, 2001) a vulnerabilidade compreende a extensão do sofrimento que uma calamidade pode ter causado em uma pessoa, considerando seu sustento, a exposição ao risco e a capacidade socioeconômica de resistir a prováveis choques.

Para McGregor (2000), as pessoas que vivem no espaço rural são mais vulneráveis do que aquelas que habitam o espaço urbano e podem vir a ter vulnerabilidades específicas, em detrimento da sua estreita dependência com o meio ambiente. Uma quebra de safra, por seca, enchente, geadas, ou outro fenômeno ambiental, pode acarretar perda da renda de um ano inteiro. O autor defende a necessidade de outras atividades, como o artesanato e tecelagem

(ressalta-se que seu estudo é sobre Bangladesh) para o fortalecimento econômico das pessoas do meio rural.

Visto isto, hoje, sabe-se que fenômenos naturais só viram desastres quando as pessoas da área atingida são vulneráveis. Também, através do desenvolvimento de tecnologia, no caso específico dos desastres naturais, pode-se prevenir situações de risco ambiental. Assim, para analisar a vulnerabilidade, deveria-se fazer mão de uma abordagem capaz de analisar os indivíduos, o contexto social e a área em que vivem. Conforme Yodmani, *“Disasters are no longer viewed as extreme events created entirely by natural forces but as unresolved problems of development. It is now recognized that risks (physical, social and economic) unmanaged (or mismanaged) for long time lead to occurrence of disaster”* (YODMANI, 2005, p. 2).

No entanto, segundo Yodmani (2005), apesar do pensamento de que a redução da vulnerabilidade deva passar por um processo de desenvolvimento, a maioria dos financiamentos e recursos monetários concedidos são dirigidos a programas de auxílio e ajudas emergenciais. Para Dolgberg (2001), o desafio está em encontrar uma abordagem que, ao verificar a situação de vulnerabilidade, aponte o caminho para tornar as pessoas pobres em pessoas não-pobres. Essas relações entre pobreza e vulnerabilidade são apresentadas no próximo tópico.

3.4 AS RELAÇÕES ENTRE POBREZA E VULNERABILIDADE

Assim como são os pobres os mais afetados pelos desastres ambientais existe também uma relação clara entre pobreza e vulnerabilidade. Não são somente os pobres que sentem os fenômenos naturais, mas são eles os que os sentem como desastres. Abaixo pode-se ver a figura que resume como tem evoluído os paradigmas de pobreza e os de desastres:

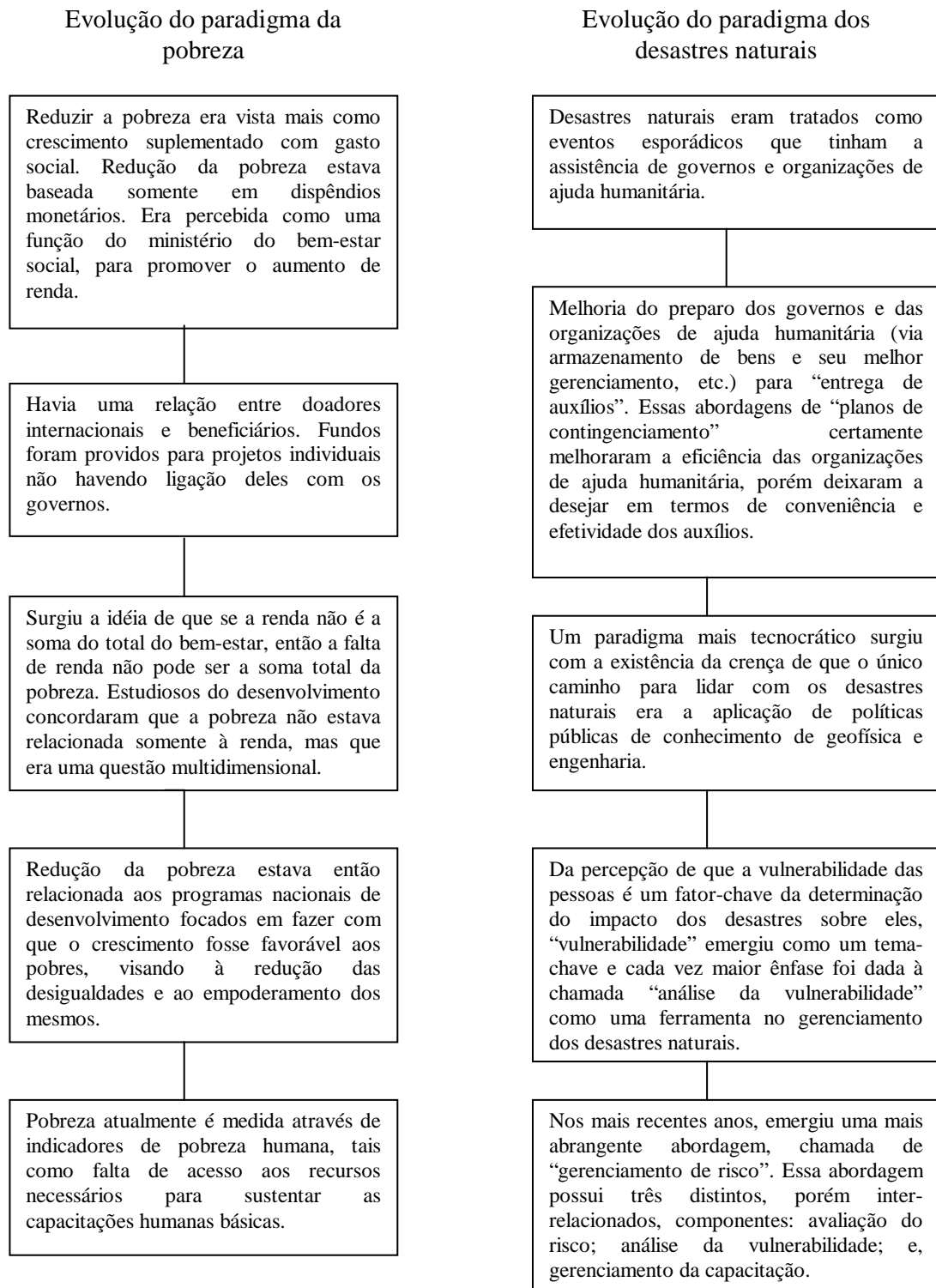


Figura 1: A evolução dos paradigmas da pobreza e dos desastres naturais

Fonte: Adaptado de Yodmani (2005), p. 3.

A figura resume a evolução do pensamento da pobreza e da vulnerabilidade, suas teorias, agora postas lado a lado, como comparativo. A pobreza nasce de um pensamento unidimensional voltado só para a renda, vai tomando dimensões até chegar na Abordagem das Capacitações. O gerenciamento de risco vem de uma corrente que acreditava exclusivamente na tecnologia, até chegar na vulnerabilidade social.

Os fenômenos naturais são incontrolláveis e fazem parte da natureza, mesmo que muitos deles venham ocorrendo em razão da ação do homem que degrada o meio ambiente e muda seus ciclos naturais. No entanto, os desastres ambientais são a união de um fenômeno ambiental mais condições de vulnerabilidade da população.

Uma população vulnerável é aquela que se encontra em estado de pobreza ou no limiar de pobreza. Como já foi esclarecido, pobreza e vulnerabilidade são coisas distintas, porém muito próximas. Uma população em condição de vulnerabilidade tem muita propensão a se tornar pobre e uma população pobre que está vulnerável econômica, social, política, cultural e ambientalmente tende a intensificar sua situação de pobreza em razão da sua vulnerabilidade.

Yodmani (2005) ressalta que a redução da pobreza já tem sido encarada como o principal objetivo do desenvolvimento e que a pobreza tem sido abordada não mais pela renda mas pelo bem-estar, o que contribuiu para a sua vinculação com “outros departamentos” como o gênero, etnia e meio ambiente. No entanto, conforme o autor, exemplos de integração de programas de redução da pobreza com os de manejo de desastre ambientais têm sido raros.

Há entre a pobreza e a vulnerabilidade uma característica de mobilidade. A vulnerabilidade é vista como um fator que pode acarretar pobreza. Essa mobilidade entre os pobres e não pobres em detrimento da vulnerabilidade é bem marcado no debate que relaciona as duas situações, no entanto, geralmente, só envolve renda.

Segundo McGregor (2000), um dos problemas das “intervenções” sobre a vulnerabilidade é que elas se dão no âmbito macro. Trata-se, conforme o autor, de problemas específicos, que devem ser considerados localmente. Além disso, é importante que haja ligação entre as esferas de governos estaduais e federais, com as prefeituras, igrejas, sindicatos, e demais órgãos e entidades que possam auxiliar com informações sobre as específicas necessidades.

As comunidades que têm uma rede de apoio, de capital social forte, conseguem se fortalecer e enfrentar os choques de maneira menos vulnerável, mesmo que todos sejam

vulneráveis. Por isso é importante olhar a pobreza e a vulnerabilidade de forma multidimensionais, como ressalta Yodmani (2005):

Risk reduction strategies for the poor should work towards reducing economic vulnerability and at the same time capitalize on (and perhaps nurture) the inherent social and cultural capacities of the poor communities. It is imperative that while improving the economic resilience of such communities, the physical, social and political risks are also recognized and managed (YODMANI, 2005, p. 4).

A vulnerabilidade está no limiar da pobreza. As pessoas em estado de vulnerabilidade, ao sofrerem um choque, podem ficar pobres ou, se já o são, piorar ainda mais sua situação. Além disso, as perdas acumuladas ao longo do tempo agravam o estado de vulnerabilidade, podendo acentuar a pobreza. Como escreve Maskrey,

In the year or so between the occurrence of a disaster and approved national reconstruction plans, many vulnerable communities revert to coping with risk, often in the same or worse conditions than before the disaster actually struck (MASKREY, 1999, p. 86 apud YODMANI, 2005, p. 2).

Quanto mais pobres são as pessoas mais vulneráveis elas tendem a ser e quanto mais vulneráveis as pessoas estão, mais perto da pobreza elas se encontram. Assim, programas de combate à pobreza deveriam considerar o grau de vulnerabilidade no qual as pessoas se encontram. A vulnerabilidade tem uma questão temporal: se for “atacada” antes do choque pode fazer muita diferença na vida das pessoas que se encontram nessa situação; no entanto se for desconsiderada a qualidade de vida das pessoas é muito fragilizada, podendo ser deteriorada a qualquer choque, agravando consideravelmente a vida das pessoas.

Como já foi anteriormente mencionado, pretende-se aqui analisar a vulnerabilidade e a pobreza dos agricultores familiares do município de Santo Cristo (RS), frente à seca que atinge continuamente ao longo de dez anos. Para tanto, ter-se-á como abordagem teórica, a Abordagem das Capacitações de Amartya Sen. O capítulo seguinte é dedicado a análise do estudo de caso, que descreve histórica e contemporaneamente o município, além de caracterizar o fenômeno da seca.

4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO

Este capítulo pretende abordar as características sócio-econômicas e ambientais de Santo Cristo, bem como o processo de seca que afeta o município. Mais uma vez, justifica-se a contextualização histórica, por ser um dos pontos defendidos por Sen para se compreender os reais problemas, deficiências e virtudes de determinada comunidade. Sem conhecer as mudanças sofridas na paisagem, na economia e na sociedade, muitas vezes não se pode inferir sobre contextos atuais.

Conhecidas as características do município e da sua população, será apresentada uma revisão bibliográfica sobre o fenômeno seca. A seguir, a seca será particularizada para Santo Cristo e, através de reportagens e visitas locais, pretende-se perceber como os períodos de seca vêm afetando a população rural do município.

4.1 A COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A partir do século XIX o governo brasileiro começa a incentivar a imigração européia na região noroeste do Rio Grande do Sul, que foi dar maiores resultados somente entre 1840/50, quando o tráfico de negro parecia ter se dado por encerrado. Até então o Imperador brasileiro distribuía terras através da concessão de sesmarias, onde os tropeiros e militares se fixavam e constituíam estâncias de gado. À época da mineração, essas estâncias tinham por objetivo fornecer animais para a lida nas minas e para a alimentação dos trabalhadores assalariados e escravos⁶, e com a decadência da mineração, destinavam-se à produção de charque para os escravos e pobres das cidades e à produção de trigo⁷ (MENASCHE, 1996).

As primeiras colônias alemãs, em 1824, se instalaram nas áreas de mata do centro-nordeste do estado, principalmente onde hoje se localizam os municípios de São Leopoldo, Montenegro, Caí, Lajeado, Estrela, Arroio do Meio e Santa Cruz. Em razão do crescimento

⁶ Faz-se essa distinção entre trabalhadores assalariados e escravos somente para marcar a exploração desses últimos, não com a intenção de diminuir seu esforço frente aos primeiros, visto que é sabido que os escravos viviam em piores condições, trabalhavam mais e além de todos os maus tratos ainda não recebiam recompensa por seu esforço.

⁷ Ressalta-se que aqui não foi abordado o período de produção pré-mineradora, como o período cafeeiro, por ser objetivo do trabalho aqui proposto verificar o contexto do Rio Grande do Sul, estado até então de pouca visibilidade nacional.

das famílias e da conseqüente divisão das terras, além do esgotamento dos solos dessas “colônias velhas”, os descendentes dos primeiros imigrantes se dirigiram às terras cobertas de mata no norte do estado. Ocorre, então, a segunda etapa da colonização alemã no estado, com a ocupação do noroeste do estado e o Vale do Rio Ijuí. Essas colônias novas têm seu período de ocupação estendido até aproximadamente 1931 (MENASCHE, 1996).

Sua história oficial começa com um senhor, Dr. Harst Hoffmann, que adquiriu do governo do estado a gleba rural, que compreendia o território de Santo Cristo. A gleba rural denominava-se Colônia de Boa Vista, tinha Santo Cristo por sede e pertencia ao município de Santo Ângelo (MUSEU MUNICIPAL DE SANTO CRISTO, 2004).

Os colonizadores de Santo Cristo são na sua maioria descendentes de alemães católicos, oriundos das chamadas Colônias Velhas. Segundo documento do Museu Municipal de Santo Cristo (2004), a maior corrente migratória chegou a esta localidade entre os anos de 1915 a 1918. Esses habitantes chegaram a região de Serro Azul, Colônia de Boa Vista, onde perceberam que a terra era rica em madeira de pinho, em águas, tinha bom clima e que deveria ser muito fértil. Um engenheiro, Carlos Kulmey, ficou encarregado de medir e dividir as terras, tomando o cuidado de deixar cada propriedade, na medida do possível, com fonte de água e obrigatoriamente medindo 25 hectares (MAMITT, 1997).

Segundo Mamitt (1997), quando surgiram as estradas, elas eram quase intrafegáveis, em razão das chuvas e enchentes corriqueiras à época. Essa passagem marca que a região já viveu dias de chuvas abundantes. O estado das estradas era precário e demorava-se semanas para que os mantimentos necessários chegassem. Logo a colônia passou a se chamar Santo Cristo. Faltavam farmácias, ferraria, serraria e moinho.

Aos poucos as famílias foram crescendo e as comunidades aumentando. Assim foram aparecendo as Comunidades⁸, estradas, escolas, capelas e comércio. Superadas as dificuldades iniciais, a zona de Alecrim⁹ obteve boa evolução. Alecrim, Santo Cristo e Santa Rosa integravam o 5º distrito de Santo Ângelo. Santa Rosa se emancipou de Santo Ângelo e Santo Cristo passou a pertencer a Santa Rosa (MUSEU MUNICIPAL DE SANTO CRISTO, 2004).

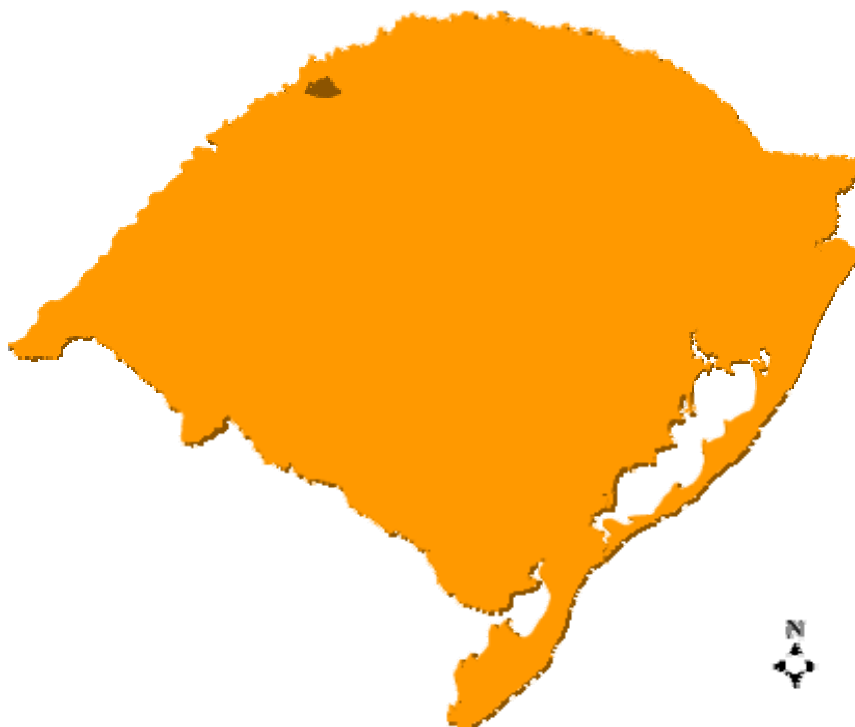
⁸ O município é composto pelas seguintes comunidades (segundo a ordem de quando foram surgindo): Dona Belinha, Rolador Alto, Linha Vênus, Linha Taquaruçu, Linha Divisa, Linha Doze de Maio, Linha Júpiter, Linha Rolador Baixo, Linha Larga, Linha Arnaldo, Linha Revolta, Vila Bom Princípio, Linha Guaraipo, Vila Laranjeira, Belinha Centro, Linha Salto, Linha Bom Fim, Laranjeira Leste, Esquina Thewes, Vila Sírío, Linha Orion Seca Alta (MUSEU MUNICIPAL DE SANTO CRISTO, 2004).

⁹ Município vizinho de Santo Cristo.

Em contraste com sua força econômica de Santo Cristo estava a capacidade política, já que o município era relegado ao desamparo e esquecimento do poder público de Santa Rosa. Diante deste fato, as comunidades passaram a reivindicar sua autonomia político-administrativa, que veio no dia 25 de julho de 1953, através da Lei Estadual nº 2.602 (MUSEU MUNICIPAL DE SANTO CRISTO, 2004). Tendo apresentado brevemente a história de Santo Cristo, pretende-se, no tópico seguinte, especificar as características do município.

4.2 O MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO

O município de Santo Cristo encontra-se na fronteira noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, região que, conforme Schneider e Waquil (2001), é uma das regiões de maior concentração e intensidade de pobreza rural no Estado. Além disso, esta região do noroeste tem convivido com períodos de secas constantes (sete secas em dez anos). Abaixo é apresentado o mapa que mostra a localização do município no estado do Rio Grande do Sul.



Mapa 1: Localização do município de Santo Cristo no Rio Grande do Sul

Fonte: FEE, 2005.

Conforme dados do Censo Demográfico de 2000 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2005), o município de Santo Cristo possui área de 36.688 Km², e sua população é composta por 14.890 habitantes, sendo que 51% vive no espaço rural. Abaixo está o Quadro 1 que mostra que a taxa de urbanização cresceu mais de 10% em dez anos. Ressalta-se que o município por processos de desmembramentos de parte do seu território:

Quadro 1: População por situação de domicílio, 1991 e 2000

	1991	2000
População total	14.507	14.890
Urbana	5.491	7.284
Rural	9.016	7.606
Taxa de urbanização	37,85%	48,92%

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil – PNUD

O Produto Interno Bruto (PIB) em 2002, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE), era de R\$ 147.660.600,00. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)¹⁰, elaborado pela FEE para o município é de 0,759, estando este em 49º lugar na classificação entre os demais municípios do Estado. Ainda, segundo estatísticas do IBGE (2000), somente 50 domicílios do município possuem tratamento de esgoto, em contrapartida, há um número mais expressivo, 3.232 domicílios, que têm ligação de água com a rede geral. Com base nos dados da FEE, tem-se que a taxa de analfabetismo no município em 2000 era de 3,54% entre a população e a expectativa de vida desta era de 72,6 anos. Conforme Mamitt (1997), o município tem 21 escolas municipais, 8 estaduais e 1 particular, sendo uma dessas, estadual, de nível médio. O mesmo autor indica que o município possui 1 posto de saúde central, 7 postos distribuídos pelas comunidades do interior e um hospital com 57 leitos.

Segundo o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M), acima de 0,8 (0,803), o PNUD, classifica o município como desenvolvido. Abaixo é apresentado o Quadro 2 que mostra a evolução das variáveis que compõe o IDH-M:

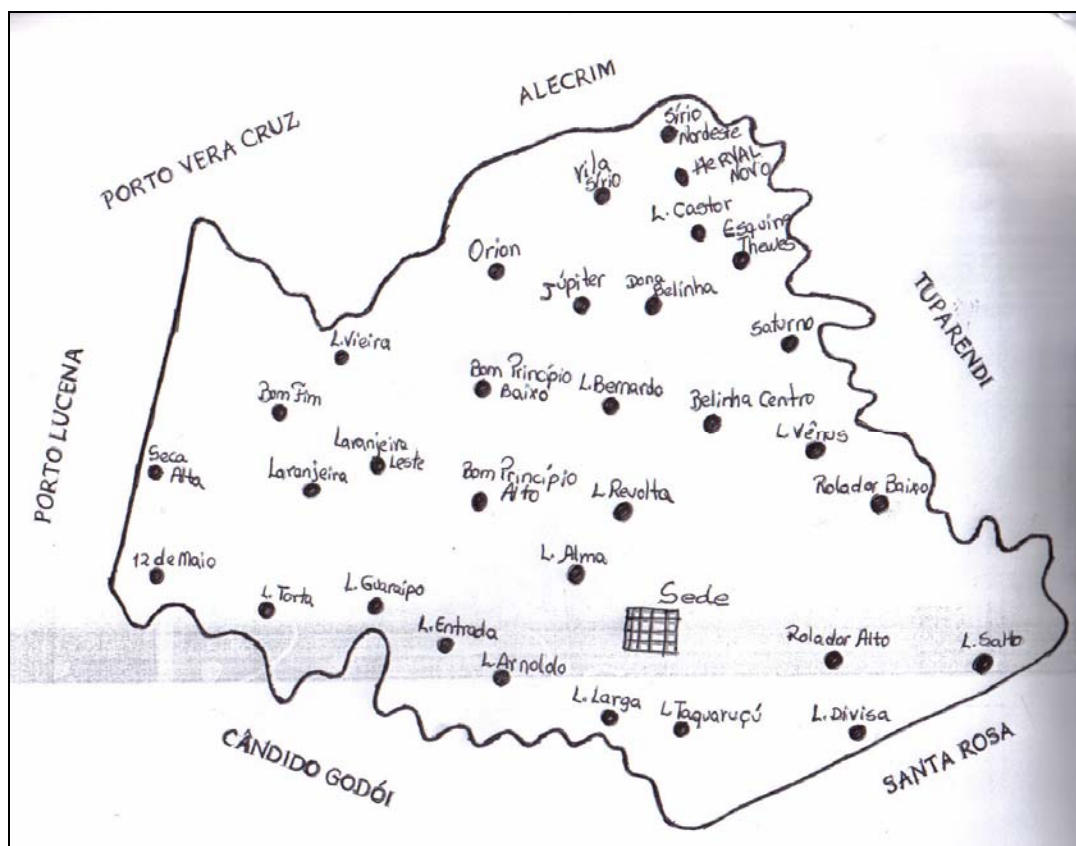
¹⁰ Para obter maiores informações sobre o procedimento metodológico do Idese, acessar: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/estatisticas/pg_idese.php.

Quadro 2: Evolução das variáveis que compõem o IDH-M, 1991 e 2000

	1991	2000
IDH-M	0,745	0,803
Educação	0,854	0,941
Longevidade	0,777	0,795
Renda	0,604	0,674

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil - PNUD

Como pode ser visto no quadro 2, todas as variáveis que compõem o IDH-M evoluíram positivamente ao longo dos anos 1990. No entanto esta observação estática de dois anos, sem considerar a evolução ao longo destes não esclarece, por exemplo, a grande redução no número de pobres. Mais uma vez, ressalta-se que aqui o número de pobres é analisado segundo a renda de 1 dólar por dia. A seguir são apresentados os limites e localidades do município.



Mapa 2: Limites e localidades de Santo Cristo

Fonte: Museu Municipal de Santo Cristo, p. 10, 2004.

O município é composto por minifúndios. O tamanho médio das propriedades é de 14,35 hectares, conforme o Censo Agropecuário 1995/96 do IBGE (2005), refletindo seu baixo coeficiente de gini, 0,50, que condiz com o pouco grau de desigualdade que há no município. No entanto, a baixa desigualdade não representa pouca intensidade de pobreza, que, mesmo assim, continua sendo vista de maneira menos grave por ser representada apenas no âmbito da renda. Abaixo é apresentado o quadro 3, que traz dados para pobreza e desigualdade, enquanto renda, para os anos de 1991 e 2000:

Quadro 3: Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, 1991 e 2000

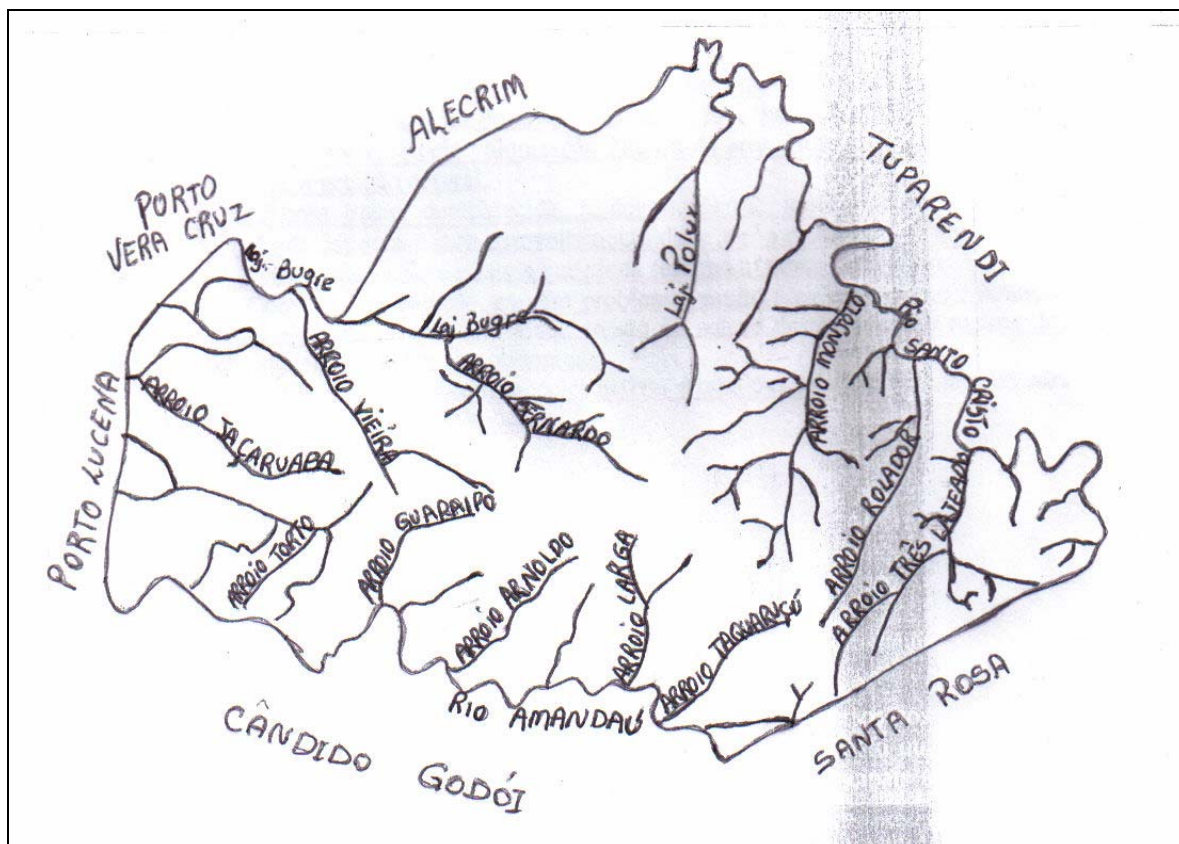
	1991	2000
Renda per capita média (R\$ de 2000)	145,3	221,2
Proporção de pobres (%)	46,4	20,7
Índice de gini	0,51	0,50

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil – PNUD

Com base nos estudos antes referidos, agricultores com tal condição de estabelecimentos rurais estão mais estreitamente dependentes aos recursos naturais. Assim, esses recursos são relativamente mais importantes para os minifundiários, do que para os grandes proprietários de terras, no que tange a expansão das suas capacitações e conseqüente melhoria da qualidade de vida. Após a descrição sócio-econômica, a seguir são descritas as características ambientais do município.

4.2.1 Hidrografia e Relevo

O município apresenta relevo de Planalto Meridional, com a presença de diversos rios. O principal deles é o Rio Santo Cristo, que faz parte da divisa do município de Santo Cristo com os municípios de Santa Rosa e Tuparendi (MUSEU MUNICIPAL DE SANTO CRISTO, 2004). Como mostra o mapa abaixo, pode-se notar que o município tem muitas fontes de água doce:



Mapa 3: Hidrografia do município de Santo Cristo

Fonte: Museu Municipal de Santo Cristo, p. 6, 2004.

Conforme documento do Museu Municipal de Santo Cristo (2004), no passado as águas desses rios e afluentes eram limpas. No entanto, hoje as águas estão vermelhas em razão de produtos químicos e esgotos.

Os principais agentes de erosão são as águas correntes das chuvas (em razão das devastações em encostas de rios e açudes). A altitude média de Santo Cristo é de 250 metros acima do nível do mar. O ponto mais alto é a comunidade de Vila Sírío (mais atingida pela seca) com 335 metros acima do nível do mar (MUSEU MUNICIPAL DE SANTO CRISTO, 2004).

4.2.2 Clima

O clima do município é subtropical semi-úmido. Caracteriza-se por apresentar verões quentes e invernos frios, com precipitação pluviométrica de 2.392,00 milímetros (dado relativo ao ano de 2000). A temperatura média anual encontra-se entre 18°C e 20°C (MUSEU MUNICIPAL DE SANTO CRISTO, 2004).

Ainda, conforme documento do Museu Municipal de Santo Cristo (2004), o clima é bastante favorável para o desenvolvimento agrícola. Entretanto, nos últimos anos tem se verificado um desequilíbrio climático que, conforme o documento, vem ocorrendo em razão da degradação ambiental.

4.2.3 Vegetação

A vegetação original do município é de floresta sub-tropical, destacando-se: canafístulas, peroba, alecrim, angico, cedro, grábia, cabriúva, ipê amarelo, guatambu, louros, canelas, taquaras, samambaias e orquídeas. Mas essa vegetação praticamente já não existe mais no município, tendo desaparecido devido à colonização intensa da área e ao uso indiscriminado de lenha (MUSEU MUNICIPAL DE SANTO CRISTO, 2004).

O documento do Museu Municipal de Santo Cristo (2004) alerta para a continuação da devastação e aos danos que isto pode acarretar, como a poluição e as secas. A proposta de remediação apresenta no referido trabalho é de reflorestamento com mata nativa. Descritas as características ambientais de Santo Cristo, abaixo são apresentadas as entidades, que atendem os agricultores familiares, sediadas no município.

4.3 AS ENTIDADES DO MUNICÍPIO

Conhecer a história e os motivos pelos quais as entidades surgiram é importante para avaliar sua atuação atual. Além da prefeitura, com sua secretaria da agricultura, do Banco do Brasil e do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, o município conta com diversas entidades que atendem sua população rural. Aqui, pretende-se escrever brevemente o que cada uma dessas entidades se propõe a fazer pelos agricultores e um pouco de sua história.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Criado em 19 de março de 1962, por um grupo de 250

agricultores que estavam insatisfeitos com as diferenciações entre o campo e a cidade. Suas maiores reivindicações eram a instalação de luz elétrica, melhoria nas condições das estradas e na comercialização dos produtos, igual direito ao benefício de aposentadoria e maior concessão de linhas de crédito. O sindicato atua na defesa dos interesses dos agricultores, prestando informações, participando e promovendo manifestações e buscando melhorar a vida do homem do campo (HAAS, 2004).

Cooperativa de Crédito com Interação Solidária – Cresol: Criado em 1996, no estado do Paraná, com a missão de fortalecer e estimular a integração solidária entre agricultores e familiares, através do crédito e da expansão do conhecimento, visando o desenvolvimento local e sustentável. Possui linhas de microcrédito com recursos próprios, além dos convênios que mantém com o Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (HAAS, 2004).

Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Fronteira Noroeste Ltda – Cooperluz: Além de levar energia até a propriedade, mantém a melhoria e ampliação de todo o sistema de distribuição. Também exerce outra importante função social, incentivando os agricultores familiares na busca de novas formas de organização e produção, introduzindo alternativas na região (HAAS, 2004).

Cooperativa Triticola Santa Rosa - Cotrirosa: fundada em 29 de junho de 1968, surge de um grupo de associados de outra cooperativa de Santo Ângelo, que, insatisfeitos com os mecanismos da entidade a qual pertenciam, resolveram fundar sua própria cooperativa. Foi uma cooperativa que agrupou produtores de trigo e hoje conta mais com produtores de soja e de leite (MENASCHE, 1996).

Cooperativa Mista São Luiz LTDA - Coopermil: fundada em agosto de 1955, com a missão de viabilizar economicamente o associado através do desenvolvimento em comum da propriedade. Possui lojas de insumos, supermercados e ferragens (REDEAGRO, 2005).

Cooperativa dos Agricultores de Santo Cristo – Coopasc: fundada em setembro de 1993, com o objetivo inicial de intermediar a comercialização de leite através do sistema Corlac. Em 1995 incorporou a Associação Santocristense de cooperativa agrícola (ASCA) que

comercializava produtos da agricultura familiar, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo desde 1991. Hoje, além do leite, mantém um mercadinho que vende excedentes da produção dos agricultores familiares. O objetivo da Coopasc é proporcionar mais renda ao agricultor, através do incentivo da produção de produtos alternativos que não precisem, necessariamente, estar em grande quantidade (TRIBUNA LIVRE, 2004, nº 138).

Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural– Emater/RS: A Emater é um órgão da Associação Sulina e Assistência Rural (ASCAR), conveniada com o governo do estado. Seu trabalho está ligado a elaboração de projetos para a captação de recursos, bem como a assistência direta na propriedade. Tem como missão “promover e desenvolver ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos, em parceria com as famílias rurais e suas organizações, priorizando a agricultura familiar, visando ao desenvolvimento rural sustentável, através da melhoria da qualidade de vida, da segurança e soberania alimentar, da geração de emprego e renda e da preservação ambiental”. Em Santo Cristo promove um trabalho muito importante chamado Clube do Lar, que reúne as mulheres para ensinar receitas de bolachas, compotas, conservas e faz com que estas se integrem mais e se fortaleçam (EMATER/RS, 2005). Conhecidas as características sócio-econômicas, físicas e ambientais do município, e das entidades presentes em seu território, busca-se resgatar um pouco da história dos agricultores familiares de Santo Cristo.

4.5 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO DE SANTA ROSA: o processo que modificou o perfil socioeconômico e cultural do município

Entender a realidade atual dos produtores do município de Santo Cristo implica, necessariamente, conhecer os processos de transformação pelos quais estes passaram desde os tempos de colonização, do processo de modernização da agricultura, e as atuais implicações na vida econômica, social e cultural desta sociedade diante destes processos históricos. Conforme Menasche (1996), o período de instalação dessas novas colônias por descendentes de alemães se estende até a década de 1930. A partir desse momento, até a década de 1960 ocorre uma integração dessa agricultura colonial com o mercado, especialmente através da produção de suínos. E com a modernização da agricultura (décadas de 1960 e 1970) ocorre uma transformação profunda da vida colonial.

Analisar o período anterior, o da modernização agrícola, e o período atual traz sentimentos ambíguos. Com a revolução agrícola a região de Santa Rosa passa por um *boom*

de crescimento, com geração de infra-estrutura, crescimento econômico, sendo a maior produtora de soja do Brasil em 1980. Por outro lado, no processo de modernização da agricultura ocorre, conforme Menasche (1996), a desvalorização da produção, da economia e da cultura dos períodos da agricultura colonial. Segundo a autora, a ênfase é dada ao que foi perdido: “a modernização é, ainda, associada ao desmatamento, à dispersão das famílias, ao empobrecimento da vida na comunidade, à dependência em relação ao mercado”. Quando o período de modernização entra em crise, há uma revalorização das antigas técnicas, costumes, valores e certa aversão ao que foi modificado. (MENASCHE, 1996, p. 88).

A primeira mudança sentida pela população, com a revolução verde, foi a correção do solo com calcário e adubo, viabilizado pela oferta de financiamento. Com isso, aqueles que ainda mantinham matas do tipo capoeirão começaram a desmatá-las para plantar. Em 1968 entrou a soja, já com a terra recuperada e com grande produtividade. Por volta do 1970 as máquinas trilhadeiras começam a ser usadas. Para aqueles que tinham terra do tipo laje, essa foi uma época de empobrecimento, pois as máquinas não conseguiram aumentar a produção e se transformaram em dívidas (MENASCHE, 1996).

Segundo Menasche (1996), a modernização trouxe uma mudança radical na estrutura econômica, social e cultural. A primeira mudança foi com relação a substituição da criação de suínos pela produção de soja, que era mais fácil e mais rentável.

Com a mecanização, o trabalho começou a ficar ocioso, cada vez precisava-se menos de mão-de-obra, o que ocasionou êxodo rural. Antes todos compartilhavam o mesmo moinho, depois, com o crédito, cada um passou a ter o seu, que era usado uma ou duas vezes por ano. Os vizinhos se distanciaram, as pessoas não se visitavam mais, não havia mais troca-troca de mantimentos entre as famílias. Quanto à subsistência, houve mudança nos hábitos. Em razão da maior liquidez monetária, obtida com a venda da soja, as pessoas passaram a plantar menos para a subsistência e intensificar o plantio do grão. (MENASCHE, 1996).

Hoje o município tem sua produção baseada na agricultura, com diversificação, destacando-se a soja, o trigo e o milho. A produção agropecuária também tem destaque estadual e regional, sendo o município o terceiro maior produtor de suínos do estado e líder na bacia leiteira de Santa Rosa, com produção média de cem mil litros por dia (HAAS, 2004).

Outra decorrência da modernização da agricultura, talvez a mais grave e a de mais difícil reversão, foi a degradação ambiental causada pelo processo de mecanização e de expansão de fronteiras agrícolas. Uma das decorrências dessa devastação vem a ser a seca. No

próximo tópico será abordado o fenômeno natural seca e a seguir será particularizado o fenômeno no município de Santo Cristo.

4.6 A SECA

Agora que se descreveu todo o processo de modificação de paisagem sofrido em decorrência da modernização agrícola e os danos do excesso de mecanização percebidos pelos próprios agricultores, aborda-se-á a seca, fenômeno ambiental e social que aqui está relacionado à pobreza e à vulnerabilidade. Quando se começa a estudar seca, depara-se com a diferença de nomenclatura que popularmente referem-se a mesma coisa, como seca e estiagem. Ao mesmo tempo é interessante perceber, através da bibliografia especializada, que um fenômeno ambiental só se torna calamidade quando se depara com uma população vulnerável. Neste tópico pretende-se caracterizar brevemente o que é seca e, então, particularizar o fenômeno para Santo Cristo.

Para Leite e Leite (1984) o fenômeno seca é difícil de ser definido por envolver fatores climáticos, geográficos, sociais e econômicos. A dificuldade em lidar com a conceitualização de seca está em suas duas características fundamentais: a insuficiência de chuvas e a calamidade socioeconômica.

Uma diferença marcante na literatura é sobre os termos estiagem e seca. A estiagem não é suficiente para caracterizar seca. A insuficiência de chuvas é condição necessária, mas não suficiente para o fenômeno das secas. Mesmo que a ausência de chuvas seja insuficiente para demarcar uma seca, o problema das secas será sempre um problema vinculado a água (LEITE; LEITE, 1984).

A dimensão do território atingido, o período de estiagem, a capacidade econômica, contribuem para transformar o fenômeno climático em calamidade (LEITE; LEITE, 1984). Ou seja, o grau de vulnerabilidade da comunidade é decisivo no enfrentamento de qualquer alteração climática, e os pobres tendem a ser os mais vulneráveis, como já foi mencionado.

Os desastres climáticos são fenômenos de caráter eminentemente social. As calamidades somente surgem quando ocorrem em condições vulneráveis e nesta literatura sobre seca, a vulnerabilidade está muito vinculada à capacidade da população em enfrentar o fenômeno climático (ARAÚJO; BARBOSA; MORAES NETO, 2003). Assim, o fenômeno da

seca também é multidimensional, não se tratando somente da falta de precipitação, não podendo ser, portanto, resumido a estiagem.

As secas trazem consigo a fome, desaparecimento de espécies de sementes crioulas, a perda de patrimônio, de rebanho, migração, a falta de perspectiva, doenças físicas e mentais e o desamparo. Quanto mais sistemático for o fenômeno, mais difícil será para as pessoas se reequilibrarem e estas tenderam a ficarem cada vez, a cada nova seca, fragilizadas, vulneráveis e pobres.

Conforme Duarte (2005) o conhecimento de como as famílias pobres se preparam para a ocorrência da seca é importante para entender os limites econômicos destas e para a formulação de políticas de redução de vulnerabilidade. Além da perda das lavouras, os agricultores muitas vezes têm que se deslocar para buscar água, atividade que geralmente sobrecarrega as mulheres. A perda da qualidade da água para beber e cozinhar também “fere” a dignidade desses agricultores. Assim, o conhecimento do quanto e como a água tem modificado seu acesso é fundamental para entender e compreender a vulnerabilidade destes diante da seca.

Mayorga, et al. (2004) defendem um melhor monitoramento tecnológico por parte de centros de meteorologia que pudessem dar suporte aos agricultores para que esses planejassem melhor suas colheitas e semeaduras. Assim, segundo os autores, eles se tornariam menos vulneráveis frente aos fenômenos climáticos.

A irregularidade climática ocorre sem o controle humano, mas as medidas oficiais para enfrentá-las não têm, historicamente, apresentado a consistência e a continuidade necessários. Esse problema requer um desafio e um esforço por parte do governo e da sociedade (DUARTE, 2005). No entanto, no caso brasileiro e gaúcho, os governos têm trabalhado com medidas emergenciais, nem sempre dentro do prazo e satisfazendo os anseios dos atingidos pela seca. Projetos de desenvolvimento que busquem diminuir a pobreza e a vulnerabilidade ambiental ainda não estão em pauta de discussão. Mas, será feito um tópico para descrever as reivindicações e o que os governos têm feito para amenizar os efeitos das secas no noroeste do Rio Grande do Sul.

Como medidas de curto prazo, são essenciais as extensões rurais que apóiam os agricultores e as medidas como aberturas de poços, bebedouros e caminhão pipa para aqueles mais atingidos e com menos recursos. Entretanto, como já foi discutida, a seca não é um fenômeno pontual e unidimensional. A falta da água é apenas um dos fatores que afetam a

população e pode ser encarada como conseqüência de mudanças maiores. Faltam estudos específicos segundo os quais pudesse se afirmar com certeza, mas diante do trabalho de Menasche (1996) e dos apontamentos do Museu Municipal de Santo Cristo (2004), pode-se dizer que a devastação e a degradação ambiental têm contribuído para as mudanças climáticas que ocorrem em Santo Cristo, fato que pretende ser explorado no próximo tópico.

4.7 A SECA EM SANTO CRISTO

O município de Santo Cristo vem sofrendo ao longo da última década sete anos de seca, sendo que destes, desde 2001 até 2005 foram registrados longos períodos de estiagem, inclusive com decretos de situação de emergência por parte da prefeitura. Conforme laudo da Emater, em anexo, o município perdeu durante a última seca 78% da produção de milho, 89% da produção de soja e 53% da produção de leite. Este tópico será construído com base nos anexos do Jornal Tribuna Livre, em diversas edições e anos e também acerca da percepção das conversas realizadas com os agricultores e técnicos da Emater-RS (ASCAR) na ocasião do estudo de campo.

Foi destacada uma série de reportagens sobre os seguros agrícolas tanto estadual, quanto federal. O objetivo desses anexos é mostrar a desconexão entre as esferas municipal, estadual e federal. Seca após seca, as medidas são reconhecidamente emergenciais, havendo um avanço com o Proagro-Mais, programa de seguro agrícola que será explicado no tópico a seguir.

A grande adesão dos agricultores ao seguro agrícola ainda no governo estadual (TRIBUNA LIVRE, 14 de novembro de 2003, p. 5), em um período em que passava por desconfiança dos agricultores, marca a necessidade do mecanismo de defesa. Esse seguro é visto como inadequado pelos agricultores porque só é dado sinistro àquele município tido como atingido e não ao agricultor. Assim, mesmo que o agricultor tenha perdido 100% da safra, se o município não decretou perda, ele não é indenizado. Outro avanço foi a desburocratização dos contratos (TRIBUNA LIVRE, 17 de setembro, 2004, p. capa).

Pelos anexos do Jornal Tribuna Livre percebe-se como a população do município se mobiliza sempre que necessário para pedir recursos. Também é importante perceber que, ao ser consultada pelo orçamento participativo em 2002 (TRIBUNA LIVRE, 17 de maio de

2002, p. 5), como proposta de desenvolvimento, a população optou pelo incentivo à agricultura, mais especificamente ao fortalecimento da agricultura familiar, ao incentivo as pequenas agroindústrias e à reforma agrária. Ao conviver com a população de Santo Cristo, nota-se que esta é politizada e engajada.

Além de afetar psicológica, econômica e socialmente, a seca traz perdas como a das sementes crioulas apontada pelos técnicos da Emater, que pode ser verificada em anexo (TRIBUNA LIVRE, 30 de agosto de 2002, p. 11). As espécies que há muito já eram características do município podem ter se perdido, sem haver recuperação depois desses períodos de seca. Isso torna ainda mais vulnerável o agricultor que passa a depender, muitas vezes, de forma exclusiva, das sementes comerciais.

Conforme foi apontado na passagem sobre a modernização da agricultura, a cultura da soja se espalhou na região. No entanto, segundo dados da Emater (em visita), essa cultura não traz grandes vantagens para agricultura familiar, visto que é poupadora de mão-de-obra e uma das vantagens da produção dentro do núcleo familiar é a baixa remuneração desta. Não bastasse, a soja é a primeira cultura a sofrer com períodos de estiagem e não se adapta a solos rasos e pedregosos característico das áreas mais pobres do município. Assim, os produtores que plantaram exclusivamente soja tenderam a ter as perdas mais acentuadas. Já, aqueles produtores que se dedicam à produção leiteira tenderam a ter menos perdas, uma vez que podiam se defender com silagens. No entanto, aqueles que dependeram de pastagens, muitas vezes, tiveram que vender os animais, ou se endividar comprando ração. O tópico a seguir traz os mecanismos que os governos disponibilizam para auxiliar a reduzir a vulnerabilidade financeira desses agricultores.

4.7.1 Mecanismos de defesa financeira disponíveis para os agricultores familiares por esferas de governo

_ O Governo Federal do Brasil disponibiliza:

_ Pronaf Custeio (chamado pelos agricultores de Pronafinho ou Pronaf C): Recurso destinado ao plantio de milho ou soja para agricultores com renda anual de R\$ 2.500,00 à R\$ 60.000,00. A partir de 2004, o Pronaf Custeio assegura o agricultor, através do Proagro-Mais (BRASIL, 2005).

_ O Proagro-Mais custa ao agricultor 2% do valor do financiamento do custeio e lhe garante 100% do financiamento de custeio em caso de quebra de safra, mais 40% da renda esperada

ou R\$ 1.800,00. Os produtores de leite não têm Proagro-Mais então o governo concedeu bônus de R\$ 650,00 para aqueles com renda anual até R\$ 14.000,00, com bônus posterior de R\$ 200,00 (BRASIL, 2005).

_ Pronaf Investimento: Recurso destinado à ampliação da produção. Prazos de pagamento de até 8 anos, com 3 anos de carência. Em razão da seca, as parcelas com vencimento em 2005 foram prorrogadas para depois da última que resta a pagar, ou seja, o agricultor ficou sem a necessidade de pagar a parcela em 2005.

O Pronaf Investimento tem classes diferenciadas:

_ Mais Alimento: recurso para gerar aumento de produção de alimentos sem agrotóxicos. Para aquele com renda anual entre R\$ 14.000,00 até R\$ 40.000,00 o governo fornece o adubo. Para aqueles com renda anual até R\$ 14.000 o governo fornece o adubo e ainda dá as opções: Ou o governo concede bônus de R\$ 700,00; ou o agricultor financia mais R\$ 1.000,00 e devolve R\$ 300,00 em parcelas.

_ Recursos para lavoura de inverno: o Pronaf a juros de 4% a.a. (BRASIL, 2005).

Para aqueles que não fizeram Pronaf e então ficaram sem Proagro-Mais, que não possuem outro seguro agrícola ou benefício social, como aposentadoria, os governos federal e estadual concederam o bônus seca. O recurso é composto por R\$ 300,00 de recursos do governo federal e R\$ 150,00 do governo estadual.

_ O Governo Estadual fornece dois programas de fortalecimento:

_ Troca-troca de sementes de milho: o governo do estado subsidia 90% do valor da semente de milho.

_ Seguro agrícola: tem baixo custo para o assegurado, mas também pouca garantia de que em caso de quebra de safra o sinistro seja acionado. A baixa adesão ao seguro mostra que ele se encontra fora das necessidades dos agricultores, que não se sentem seguros com o método aplicado pelo mesmo. O seguro só é acionado caso o município todo venha a sofrer perdas. Mesmo que um agricultor perca 100% de sua lavoura, se o município não acionar perdas, que são verificadas segundo dados do IBGE, o agricultor não recebe nada (RIO GRANDE DO SUL, 2005).

A seguir é apresentado o capítulo com os procedimentos metodológicos, que busca operacionalizar a abordagem das capacitações, para verificar, entre outras coisas, se os

mecanismos de defesa propostos pelos governos estão indo de encontro as necessidades de diminuição da vulnerabilidade desses agricultores. Para tanto, procura-se saber de que forma a vulnerabilidade e a pobreza diante da seca afetam os funcionamentos e intitamentos de agricultores familiares de Santo Cristo.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A definição dos procedimentos metodológicos especifica o método que o pesquisador irá adotar para alcançar os objetivos do trabalho, além de apresentar o tipo de pesquisa a ser adotada e como será procedida a coleta de dados (ALVES, 2003). A presente pesquisa foi feita através da aplicação de trinta questionários no município de Santo Cristo/RS. A amostra foi direcionada, não sendo representativa da população rural do município. Os entrevistados foram escolhidos com base em informações de agentes privilegiados, respeitando o requisito de serem agricultores familiares e residentes no município, que explicaram como o município estava sendo afetado pela seca: na parte alta, região onde o período de estiagem foi maior e a seca mais acentuada, foram entrevistadas oito famílias; na região de planície o período de estiagem foi menor quando comparado a parte alta e, por ser esta a região mais habitada do município, foram entrevistadas quatorze famílias, sendo outras oito famílias restantes entrevistadas na parte baixa do município que é caracterizada pela existência de várzeas, que resistem melhor a estiagem.

Os questionários foram aplicados entre os dias seis e treze de abril de 2005, sendo prioritariamente aplicados com todos os membros da família que estivessem em casa na hora da entrevista. O questionário, em anexo, apresenta perguntas abertas e tem por finalidade prestar-se a uma análise qualitativa.

5.1 TIPOS DE PESQUISA

Essa pesquisa é do tipo exploratória descritiva. Segundo Alves (2003) a pesquisa exploratória permite o levantamento bibliográfico e o uso de entrevistas com pessoas que já tiveram experiência acerca do objeto a ser investigado. A pesquisa bibliográfica e o estudo de caso são exemplos desse tipo de pesquisa. Já, conforme a mesma autora, a pesquisa do tipo descritiva descreve características de uma população ou fenômeno, ou estabelece relações entre fenômenos (variáveis). Esse procedimento é adotado através da coleta de dados, com uso de entrevista e observação, tendo como recursos questionários e/ou formulários.

Para Alves (2003) um estudo de caso é feito com profundidade, exaustivo, com

poucos objetos visando obter o máximo de informações que permitam o amplo conhecimento. Segundo a autora, uma de suas desvantagens é que não permite uma generalização do que foi percebido, o que não é o objetivo deste trabalho.

Para que seja possível operacionalizar o trabalho proposto, é necessário descrever os indicadores que caracterizam a área de estudo, a escolha dos indivíduos e das variáveis, coerentes com o fundamento teórico adotado. Assim sendo, na presente seção são apresentados tais elementos.

5.2 ELEMENTOS ANALÍTICOS (OU VARIÁVEIS)

A pesquisa tem por finalidade uma avaliação qualitativa para verificar como a seca influenciou a vulnerabilidade e a pobreza das trinta famílias de agricultores familiares entrevistados no município de Santo Cristo. Alves (2003) afirma que a pesquisa qualitativa procura captar o fenômeno em toda a sua extensão. O pesquisador visa levantar possíveis variáveis existentes e suas interações, procurando o verdadeiro significado da questão, examinando as informações, cada caso separadamente, tentando construir um quadro teórico geral (método indutivo).

As variáveis foram divididas em grupos de funcionamentos considerados relevantes para a diminuição da vulnerabilidade e da pobreza entre os atingidos pela seca e variáveis de percepção de vulnerabilidade e seca. Esta análise pretende verificar, através dos grupos de funcionamento, se as famílias atingidas pela seca estão em processo de vulnerabilidade e pobreza, a medida que não realizam ou realizam parcialmente os funcionamentos destacados. Depois, através das variáveis de percepção de vulnerabilidade e seca, quer-se analisar se estas famílias estão tendo uma percepção real do fenômeno pelo qual vêm passando há uma década e se, diante disso, estão mudando seus hábitos visando diminuir sua vulnerabilidade.

Os grupos de funcionamento são compostos por intitamentos e funcionamentos, podendo haver variáveis intermediárias. Os intitamentos são meios, instrumentos que podem ou não se transformar em funcionamentos. Os funcionamentos referem-se a estados de existência [*beings*] ou de atividades [*doings*] que podem ser realizados pelos agentes. Para a realização desse estado de existência ou de atividades podem ser necessários vários intitamentos e funcionamentos.

Os funcionamentos são realizados a partir de intitamentos, no entanto podem existir

fatores que prejudiquem essa realização, denominados aqui por variáveis intermediárias. Mesmo que os intitamentos estejam disponíveis, alguns aspectos como distância ou falta de transporte, podem impedir que estes sejam transformados em funcionamentos, nesses casos há variáveis intermediárias.

A divisão entre intitamentos e funcionamentos que compõe um grupo de funcionamentos realiza-se com o intuito de conhecer, primeiro se os meios, intitamentos, estão dispostos para as pessoas. Caso a resposta seja afirmativa, resta saber se estes intitamentos têm qualidade satisfatória e se a pessoa tem capacitação para transformar esses intitamentos em fins, funcionamentos. O objetivo do uso da Abordagem das Capacitações nesta análise é captar não só a disponibilidade de bens e serviços entre essas famílias, mas se estes estão sendo capazes de promover sua liberdade para levarem a vida que desejam.

Esta análise não pretende esgotar os funcionamentos que podem diminuir pobreza e vulnerabilidade diante de fenômenos ambientais, mas aprofundar alguns, aqueles que se priorizaram ao decorrer da pesquisa de campo. Essa opção pode parecer confusa, mas é uma tentativa de resgatar a união da ética com a economia, considerando meios e fins e, principalmente, o modo como as pessoas vivem e como gostariam de viver. Segundo Gamboa e Casas:

Cuando decidimos medir estas condiciones por medio de indicadores compuestos que no solo incorporen información sobre la utilidad o la opulencia de las personas, sino también la relacionada con sus funcionamientos y capacidades estamos sacrificando simplicidad y ganhando relevancia informativa. Al escoger entre simplicidad y relevancia en la construcción de un indicador de estándar de vida, la primera es importante cuando se quiere explicar de una manera comprensiva un indicador. No obstante esto, la simplicidad es reduccionista ya que limita el análisis e impide soluciones eficientes a los problemas en la medida en que hay información relevante que no es considerada (GAMBOA; CASAS, 2002, p.4).

Conforme já exposto, os intitamentos por si só não trazem desenvolvimento, mas são meios fundamentais para que as pessoas atinjam este fim. É através dos funcionamentos e das capacitações que Sen (2001) procura identificar e perceber o processo de desenvolvimento. O conhecimento dos funcionamentos e de seu comportamento é o primeiro passo para a promoção de desenvolvimento. A partir disso, que são percebidos os problemas quanto ao acesso e a qualidade dos intitamentos e as necessidades as pessoas. A seguir, é apresentado o quadro 4 que traz os grupos de funcionamento que serão analisados neste trabalho, bem como, suas divisões entre intitamentos, funcionamentos e, quando houver, variáveis intermediárias.

Quadro 4: Grupos de funcionamentos compostos por intitamentos, variáveis intermediárias e funcionamentos

Grupos de funcionamentos	Intitamentos	Variáveis intermediárias	Funcionamentos
1 - Serviços públicos	Acesso a serviços públicos: educação e saúde	Dificuldades de acesso: transporte e distância	Realização de conhecimento, de participação política e percepção de saúde boa
2 –Cuidados ambientais	Acesso a elementos naturais de boa qualidade: terra		Conscientização para cuidados ambientais: realização de práticas de conservação do solo
3 – Acesso e qualidade da água em períodos de seca	Acesso à água para consumo familiar e dos animais	Dificuldades de acesso e comprometimento de qualidade: necessidade de coleta	Realização do consumo de água para a família durante a seca, considerando sua qualidade
4 –Aspectos econômicos	Acesso a financiamento, seguro agrícola e renda suficientes	Garantia de pagamento para obtenção de recursos financeiros através da propriedade	Realização de aspectos econômicos
5 – Segurança protetora	Ajuda e auxílio recebidos através de diversas entidades e comunidade		Realização de satisfação e de melhora de vida, mesmo em anos de seca

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desses grupos, pretende-se verificar funcionamentos que podem ser afetados pela seca e que são capazes de promover segurança para essas pessoas. O procedimento será realizado com o objetivo de verificar se a vulnerabilidade e a pobreza aumentam com a seca.

Depois de analisar o comportamento de alguns funcionamentos que são tidos como importantes para a defesa contra catástrofes ambientais, há a necessidade de se verificar a ocorrência do processo de vulnerabilidade e se os atingidos têm percepção sobre ele. Esta análise não é feita através de grupos de funcionamentos, mas da relação temporal, antes e depois da seca, entre algumas variáveis como alimentação e acesso à água.

A capacidade para enfrentar fenômenos naturais está vinculada à vulnerabilidade e é percebida através da análise temporal, antes e depois da ocorrência do fenômeno. Grande parte da literatura atual que trata das relações entre pobreza e meio ambiente afirma que os pobres têm mais dificuldade para enfrentar fenômenos naturais (que nesta proposta refere-se à seca) do que os não-pobres, devido ao seu grau de vulnerabilidade. Esta vulnerabilidade afeta social e economicamente essas pessoas e pode comprometer funcionamentos importantes, desencadeando uma perda de qualidade de vida e conseqüente empobrecimento. Assim, é importante perceber, além de alguns funcionamentos, o processo de vulnerabilidade pelo qual essas famílias podem estar passando. Abaixo é apresentado o quadro 5 que mostra como

foram analisadas a percepção de vulnerabilidade e de seca.

Quadro 5: Percepção de vulnerabilidade e seca

	Variáveis de determinação da percepção
Percepção de vulnerabilidade	Relação antes e depois da seca quanto à alimentação, ao acesso e qualidade da água e à capacidade de recuperação e de enfrentamento ao fenômeno
Percepção de seca	Diversificação da atividade econômico-produtiva e percepção da ocorrência de secas

Fonte: Elaborado pela autora.

Descrito o método de análise utilizado no trabalho, a seguir são apresentadas as variáveis que compõem cada um dos grupos apresentados nos quadros 4 e 5. As variáveis foram escolhidas segundo um grau de prioridade. Como já anteriormente mencionado, elas não esgotam o estudo dos objetos vulnerabilidade e pobreza no meio rural, no entanto podem dimensionar a gravidade enfrentada pelas famílias entrevistadas diante da seca.

5.3 ESCOLHA DAS VARIÁVEIS

As variáveis foram escolhidas considerando as características da população rural de Santo Cristo e do fenômeno ambiental seca. Seguindo os preceitos do desenvolvimento sustentável e da Abordagem das Capacitações, o propósito não é estabelecer variáveis universais quanto a pobreza e a vulnerabilidade, mas que se prestem a esse estudo de caso.

Segundo Sen:

Quando nos concentramos nas liberdades ao avaliar o desenvolvimento, não estamos sugerindo que existe algum “critério” de desenvolvimento único e preciso segundo o qual as diferentes experiências de desenvolvimento sempre podem ser comparadas e classificadas. Dada a heterogeneidade dos componentes distintos da liberdade, bem como a necessidade de levar em conta as diversas liberdades de diferentes pessoas, freqüentemente haverá argumentos em direções contrárias. A motivação que fundamenta a abordagem do “desenvolvimento como liberdade” não consiste em ordenar todos os estados - ou todos os cenários alternativos - em um “ordenação completa”, e sim em chamar a atenção para aspectos importantes do processo de desenvolvimento, cada qual merecedor de nossa atenção. Mesmo depois de se atentar para isso, sem dúvida restarão diferenças em possíveis *rankings* globais, mas sua presença não prejudica o objetivo em questão (SEN, 2000 p 49).

Buscando perceber a vulnerabilidade e a pobreza entre as famílias produtoras rurais atingidas pela seca, foram escolhidos grupos de funcionamentos capazes de amenizá-las. Seguindo a Abordagem das Capacitações, estes grupos de funcionamentos são compostos por intitamentos, funcionamentos e, quando existir, variáveis intermediárias. A seguir é apresentada a descrição das variáveis por grupo de funcionamentos.

5.3.1 Serviços públicos (funcionamento)

O acesso aos serviços de educação formal e a saúde são fundamentais para a garantia de desenvolvimento intelectual e integridade física da população. Estes serviços, classificados como intitamentos, estão relacionados a funcionamentos capazes de fortalecer as famílias contra os processos de vulnerabilidade e empobrecimento. Estes funcionamentos se referem à realização de conhecimento, de participação política e da percepção de saúde boa.

Acesso a serviços públicos (educação e saúde) (intitamento): É a constatação do acesso ou não aos serviços públicos educação formal e saúde. Não considera a qualidade dos serviços.

Dificuldades de acesso: transporte e distância (variáveis intermediárias): Referem-se à distância média em quilômetros da residência ao posto de saúde e a necessidade de transporte para obter atendimento médico. Para estabelecer o critério de necessidade de transporte foi estipulado que a distância máxima que o indivíduo pode percorrer sem auxílio de transporte quando precisa acessar o posto de saúde é de um quilômetro. Aquelas famílias que possuem transporte particular foram, assim como aquelas que moram a menos de um quilômetro do posto de saúde, consideradas como não dependentes de transporte para acessar serviços de saúde.

Realização de conhecimento, de participação política e de percepção de saúde boa (funcionamentos):

O conhecimento “é uma das chaves para liberdades constitutivas e instrumentais. Isto é, as pessoas tendem a valorizar a educação por ela mesma e a educação pode ser um elemento que pode ajudar as pessoas a constituir elementos de desenvolvimento sustentável” (COSBEY, 2004, p. 22).

A realização de conhecimento pode ser necessária para a busca de alternativas das famílias diante de sucessivas quebras de safras. Aquelas famílias que buscam as culturas e produtos que sofrem menos com a seca, que utilizam a propriedade com mais eficiência e diversificação, podem, *a priori*, se proteger melhor do fenômeno ambiental. Por isso, para verificar a realização de conhecimento, foi perguntado a família se esta costuma participar de cursos e eventos que busquem o aprimoramento de técnicas agrícolas e melhoramento da propriedade. Possivelmente o interesse por estes conhecimentos é mais significativo entre aqueles que têm maior escolaridade.

A participação política é ressaltada como fortalecimento social frente à vulnerabilidade. Seria a capacidade ou vontade das pessoas em fazer dos seus problemas pessoais, um problema de toda a comunidade e a união dessas pessoas para resolver ou levar a outras esferas suas necessidades. Pressupõe-se, aqui, que as pessoas mais instruídas, com mais anos de estudo formal, sejam mais propensas a buscar participação política.

Já, a percepção de saúde boa depende para a sua realização do acesso ao intitulado serviço de saúde e pode ser impossibilitada pela dificuldade de acesso. Pretende-se analisar se o indivíduo consegue ou não transformar o acesso à saúde em tratamento médico satisfatório.

5.3.2 Cuidados ambientais (funcionamento)

Ter acesso aos elementos naturais com boa qualidade é um direito, um intitulado, das pessoas. Preservar e garantir essa qualidade é uma decisão das pessoas, que envolve conscientização ambiental. A realização do funcionamento cuidados ambientais se dá quando as pessoas têm acesso ao elemento natural de boa qualidade e o preservam. A terra foi escolhida para ser o elemento natural analisado.

Acessos a elementos naturais de boa qualidade – terra (intitulado): A terra é um elemento não essencial à vida, mas é de extrema importância para as famílias que vivem e produzem no meio rural. O acesso à terra pode ser um fator de permanência ou de êxodo do meio rural. Além da sua condição quanto à propriedade da terra, a qualidade da mesma é importante para que os agricultores e agricultoras possam garantir suas atividades econômico-produtivas.

Conscientização para cuidados ambientais (funcionamento): O funcionamento cuidados ambientais mostra a atitude dessas famílias frente ao cuidado com a terra, ou seja, se exercem ou não práticas de conservação de solo. Ter ou não uma terra de qualidade também depende das atitudes tomadas pelas famílias produtoras rurais.

5.3.3 Acesso e qualidade da água em períodos de seca (funcionamento)

Pretende verificar se, em períodos de seca, as pessoas tiveram seu consumo de água prejudicado. A água é o elemento natural destaque por ser fundamental para a existência de vida. Não se trata do único elemento que cumpre tal primordialidade, no entanto, em períodos de seca, seu acesso e qualidade tendem a ser prejudicados.

Acesso à água para consumo familiar e dos animais (intitulado): Diz respeito à disponibilidade de água nos períodos de seca. Refere-se tanto a água para o uso da família quanto para a criação de animais.

Dificuldades de acesso e comprometimento de qualidade - necessidade de coleta (variável intermediária): Indica a necessidade de andar ou não mais de um quilômetro para coletar água para o uso da família ou para o consumo de animais, sem dispor de transporte motorizado.

5.3.4 Aspectos econômicos (funcionamento)

Os recursos econômicos por si só não promovem capacitação, mas formam um grupo de funcionamento que viabiliza outros funcionamentos importantes para que as pessoas levem a vida que desejam. Os recursos monetários têm sua importância diminuída segundo a Abordagem das Capacitações, no entanto Sen afirma que: “Negar às pessoas as oportunidades econômicas e as conseqüências favoráveis que os mercados oferecem e sustentam pode resultar em privações” (SEN, p. 41, 2000). Pois “[...] pode-se ainda argumentar que há perda social quando se nega às pessoas o direito de interagir economicamente uma com as outras” (SEN, p. 42, 2000).

As famílias produtoras rurais que foram atingidas pela seca necessitam do acesso ao financiamento e do seguro agrícola para garantir seu restabelecimento econômico-produtivo,

já que a safra frustrada não pode viabilizar a futura. Por outro lado, seu auto-consumo, por exemplo, pode ter se perdido, sendo a renda o meio necessário para manter a alimentação sem perdas nutricionais.

Acesso a financiamento/crédito (intitulação): Refere-se à disponibilidade de recursos financeiros para as pessoas poderem dinamizar ou até viabilizar suas atividades econômico-produtivas. Os recursos destacados são o financiamento agrícola, o seguro agrícola e a renda média familiar anual, em Reais de 2004, em períodos de não-seca.

Garantia de pagamento para obtenção de recursos financeiros através da propriedade (variável intermediária): Pretende identificar aquelas famílias que têm acesso ao financiamento, mas que, para tanto, devem dar suas propriedades como garantia de pagamento. Esse é um fator que pode impedir as pessoas que, mesmo tendo acesso ao financiamento, deixam de acessá-lo.

Realização de aspectos econômicos (funcionamento): Ter acesso ao financiamento é um fator que diminui a vulnerabilidade e a pobreza daqueles que enfrentam períodos de seca, à medida que viabiliza economicamente a nova safra, mesmo que a anterior tenha sido perdida. Além do acesso ao financiamento, o seguro agrícola pode garantir o não endividamento dos agricultores que financiaram a safra e, diante de uma frustração, não podem sanar suas dívidas. Os acessos ao financiamento e ao seguro agrícola podem proteger mais os agricultores familiares que normalmente não contam com poupanças e viabilizam as safras seguintes com as atuais. No entanto, se estes agricultores se encontram obrigados a colocar sua propriedade como garantia de financiamento, este fortalecimento obtido através do acesso aos recursos econômicos é abalado.

A renda normalmente é utilizada para a obtenção de produtos industrializados, aqui representados por roupas e material de higiene, uma vez que a maioria desses agricultores familiares entrevistados mantém lavoura de subsistência e animais para abate, no entanto este intitulação econômico aumenta sua necessidade em períodos de seca, nos quais, muitas vezes, se perde o auto-consumo. Com base na bibliografia utilizada, pressupõe-se que as pessoas que vivem em áreas mais frágeis são as que obtêm menos renda, em razão da má qualidade do solo, e perdem seu auto-consumo mais rapidamente diante de um fenômeno ambiental.

5.3.5 Segurança protetora (funcionamento)

A segurança protetora é realizada quando as pessoas estão inseridas em uma rede social e institucional consolidada. Considera-se que quanto mais desamparadas estiverem as pessoas frente a um fenômeno natural, maiores as possibilidades desse fenômeno se transformar em desastres sociais e econômicos.

Ajuda e auxílio recebidos através de diversas entidades e comunidade (intitlamento). Trata-se do apoio recebido ou não pelas famílias entrevistadas das entidades prefeitura, governos estadual e federal, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo, igreja (sem religião especificada) e de vizinhos. Esse intitlamento possibilita verificar o grau de proteção ao qual as pessoas estão contempladas, sendo um fator muito importante para ajudar na análise de vulnerabilidade e pobreza.

Segurança protetora (funcionamento): O funcionamento segurança protetora relaciona a rede social e institucional com a permanência das famílias na área rural e a percepção de melhoria da vida como um todo, mesmo com as sucessivas secas. Diante de um fenômeno ambiental, que abala a vida social e econômica dessas pessoas, busca-se saber se elas se sentem atendidas, auxiliadas pela comunidade e pelas instituições e se esta ajuda está sendo capaz de fazê-las superar estas frustrações e continuarem desejando permanecer na área rural. Aliado a isso, pretende-se saber se as pessoas acham que a sua vida, apesar da seca, continuou melhorando. Assim, pode-se inferir sobre uma provável mudança em relação a atual vontade de continuar ou não no campo e se a comunidade e as instituições estão auxiliando na melhoria da vida dessas famílias.

Dados estes grupos de funcionamento, a pesquisa pretendia verificar a ocorrência ou não do processo de vulnerabilidade entre as famílias entrevistadas. Para tanto, além dos funcionamentos era preciso uma análise temporal, antes e depois do fenômeno. Para perceber as conseqüências da seca, foram analisadas a alimentação, o acesso e a qualidade da água e se as famílias relacionavam suas perdas ao tamanho da sua propriedade.

Depois disso, era preciso saber se as famílias estão percebendo as sucessivas secas que vêm enfrentado e, se esta percepção está vinculada ao grau de diversificação das atividades

econômico-produtivas. Quanto menos diversificadas forem a produção rural e a obtenção de renda pela família, mais sujeitas ao risco elas estarão e mais vulneráveis tendem a ser.

A diversificação da atividade considera se as famílias comercializam ou não animais para abate, leite e se praticam ou não atividades de beneficiamento com os produtos primários produzidos na propriedade. A dependência da atividade analisa se existem membros da família desempenhando atividades agrícolas fora da unidade de produção e se existem membros ou não que desempenham atividades não-agrícolas. Com base neste método, pretende-se operacionalizar os resultados obtidos através da aplicação de 30 questionários a agricultores familiares de Santo Cristo. A descrição e a análise dos dados são realizadas no próximo capítulo.

6 SECA EM SANTO CRISTO: análise das conseqüências sobre a vida de agricultores familiares do município

Após analisar os questionários respondidos, foram formuladas novas tabelas dispendo os grupos de funcionamento e seus intitulamentos, suas variáveis intermediárias e seus funcionamentos, bem como das variáveis sobre a percepção de vulnerabilidade e de seca. Quanto a características da unidade de produção, apenas uma família entrevistada não possui terras, tendo o total da produção alocada em terras arrendadas. Nenhuma propriedade apresenta ligação com rede de esgoto e apenas duas não têm luz elétrica. Assim, os resultados condizem com os do Atlas de Desenvolvimento Humano apresentados no capítulo 4, no qual o município tem um bom índice de desenvolvimento quando comparado aos municípios brasileiros. A seguir, são apresentados e analisados os dados resultantes da pesquisa de campo, por grupos de funcionamento.

6.1 SERVIÇOS PÚBLICOS: realização de conhecimento, participação política e percepção de saúde boa

A saúde e a educação podem ser importantes meios para a diminuição da vulnerabilidade e pobreza. Outros serviços públicos também são importantes, mas estes representam deveres básicos do poder público. A necessidade de transporte e a distância da residência ao posto de saúde podem representar um empecilho para acessar o serviço médico. A tabela 1 traz algumas variáveis referentes ao serviço de educação e saúde.

Tabela 1 – Necessidade de transporte para atendimento médico, percepção de saúde boa, realização de conhecimento e de participação política

		Freqüência	Percentual
Necessita de transporte para atendimento médico	Não	3	10,0
	Sim	27	90,0
A percepção de saúde é boa	Não	21	70,0
	Sim	9	30,0
Realiza conhecimento	Não	11	36,7
	Sim	19	63,3
Realiza participação política	Não	11	36,7
	Sim	19	63,3

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Conforme os resultados obtidos, 90% dos entrevistados necessitam de transporte para acessar os serviços de saúde e apenas 30% consideram que, ao precisarem de atendimento médico, são bem assistidos. Já, no que tange à realização de conhecimento, ou seja, aqueles que buscam cursos de aprimoramento agrícola e da propriedade na fase adulta, e de participação política, que são aqueles que participam de atividades de engajamento político junto à comunidade, 63% dos entrevistados responderam positivamente. Mesmo com a constatação do acesso à saúde e à educação entre os entrevistados, se a qualidade desses intitulentos não for satisfatória, estes não serão convertidos em bem-estar para a população.

Quanto à educação formal, procura-se verificar se esta está relacionada a realização de conhecimento, através da busca pelo aperfeiçoamento das técnicas agrícolas e se aqueles que estudaram mais anos tendem a ter maior participação política. Ou seja, pretende-se constatar se o serviço educacional é capaz de despertar a busca e a necessidade de se obter conhecimento e participação política.

Todos os entrevistados freqüentaram a escola, porém apresentam níveis de escolaridade variados. Abaixo são apresentadas as tabelas 2 e 3 que confrontam realização de conhecimento e de participação política por anos de escolaridade.

Tabela 2: Realização de conhecimento a partir do nível de escolaridade

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Não realiza conhecimento	Realiza conhecimento
Até 5ª série	9	15
Da 6ª até o ensino médio completo	2	4
TOTAL	11	19

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Tabela 3: Realização de participação política a partir do nível de escolaridade

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Não realiza participação política	Realiza participação política
Até 5ª série	10	14
Da 6ª até o ensino médio completo	1	5
TOTAL	11	19

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Proporcionalmente, a educação formal foi um fator importante para a busca de conhecimento e de participação política. No entanto, como a maioria das pessoas

entrevistadas estudou até a 5ª série, não se pode afirmar que a educação é o fator determinante para a realização de conhecimento. Provavelmente este funcionamento esteja também relacionado, considerando a amostra, à rede de relações sociais e à relação mantida com as instituições que atendem a essas famílias.

Assim, com base nos resultados obtidos, a educação formal não caracteriza a realização, na vida adulta, de conhecimento, porém, pode vir a ser um fator que facilite a compreensão das informações passadas durante essa fase da vida. Supõe-se que uma pessoa que estudou mais anos tenha uma melhor compreensão sobre aquilo que venha a aprender, entretanto, com base nas respostas dos trinta entrevistados, esse não é um fator determinante para que esta procure obter mais conhecimento em sua vida adulta.

O acesso ao ensino formal também foi vinculado à realização de participação política, seguindo a hipótese de que aquelas pessoas que estudaram mais anos tendem a se inserir com mais afinco na resolução dos problemas de sua comunidade. A maioria dos entrevistados, 19, realiza participação política, porém, não se pode concluir que os que estudaram além da 5ª série são mais ativos politicamente.

Dentro desse prognóstico, a participação política pode estar relacionada ao grau de inserção da família na comunidade em que vive, sendo a rede social um provável fator motivador ou não de participação dos problemas da comunidade. O acesso à educação formal pode, assim como na realização de conhecimento, ajudar a compreender melhor certos problemas, ou facilitar o encaminhamento de reivindicações a outras esferas, como governos e sindicatos. Mas, não é o fator que determina o grau de participação política da família, considerando o resultado da amostra.

Outro serviço público importante para as pessoas que estão em estado de vulnerabilidade e pobreza é o acesso à saúde. Este serviço pode assegurar que as pessoas não venham a morrer por doenças evitáveis, sejam atendidas diante de acidentes como os que podem ocorrer ao coletar água e garantir uma melhor qualidade de vida.

Para determinar o acesso e a qualidade do serviço de saúde oferecido aos entrevistados, foram analisados a variável intermediária distância da residência até o posto de saúde mais próximo, os intitamentos fazer uso do Sistema Único de Saúde (SUS), se há ou não necessidade de transporte para ir ao médico e, o funcionamento percepção de saúde boa que corresponde a assistência satisfatória ao precisar de serviços médicos.

Todos os entrevistados afirmaram usar os serviços médicos através do SUS. Abaixo, a tabela 4 relaciona percepção de saúde à distância em quilômetros ao posto e à necessidade de transporte para chegar ao mesmo.

Tabela 4: Percepção de saúde, considerando distância da residência ao posto de saúde e a necessidade de transporte para atendimento médico

A percepção de saúde boa ?		Distância em Km do posto de saúde mais próximo (média)	Necessita de transporte para atendimento médico (%)
Não		5,06	85,7
	n	21	21
Sim		5,20	100,0
	n	9	9
TOTAL		5,10	90,0
	n	30	30

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

A média de distância do posto de saúde entre aqueles que não têm uma percepção de saúde boa e aqueles que têm uma percepção de saúde boa fica próxima de 5 quilômetros. Portanto, pode-se concluir que, para as pessoas entrevistadas, a distância da residência ao posto de saúde não interfere na percepção de saúde. Quanto à necessidade de transporte para chegar ao posto de saúde, 86% daqueles que dizem ser mal atendidos pelos médicos quando os procuram necessitam de transporte, enquanto todos os que disseram ser bem atendidos precisam de transporte. Assim, a necessidade de transporte também não é o que determina a percepção de saúde boa.

Com base nos dados, pode-se afirmar que a distância e o acesso ao serviço médico não são a causa de 70% dos entrevistados acharem que, ao precisarem de tratamento médico, são mal assistidos. Uma explicação pode ser a qualidade do atendimento, uma vez que as pessoas conseguem acessá-lo, mas têm uma resposta negativa quanto ao serviço. Muitos dos entrevistados reclamaram do não cumprimento de horário de expediente por parte dos médicos e do pouco tempo do atendimento em cada consulta, o que reforça a hipótese supracitada.

A partir dos acessos à educação formal e à saúde, procurou-se verificar a realização ou não dos funcionamentos, realização de conhecimento, realização de participação política e percepção de saúde boa. A seguir, é apresentado o gráfico que representa a realização desses funcionamentos que correspondem ao funcionamento serviços públicos.

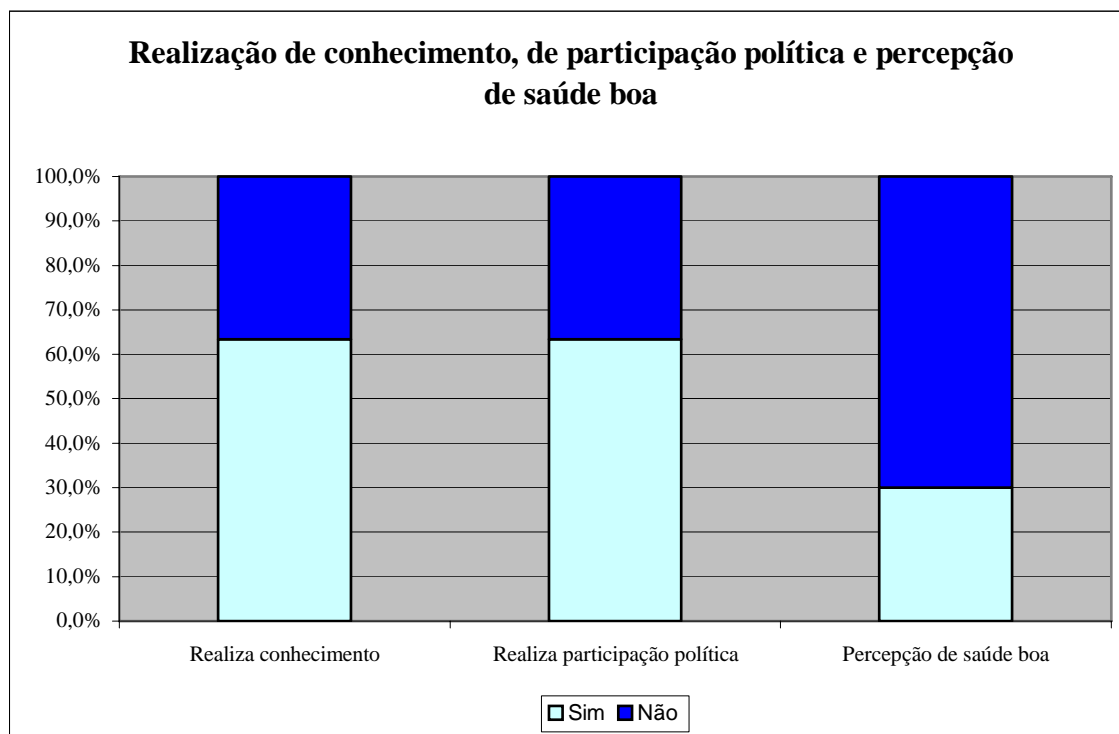


Gráfico 1 - Realização de serviços públicos: educação e saúde

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Dentre os entrevistados, 63% realizam conhecimento e participação política. No entanto, segundo os resultados obtidos, não se pode afirmar que esse percentual se deva ao acesso ao serviço público de educação formal, podendo depender da inserção das famílias junto à comunidade e às instituições que os assistem. Se a rede social for mesmo uma das causas de realização de conhecimento e participação política, as pessoas entrevistadas devem constituir laços sociais fortes, com ativa vida comunitária.

Quanto ao serviço de saúde, apenas 30% dos entrevistados consideram o atendimento bom, fato que não é explicado pela falta de acesso, uma vez que todos são atendidos pelo SUS e a distância e o transporte não são fatores explicativos. Provavelmente a qualidade dos serviços prestados pelos médicos seja a explicação para esse percentual. Assim, com base na amostra e nos resultados obtidos, os funcionamentos realização de conhecimento e participação política são realizados pela maioria dos entrevistados, mas não estão relacionados à educação formal e o funcionamento percepção de saúde boa não é realizado. Portanto, o funcionamento serviços públicos não é realizado.

6.2 CUIDADOS AMBIENTAIS

Os elementos naturais, como mostra o capítulo 3 deste trabalho, são muito importantes para o bem-estar humano e sua qualidade e seu acesso influenciam os estados de pobreza e vulnerabilidade, principalmente para aqueles que vivem no meio rural. Diante de um fenômeno ambiental como a seca, as terras de pior qualidade, como as de laje, e que não gozam de conservação tendem a sofrer mais rápido e intensamente as perdas de produção.

Entre os entrevistados, o acesso a terra é verificado em todas as famílias, e só uma delas tem o total de sua produção em terras arrendadas. Conforme a caracterização do município, feita no capítulo 4, este apresenta grande parte de seu solo de boa qualidade, com terra vermelha. No entanto, nem todas as famílias estão nessas áreas.

Um dos mecanismos de proteção contra fatores ambientais que acarretam em frustrações de safra é a manutenção da qualidade do solo. As variáveis ambientais estão dispostas entre acesso a terras de qualidade satisfatória para práticas agrícolas e manutenção da qualidade do solo. A tabela 5 apresenta a disposição dos resultados.

Tabela 5 – Terra boa para cultivo e práticas de conservação do solo

		Frequência	Percentual
A terra é boa para cultivo	Não	4	13,3
	Sim	26	86,7
Exercem práticas de conservação do solo	Não	8	26,7
	Sim	22	73,3

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Entre os entrevistados, 87% acham que suas terras são de boa qualidade para o cultivo agrícola e 73% exercem práticas de conservação do solo. Como o fato de estar ou não em terras de boa qualidade não depende obrigatoriamente da vontade das pessoas, esta variável é tida como um intitlamento. Já, a conservação dos solos passa por uma decisão familiar e pode ou não estar relacionada a qualidade do solo que dispõem. A decisão de continuar tendo uma terra de boa qualidade, ou de melhorar as condições do solo depende não só de recursos financeiros, mas da conscientização dos agricultores. Por isso, representando a constituição de uma consciência de preservação dos elementos ambientais, no caso a terra, a prática de conservação do solo é tida como um funcionamento ambiental.

Para saber se o funcionamento cuidados ambientais é realizado, buscou-se verificar se as pessoas que têm acesso a uma terra de boa qualidade tendem a praticar mais a conservação do

solo ou não. Abaixo é apresentada a tabela 6 que confronta os dados do intitlamento terra de boa qualidade com o funcionamento de exercerem práticas de conservação de solo.

Tabela 6 – A relação entre a manutenção de práticas de conservação do solo e o acesso a terras de boa qualidade para a agricultura

		Exercem práticas de conservação do solo	
		Não	Sim
A terra é boa para cultivo	Não	10,0%	3,3%
	Sim	16,7%	70,0%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Entre os 13% que não possuem terra de boa qualidade, a maioria, 10%, afirma não exercer práticas de conservação dos solos. Grande parte dos entrevistados, 87%, dizem possuir terras de boa qualidade. Desses, 70% tenta preservar essa qualidade com a manutenção de práticas de conservação do solo, como curvas de nível, adubação verde e conservação de mata. Portanto, com base na amostra, tem-se que o fato de ter acesso à terra de boa qualidade para a produção é um fator determinante de práticas de conservação do solo. Considerando os resultados, o funcionamento cuidados ambientais é realizado.

À medida que se verifica que os ocupantes de áreas mais frágeis são aqueles que menos buscam preservar o solo, pode-se intuir que estes estão em processo de vulnerabilização e empobrecimento, no que concerne ao serviço ambiental. Esta verificação pode levar à necessidade de se incentivar a conservação e o melhoramento do solo justamente nas áreas mais vulneráveis. Mesmo que os dados mostrem que boa parte dos entrevistados não têm problemas com terras que ocupam, aqueles que estão em áreas mais vulneráveis devem ser assistidos de forma diferente, com incentivos para que não agravem ainda mais sua situação de vulnerabilidade e pobreza.

Alguns agricultores entrevistados afirmaram que o problema das secas atuais não se concentra na falta de água, mas na fragilidade das terras que não agüentam o mesmo tempo de estiagem de vinte anos atrás. Portanto, para que as pessoas diminuam sua vulnerabilidade frente à seca e se combata a pobreza deve-se incentivar a conservação do solo, principalmente entre aqueles que fazem uso das piores terras para a prática agrícola.

6.3 ACESSO E QUALIDADE DA ÁGUA EM PERÍODOS DE SECA

A seca não é somente falta ou escassez de água, mas é também um fenômeno econômico-social. Entretanto, a seca está sempre vinculada à dificuldade de acesso à água. Para verificar o acesso à água na época da seca, foram usados os intitulamentos ter água encanada, ter necessidade de coletar água para o consumo da família e dos animais na época de seca e se havia água para os animais em épocas de seca. O acesso à água encanada pode, *a priori*, proteger as famílias de uma possível estiagem. Caso a família não tenha esse acesso, o poço artesiano seria uma garantia. Mas, a família pode não ter acesso a nenhum desses meios de abastecimento, restando apenas a coleta, onde há mais risco de acidentes e de garantia da qualidade. A falta de água para os animais pode atingir econômica e psicologicamente essas famílias. Como muitas dessas são produtoras de leite, estabelecem uma relação duradoura com seus animais, e vê-los com sede ou serem obrigados a vendê-los pode não ser apenas uma perda produtiva. A seguir, a tabela 7 mostra as variáveis referentes ao acesso e qualidade da água durante a seca.

Tabela 7 – Variáveis referentes ao acesso e a qualidade da água em períodos de seca: ter água encanada, ter água para os animais, necessidade de coleta, ter água para consumo familiar e qualidade satisfatória da água consumida

		Frequência	Percentual
Tem água encanada para consumo familiar	Não	5	16,7
	Sim	25	83,3
Tinha água para os animais na época da seca	Não	1	3,3
	Sim	29	96,7
Precisavam coletar água para a família na época da seca	Não	29	96,7
	Sim	1	3,3
Precisavam coletar água para os animais na época da seca	Não	2	6,7
	Sim	28	93,3
Na época da seca tinham água para o consumo da família	Não	1	3,3
	Sim	29	96,7
Na época da seca a água era de boa qualidade	Não	3	10,0
	Sim	27	90,0

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Com base na tabela 8, 83% das famílias entrevistadas têm acesso à água encanada e 97% não precisaram coletar água para a família no período de seca. Para o mantimento dos animais, segundo 97% das famílias, não faltou água, mas 93% precisaram coletar água para eles.

Os funcionamentos que estão vinculados a esses intitamentos são, em períodos de seca, ter água para o consumo da família e ser a qualidade da água boa. Na época da seca, 97% das famílias mantiveram o acesso à água para seu consumo e 90% afirmaram que sua qualidade era boa.

Para saber se as famílias entrevistadas tiveram um consumo satisfatório de água mesmo com a seca, é preciso verificar se, independente do modo como são abastecidas, elas tiveram esse acesso e se ele tinha boa qualidade. Abaixo são apresentadas as tabelas 8 e 9 que mostram a relação entre os intitamentos supracitados e o consumo familiar de água na época de seca e sua qualidade.

Tabela 8 – Consumo familiar de água na época da seca, considerando o acesso à água encanada, a necessidade de coleta de água para consumo familiar e de animais e o acesso à água para os animais em épocas de seca

		Na época da seca tinham água para o consumo da família	
		Não	Sim
Tem água encanada para consumo familiar	Não	1	4
	Sim	0	25
Precisavam coletar água para a família na época da seca	Não	1	28
	Sim	0	1
Precisavam coletar água para os animais na época da seca	Não	1	1
	Sim	0	28
Tinha água para os animais na época da seca	Não	1	0
	Sim	0	29

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Tabela 9 – Qualidade da água para consumo familiar na época da seca, considerando o acesso à água encanada, a necessidade de coleta de água para consumo familiar e de animais e o acesso à água para os animais em épocas de seca

		Na época da seca a água era de boa qualidade	
		Não	Sim
Tem água encanada para consumo familiar	Não	0	5
	Sim	3	22
Precisavam coletar água para a família na época da seca	Não	3	26
	Sim	0	1
Precisavam coletar água para os animais na época da seca	Não	0	2
	Sim	3	25
Tinha água para os animais na época da seca	Não	0	1
	Sim	3	26

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

A maioria das pessoas, 25, tem acesso à água encanada e o abastecimento foi mantido sem cortes em tempos de seca, não havendo necessidade de coleta de água para o consumo familiar durante esse período. Quanto à qualidade, 22 famílias das que têm água encanada disseram que sua qualidade era boa. Os casos que disseram ser a água ruim reclamaram que esta estava com excesso de cloro, com gosto de areia. O único caso de falta de água para o consumo familiar durante a seca é de uma família que não tem acesso à água encanada.

Já, quando perguntados sobre a necessidade de coletar água para os animais, 28 entrevistados afirmaram positivamente, mas disseram que não houve falta de água para os bichos, ou seja, os açudes podem ter diminuído o nível de água, mas não secaram por completo. Além disso, afirmaram que a água era de boa qualidade. Somente uma família precisou se desfazer da única vaca por não ter como lhe garantir água e um rapaz sofreu um acidente ao coletar água, perdendo um dedo da mão.

Em razão da disseminação do acesso à água encanada no município e por este contar com muitos mananciais, verifica-se que, considerando os resultados, as famílias realizaram, mesmo durante a seca, o funcionamento acesso à água, que engloba consumo e qualidade. Assim, as pessoas são menos vulneráveis à falta de água e menos propensas a terem problemas de saúde derivados dessa falta. Este não é um fator de vulnerabilização e empobrecimento entre a maioria dos entrevistados. Isso pode ser explicado pela preocupação com o abastecimento em períodos de não-seca, que garantem o acesso mesmo quando a água é escassa.

Assim, pode-se concluir que a seca afetou a maioria dos entrevistados mais em perdas de produção agrícola e não propriamente no que tange o abastecimento de água para consumo humano e animal. Portanto, as medidas de combate à seca se mostram eficazes no que tange o acesso e a qualidade da água, sendo este funcionamento realizado.

6.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

O funcionamento aspectos econômicos aqui é constituído pelos intitamentos econômicos acesso ao financiamento, ao seguro agrícola e a renda. Um fato que compromete a realização desse funcionamento, além do acesso é a necessidade de garantia, através da propriedade, para obtê-los. A tabela abaixo mostra o acesso aos intitamentos econômicos

financiamento e seguro agrícola e a necessidade ou não de colocar a propriedade como garantia de pagamento.

Tabela 10 – Acesso ao financiamento e ao seguro agrícola e necessidade de garantia de financiamento através da propriedade

		Frequência	Percentual
Tem acesso ao financiamento	Não	2	6,7
	Sim	28	93,3
Fizeram seguro agrícola em razão das secas	Não	3	10,0
	Sim	27	90,0
A propriedade está sendo usada como garantia de financiamento	Não	25	83,3
	Sim	5	16,7

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Entre os entrevistados, 93% têm acesso ao financiamento e 83% não precisam colocar a propriedade como garantia para a sua obtenção. Já, em relação ao seguro agrícola, 90% das famílias o fizeram em razão das secas. A análise destes dados é importante para verificar a capacidade de superação do fenômeno ambiental.

Como previamente destacado, se a propriedade é posta como garantia de pagamento de financiamento, os agricultores perdem proteção. A propriedade engloba a moradia e o trabalho dessas pessoas e que, com a perda dela, tendem a entrar em processo de vulnerabilização e empobrecimento. A tabela 11, a seguir, mostra os acessos ao financiamento e ao seguro agrícola das trinta famílias entrevistadas e, se há necessidade de colocar a propriedade como garantia de financiamento para obter esses intitulos econômicos.

Tabela 11 – Acesso ao financiamento e ao seguro agrícola, mediante garantia de financiamento através da propriedade

		A propriedade está sendo usada como garantia de financiamento	
		Não	Sim
Tem acesso ao financiamento	Não	6,7%	0,0%
	Sim	76,7%	16,7%
Fizeram seguro agrícola em razão das secas	Não	10,0%	0,0%
	Sim	73,3%	16,7%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Grande parte dos agricultores entrevistados, em torno de 73%, tem acesso ao financiamento e ao seguro agrícola e não precisa colocar a terra como garantia de obtenção destes. Isso se deve, segundo os resultados obtidos em pesquisa de campo, a difusão do Pronaf Custeio entre esses agricultores. Este financiamento, oriundo do governo federal, não

requer garantias de pagamento e está vincula o seguro agrícola, Proagro-Mais, que custa 2% do financiamento tomado pelo agricultor familiar e cobre o financiamento para a safra perdida e mais uma quantia monetária para a manutenção da família.

Essas medidas fortalecem os agricultores e são tomadas antes da instalação do processo de seca. Aqui, ressalta-se a importância de políticas públicas para a redução da vulnerabilidade e da pobreza. O acesso ao Pronaf C e ao Proagro-Mais podem não ideais, mas cumprem com o propósito de diminuir a vulnerabilidade do agricultor familiar, principalmente porque não prevê a propriedade como garantia de pagamento. No entanto, os agricultores reclamam do pagamento das dívidas anteriores ao Proagro-Mais, que não conseguem ser quitadas em razão das sucessivas quebras de safra.

Há, ainda, um percentual de pessoas que não acessam o financiamento e o seguro. Geralmente são as pessoas que vivem mais isoladas, que não recebem as informações necessárias para viabilizar esses intitamentos e que têm menos capacidade produtiva.

Além dos acessos ao financiamento e ao seguro agrícola, a renda é um importante intitamento do funcionamento aspectos econômicos. A maioria das famílias possui lavoura de subsistência, o que diminui a importância da renda para a obtenção de alimentos. Entretanto, nos períodos de seca, conforme laudo da Emater de 01/03/2005, em anexo, boa parte dessas lavouras foram perdidas. Muitos vizinhos passaram a se ajudar, trocando os produtos que não secaram ou que estavam estocados. Mas, algumas famílias precisaram comprar alimentos e, nesta situação, a renda foi fundamental para manter a dieta de seus membros.

Busca-se verificar se aqueles agricultores que possuem renda média anual menor são também aqueles que precisaram comprar alimentos em períodos de seca e se estes conseguiram manter o consumo de produtos industrializados nesta época. A tabela 12 confronta a necessidade de comprar alimentos e a manutenção do consumo de bens industrializados.

Tabela 12 – Necessidade de comprar alimentos e manutenção de produtos industrializados para uso pessoal em anos de seca, por extrato de renda média anual, considerando períodos de não-seca

		Média da renda anual em períodos normais	N
Houve necessidade de comprar alimentos	Não	14.993,92	27
	Sim	10.573,65	3
	Total	14.551,89	30
Continuaram a consumir roupas e materiais de higiene	Não	14.907,96	29
	Sim	4.226,00	1
	Total	14.551,89	30

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Aqueles que confirmaram a necessidade de comprar alimentos em períodos de seca têm renda média anual em períodos de não seca menor do que os que não precisaram comprar alimentos. Isso pode ser um indicador de que realmente, as áreas que produzem menos são também as mais atingidas pela seca. No entanto, com base nos resultados, não se pode afirmar que essa relação seja direta. Já, o consumo de roupas e materiais de higiene não se manteve no período de seca por 29 dos 30 entrevistados. Neste caso, a renda não foi o fator que determinou esse consumo. Esse dado pode estar associado a precaução dos entrevistados para manter suas economias durante o maior período possível em detrimento da incerteza sobre as perdas produtivas com a seca.

O laudo de 01/03/2005, em anexo, emitido pela Emater, estima que houve 90% de perdas nas culturas de subsistência durante a seca de 2005. Entre os entrevistados, a perda média de renda com a frustração da safra 2004/05 fica em torno de 80%. Considerando esses dados, pode-se inferir que esses agricultores, que possuíam renda anual média de R\$ 14.551,89 e média de 2 ha para lavoura de subsistência em períodos sem estiagem podem estar em um processo de vulnerabilização e empobrecimento. Analisando a situação de grande parte dessas famílias em anos de chuvas regulares, não se poderia afirmar que essas pessoas são pobres ou vulneráveis no que concerne a renda. No entanto, com as constantes secas, a renda dessas famílias já não é a mesma e sua subsistência está, em muitos casos, comprometida.

Quanto ao financiamento e a obtenção do seguro agrícola, pode-se afirmar que o grupo de entrevistados realiza o funcionamento aspectos econômicos, já em relação à renda, este é realizado em anos de chuvas regulares, mas, com as secas, a renda diminui, e aumenta a necessidade de consumo de alimentos, principalmente entre aqueles que possuem uma renda média anual menor. Assim, o funcionamento aspectos econômicos é realizado parcialmente.

6.5 SEGURANÇA PROTETORA

A segurança protetora é aqui tida como um importante instrumento para diminuir a vulnerabilidade. A ajuda em si é um intitlamento, já o sentimento que ela é capaz de proporcionar, como proteção e melhoria da qualidade de vida, são os funcionamentos segurança protetora. Assim, as famílias foram questionadas quanto à ajuda e ao apoio que receberam da comunidade e das instituições nos anos de seca. Além disso, procurou-se saber se esse apoio foi capaz de ajudar na superação das perdas nestes períodos. A tabela 13, a seguir, traz as respostas das famílias.

Tabela 13 – Variáveis de ajuda recebidas ou não por várias esferas (prefeitura, governos federal e estadual, Emater, Sindicato, Igreja e vizinhos), vontade de permanecer no campo e melhoria da qualidade de vida mesmo com períodos de seca

		Frequência	Percentual
À época da seca receberam ajuda da prefeitura	Não	29	96,7
	Sim	1	3,3
À época da seca receberam ajuda do governo estadual	Não	15	50,0
	Sim	15	50,0
À época da seca receberam ajuda do governo federal	Não	7	23,3
	Sim	23	76,7
À época da seca receberam ajuda da Emater	Não	23	76,7
	Sim	7	23,3
À época da seca receberam ajuda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Não	5	16,7
	Sim	25	83,3
À época da seca receberam ajuda da Igreja	Não	12	40,0
	Sim	18	60,0
À época da seca receberam ajuda dos vizinhos	Não	13	43,3
	Sim	17	56,7
Sentem vontade de permanecer no campo mesmo com a seca	Não	5	16,7
	Sim	25	83,3
Acham a vida melhorou nesses anos de seca	Não	18	60,0
	Sim	12	40,0

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

As famílias se sentiram mais apoiadas pelo governo federal, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pela Igreja e pelos vizinhos. Já, a Emater e a prefeitura não tiveram um bom desempenho quanto a ajuda junto a essas famílias. A maioria, 83%, quer permanecer no campo mesmo com as secas, mas 60% acham que a vida tem piorado nestes anos.

Este funcionamento, além de representar proteção e ajuda, mostra se o problema dessas pessoas está sendo analisado por esferas governamentais e se as medidas, quando

tomadas, são representativas para essas pessoas. Abaixo são apresentadas as tabelas 14 e 15 que mostram a percepção de ajuda em relação a vontade de permanecer no campo e a melhoria da vida dessas pessoas, mesmo nos anos em que ocorreram secas.

Tabela 14 – Desejo de permanecer no campo, considerando a percepção de ajudas recebidas na época da seca

Ajudas recebidas à época da seca		Sentem vontade de permanecer no campo mesmo com a seca	
		Não	Sim
À época da seca receberam ajuda da prefeitura	Não	13,3%	83,3%
	Sim	3,3%	0,0%
À época da seca receberam ajuda do governo estadual	Não	6,7%	43,3%
	Sim	10,0%	40,0%
À época da seca receberam ajuda do governo federal	Não	3,3%	20,0%
	Sim	13,3%	63,3%
À época da seca receberam ajuda da Emater	Não	10,0%	66,7%
	Sim	6,7%	16,7%
À época da seca receberam ajuda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Não	0,0%	16,7%
	Sim	16,7%	66,7%
À época da seca receberam ajuda da Igreja	Não	3,3%	36,7%
	Sim	13,3%	46,7%
À época da seca receberam ajuda dos vizinhos	Não	6,7%	36,7%
	Sim	10,0%	46,7%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Tabela 15 – Melhoria de vida, considerando a percepção de ajudas recebidas na época da seca

Ajudas recebidas à época da seca		Acham a vida melhorou nesses anos de seca	
		Não	Sim
À época da seca receberam ajuda da prefeitura	Não	56,7%	40,0%
	Sim	3,3%	0,0%
À época da seca receberam ajuda do governo estadual	Não	23,3%	26,7%
	Sim	36,7%	13,3%
À época da seca receberam ajuda do governo federal	Não	13,3%	10,0%
	Sim	46,7%	30,0%
À época da seca receberam ajuda da Emater	Não	40,0%	36,7%
	Sim	20,0%	3,3%
À época da seca receberam ajuda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Não	6,7%	10,0%
	Sim	53,3%	30,0%
À época da seca receberam ajuda da Igreja	Não	23,3%	16,7%
	Sim	36,7%	23,3%
À época da seca receberam ajuda dos vizinhos	Não	23,3%	20,0%
	Sim	36,7%	20,0%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

A tabela 14 mostra que 83% das pessoas entrevistadas sentem vontade de permanecer no campo mesmo com os anos de seca. Ao relacionar este resultado com as ajudas recebidas, não se pode afirmar que estas foram decisivas para o sentimento de permanência no meio rural. Entre as ajudas que a população mais sentiu positivamente, destacam-se o governo federal, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Igreja e os vizinhos. Este resultado mostra que, com exceção do governo federal, as instituições que estão mais próximas e os vizinhos são os que percebem e se mobilizam mais diante do problema dessas famílias.

Já, com base na tabela 15, pode-se afirmar que 40% dos entrevistados sentem que sua vida melhorou, mesmo com os anos de seca. Para este resultado a segurança protetora também não foi decisiva. Mesmo com esta constatação, não se pode dizer, com base nos resultados, que a segurança protetora não tem influência na vida dessas pessoas e na sua decisão de permanecer no campo, no entanto, não é o único fator motivador.

Confrontando as tabelas 14 e 15, tem-se que a maioria das pessoas tem vontade de continuar vivendo no campo, entretanto afirmam que sua vida não tem melhorado nestes anos de seca. Isto pode representar um processo de vulnerabilização e pobreza, que poderá acarretar no êxodo rural de alguns entrevistados. Assim, apesar de receberem ajuda de boa parte das instituições e comunidade, estas famílias não estão sendo capazes de superar as perdas econômico-sociais geradas com a seca, portanto o funcionamento segurança protetora

não está sendo realizado plenamente. Esta insuficiência de assistência pode não ser somente um problema atual, mas futuro.

Assim, considerando os grupos de funcionamentos destacados, tem-se que os serviços públicos, aspectos econômicos e segurança protetora não foram realizados, prejudicando a qualidade de vida das famílias. Já, os funcionamentos cuidados ambientais e acesso e qualidade da água em períodos de seca ajudaram no fortalecimento desses agricultores diante da seca. A seguir é apresentada uma tentativa de percepção de vulnerabilidade e seca.

6.6 PERCEPÇÃO DE VULNERABILIDADE

A percepção da evolução do estado de vulnerabilidade entre os entrevistados procura saber se as pessoas foram capazes de manter seu bem-estar nos períodos de seca. Sen (1999a) se dedicou a elaboração de trabalhos sobre a fome e considera a capacidade de se nutrir adequadamente o mais “primitivo” dos funcionamentos do homem. Assim, para comparar o bem-estar antes e depois da seca, foram relacionados a mudança na alimentação e a necessidade de comprar alimentos. Com isso, pretende-se verificar se, diante da perda do auto-consumo, houve a contrapartida da compra de alimentos.

Junto à nutrição adequada, ou pelo menos desejada pela família, está a manutenção de acesso à água em períodos de seca. Busca-se analisar se as famílias que não puderam manter sua alimentação também sofreram com a falta de água. Por fim, foi perguntado se as famílias achavam que ao terem uma propriedade maior poderiam manter por mais tempo o auto-consumo e teriam menos perdas de produção. A tabela 16 traz a disposição dos dados.

Tabela 16 – Acesso e qualidade da água em períodos de seca, defesa da seca em relação ao tamanho da propriedade, alimentação durante a seca, necessidade de comprar alimentos e consumo de bens não-agrícolas durante a seca

		Frequência	Percentual
O acesso e a qualidade da água ficaram iguais no período de secas	Não	18	60,0
	Sim	12	40,0
Se tivessem uma propriedade maior poderiam se defender mais da seca	Não	12	40,0
	Sim	18	60,0
A alimentação se manteve igual no período de seca	Não	14	46,7
	Sim	16	53,3
Houve necessidade de comprar alimentos	Não	27	90,0
	Sim	3	10,0
Continuaram a consumir roupas e materiais de higiene	Não	29	96,7
	Sim	1	3,3

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

No que concerne ao acesso e à qualidade da água durante os períodos de secas, 60% das famílias não os manteve. Já, quanto à alimentação, 53% disse que ela se manteve inalterada nos períodos de estiagem e 90% disse que não houve necessidade de comprar alimentos. As tabelas 17 e 18 confrontam, respectivamente, a manutenção do auto-consumo e a necessidade de compra de alimentos com o acesso e qualidade da água durante a seca e o tamanho da propriedade.

Tabela 17 – A percepção sobre a alimentação no período de seca, considerando as relações sobre acesso e qualidade da água em períodos de seca e tamanho da propriedade suficiente para as atividades agrícolas da família

		A alimentação se manteve igual no período de seca	
		Não	Sim
O acesso e a qualidade da água ficaram iguais no período de secas	Não	26,7%	33,3%
	Sim	20,0%	20,0%
Se tivessem uma propriedade maior poderiam se defender mais da seca	Não	13,3%	26,7%
	Sim	33,3%	26,7%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Entre as trinta famílias, o maior percentual, 60%, diz não ter mantido o mesmo acesso e qualidade da água em tempos de chuvas regulares e de seca. No entanto, a maioria dos que não teve o mesmo acesso a água, 33%, manteve a alimentação igual nos períodos de chuvas regulares e de seca. Com base nos resultados, não se pode inferir que aquelas famílias que tiveram problemas com a qualidade e acesso à água também tiveram dificuldades para manter sua alimentação nos períodos de seca.

A maioria dos entrevistados, 60%, acredita que se tivesse uma propriedade maior poderia se defender mais dos efeitos da seca. Dentre os que consideram que mais terras disponíveis para a produção são capazes de diminuir os efeitos da seca, 33%, tiveram diminuição da alimentação no período de seca. Em razão da pouca diferença percentual que há entre aqueles que consideram que mais terras garantem mais proteção contra a seca e que mantiveram ou não a sua alimentação nos períodos de seca, não se pode afirmar que há uma relação direta entre aqueles que tiveram sua alimentação diminuída e aqueles que têm menos terras. Por isso, o tamanho da propriedade não está relacionado, considerando-se a amostra, à manutenção de auto-consumo em períodos de seca. A seguir, são relacionados à qualidade e acesso à água e o tamanho da propriedade com a necessidade de compra de alimentos.

Tabela 18 – Necessidade de compra de alimentos na época da seca, relacionada ao acesso e qualidade da água em períodos de seca e o tamanho da propriedade suficiente para as atividades agrícolas da família

		Houve necessidade de comprar alimentos	
		Não	Sim
O acesso e a qualidade da água ficaram iguais no período de secas	Não	53,3%	6,7%
	Sim	36,7%	3,3%
Se tivessem uma propriedade maior poderiam se defender mais da seca	Não	30,0%	10,0%
	Sim	60,0%	0,0%

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Aqui, há uma diferença percentual que pode significar uma perda de qualidade e de volume alimentar. Enquanto 90% dos agricultores disseram não haver necessidade de compra de alimentos no período de seca, 46% disseram que a alimentação mudou no mesmo período. Portanto, 36% das pessoas que tiveram problemas com suas culturas de subsistência não repuseram estes alimentos, caracterizando uma provável perda nutricional. Dentre aqueles que não tiveram necessidade de comprar alimentos, 53% teve mudanças no abastecimento e qualidade de água e 60% acha que o tamanho de sua propriedade é insuficiente para se proteger dos efeitos da seca.

Considerando a diferença percentual que há entre os entrevistados que tiveram a alimentação alterada no período de seca e aqueles que tiveram necessidade de comprar alimentos, estas famílias podem estar passando por um processo de vulnerabilização nutricional. Portanto a seca pode ser percebida como um fator de vulnerabilização grave, já que afeta o mais elementar dos funcionamentos e ela não está relacionada ao tamanho da propriedade.

6.7 PERCEPÇÃO DE SECA

Como já foi mencionado, Santo Cristo enfrentou 7 secas nos últimos 10 anos. Este fato pode caracterizar um processo de vulnerabilização e empobrecimento das famílias que vivem no interior do município. Diante disto, pretende-se saber, através da percepção de seca, se as famílias entrevistadas têm a real dimensão dessas sucessivas secas e se estão buscando a diversificação de suas atividades econômico-produtivas, para diminuir a sua vulnerabilidade frente à prática agrícola.

A diminuição da vulnerabilidade permeia também a mudança de atitude dessas famílias em razão dos sucessivos anos de seca. Para tanto, é preciso saber se as famílias estão

tendo uma real percepção deste fenômeno e de sua periodicidade alarmante. Após, verificou-se se as famílias estão procurando diminuir sua vulnerabilidade econômica através da diversificação das atividades. Os resultados podem ser examinados na tabela 19 a seguir.

Tabela 19 – Variáveis de diversificação econômico-produtivas: membros da família trabalhando fora da UPA, exercendo atividades não-agrícolas, produção de animais para abate e de leite para venda, prática de atividades de beneficiamento e existência de renda não-agrícola

		Frequência	Percentual
Algum membro da família trabalha fora da unidade de produção (UPA)	Não	26	86,7
	Sim	4	13,3
Algum membro da família exerce atividade não agrícola	Não	26	86,7
	Sim	4	13,3
Produzem animais de abate para venda	Não	21	70,0
	Sim	9	30,0
Produzem leite para venda	Não	4	13,3
	Sim	26	86,7
Exercem atividades de beneficiamento	Não	18	60,0
	Sim	12	40,0
Tem renda não-agrícola	Não	14	46,7
	Sim	16	53,3

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Entre as famílias, 87% não possuem membros trabalhando fora da unidade de produção ou exercendo atividades não-agrícolas. Já, 53% destas famílias afirmam ter renda não-agrícola. Uma importante fonte não-agrícola de renda, conforme observado nos questionamentos da pesquisa de campo, é oriunda da aposentadoria. A maioria, 87%, produz leite para venda, o que não ocorre em relação à produção de animais para abate e à prática de atividades de beneficiamento.

Igualmente como as medidas contra a vulnerabilidade gerada por fenômenos ambientais não devem ser emergenciais, as famílias que vem sendo atingidas pelas secas não devem esperar que nova seca se instale para pensar em alternativas econômico-produtivas que diminuam sua vulnerabilidade. A prática de atividades não-agrícolas, a produção de leite e de animais para venda, além de atividades de beneficiamento que agregam valor, podem diminuir a vulnerabilidade daqueles que antes só dependiam da agricultura. Aquelas famílias que estão mais estreitamente dependentes da produção agrícola tendem a sentir mais rápido e intensamente os períodos de seca, em razão de sua vulnerabilidade econômico-produtiva.

Assim, pretende-se analisar se as famílias que mais vezes sentem a seca nos últimos 10 anos são aquelas que exercem menos práticas de diversificação econômica que diminuam sua vulnerabilidade econômico-produtiva. A tabela 20 apresentada abaixo apresenta essa relação.

Tabela 20 – Percepção de seca, por média de anos, durante a última década, e a prática de atividades de diversificação econômico-produtiva: membros da família trabalhando fora da UPA, exercendo atividades não-agrícolas, produção de animais para abate e de leite para venda, prática de atividades de beneficiamento e existência de renda não-agrícola

Atividades de diversificação econômico-produtiva		Quantas vezes sentiram a seca em sua propriedade nos últimos dez anos	
		Média	N
Algum membro da família trabalha fora da unidade de produção	Não	7,0	26
	Sim	4,3	4
Algum membro da família exerce atividade não agrícola	Não	7,0	26
	Sim	4,3	4
Produzem animais de abate para venda	Não	6,2	21
	Sim	7,6	9
Produzem leite para venda	Não	7,5	4
	Sim	6,5	26
Exercem atividades de beneficiamento	Não	7,7	18
	Sim	5,0	12
Tem renda não agrícola	Não	7,4	14
	Sim	5,9	16

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados da pesquisa de campo.

Em média, aquelas famílias que não tem membros trabalhando fora da unidade de produção, que não desempenham atividades não-agrícolas, que não têm animais de abate para venda, que não produzem leite para venda, que não exercem atividades de beneficiamento e que não têm renda não-agrícola, sentiram a seca 7 vezes em sua propriedade neste últimos 10 anos. Entre os que exercem essas atividades econômico-produtivas, o número médio de secas sentidas foi de 6 vezes.

A única atividade, entre as listadas pela pesquisa, que teve a percepção de seca mais elevada entre os que a exercem foi a criação de animais para abate. Isso pode ser um indício de que essa atividade não diminua a vulnerabilidade das famílias entrevistadas.

Com base nos dados, pode-se intuir que aquelas pessoas que exercem práticas de diversificação econômico-produtivas estão menos suscetíveis aos fenômenos ambientais, no entanto, não se pode afirmar com certeza, que estão menos vulneráveis. Outro dado

interessante é que algumas famílias sentiram a seca em mais de sete vezes nos últimos 10 anos. A percepção das secas pode estar vinculada as perdas dessas famílias. Estando findada a análise dos resultados, o próximo capítulo apresenta a conclusão do trabalho.

7 CONCLUSÃO

Discutir o desenvolvimento envolve muitas dimensões e complexidades, sendo necessário destacar aquelas que são prioritárias em determinadas análises. Neste trabalho, o desenvolvimento proposto é aquele ético, considerando o modo segundo o qual as pessoas gostariam de viver, e multidimensional, conquistado através da eliminação da vulnerabilidade e da pobreza. Assim, o desenvolvimento é visto como uma situação na qual a pobreza e a vulnerabilidade são superadas e o bem-estar da população é disseminado. A relação entre desenvolvimento como diminuição da pobreza já aparece bastante na literatura estrangeira, principalmente nos documentos do Banco Mundial, mas esta relação com a vulnerabilidade está muito restrita, sendo a vulnerabilidade ainda relacionada a fenômenos ambientais, tidos isoladamente, sem considerar as condições sócio-econômicas das populações atingidas por estes fenômenos.

A pobreza tem várias dimensões e pode ser qualificada pela supressão de vários fatores, dependendo da sociedade a qual pretende-se trabalhar. Ou seja, uma pessoa pode ser pobre em determinada comunidade, que vive sob alguns valores e ser considerada não-pobre em outra que possui outros valores. Este é o caso de Santo Cristo que, quando comparado com outros municípios que passam por secas, como os do sertão do nordeste brasileiro, pode não ser visto como vulnerável ou pobre. Porém, a definição de pobreza utilizada segue a Abordagem das Capacitações, segundo a qual pobres são aquelas pessoas que não têm a liberdade de levar a vida que julgam ser a melhor e, diante das sucessivas secas, sem uma recuperação ambiental, essas pessoas podem estar em um processo de empobrecimento, decorrente do aumento da vulnerabilidade, e deixando de viver como gostariam.

Já, a vulnerabilidade tem uma característica temporal, que a diferencia em termos de análise da pobreza. A vulnerabilidade está vinculada a algum fator que abale a vida das pessoas e representa a qualidade de vida das mesmas e a capacidade de recuperação que estas têm ou não perante este fator exógeno. No caso de Santo Cristo, há uma vulnerabilidade ambiental mais latente do que a sócio-econômica que, com as sucessivas estiagens, caracterizou-se por secas. Essa vulnerabilidade ambiental está cada vez mais próxima das questões sócio-econômicas, em razão das perdas produtivas. Assim, as políticas de

desenvolvimento rural nesta região devem visar a recuperação ambiental como medida de combate à vulnerabilidade e à pobreza.

Portanto, esses fatores, desenvolvimento, pobreza e vulnerabilidade, mostram-se claramente interligados. Este trabalho tentou destacar essa ligação visando chamar a atenção para a necessidade de se pensar o desenvolvimento rural dentro dessa dinâmica, buscando diminuir cada vez mais a pobreza, e sabendo que isso depende da diminuição da vulnerabilidade. Porém, aqui não se esgota a discussão acerca de nenhum desses fatores, mas procura-se ressaltar a necessidade de discuti-los em conjunto. Para tanto, propõe como referencial teórico a Abordagem das Capacitações, por considerar que esta consegue abranger a complexidade e a multidimensionalidade do desenvolvimento, da pobreza e da vulnerabilidade.

Considerando-se o caso de Santo Cristo, verificou-se que a condição de agente dos entrevistados tem ajudado no fortalecimento dos mesmos diante da seca. São, na sua maioria, famílias que participam da vida comunitária, reivindicam seus direitos e acessam mecanismos governamentais de fortalecimento econômico-produtivo. Assim, a rede de relações sociais é um mecanismo importante de defesa contra a vulnerabilidade e a pobreza.

Com base nos resultados, tem-se que os intitamentos e os funcionamentos selecionados se relacionam, a exceção da educação formal como motivador de conhecimento e participação política. Também, foi constatado que os funcionamentos e intitamentos, principalmente os econômico-produtivos são afetados negativamente pela seca. Há, também intitamentos que não são convertidos em funcionamento, que independem do processo de seca, como nos serviços de saúde que, mesmo havendo acesso, não são convertidos em atendimentos médicos satisfatórios, provavelmente por razão de sua qualidade.

Tem-se que as famílias entrevistadas estão fortemente vinculadas ao meio ambiente e, com a degradação ambiental, estão mais vulneráveis ao fenômeno seca. Isto compromete intitamentos, no caso os ambientais, e funcionamentos, como os ambientais e os econômico-produtivos. Além disso, há uma queda do bem-estar dos entrevistados e, diante do descontentamento com as perdas que sofrem a cada seca, que vêm ocorrendo anualmente, podem, em pouco tempo, não viver mais do modo que consideram melhor.

As famílias que vêm sendo afetadas pela seca querem mais do que ajudas emergenciais. A eficácia de medidas tomadas antes da instalação de uma nova seca pode ser

verificada através da disseminação do acesso à água encanada. Isso garantiu, apesar da seca, que as famílias mantivessem seu consumo de água praticamente inalterado.

A seca já deu sinais de que não é um fato isolado, ocorrendo sete vezes na última década, com períodos de estiagem cada vez mais intensos e duradouros. Conversando com as famílias percebe-se que a região passa por um processo de degradação ambiental que deve, segundo os próprios entrevistados, estar relacionado a esses períodos de seca. Essa é uma limitação importante do trabalho, que não incluiu mais claramente a percepção ambiental das famílias, preocupando-se apenas com as atitudes que essas tomavam em relação ao meio ambiente, como se praticam ou não técnicas de conservação de solos. Este pode ser um ponto explorado em trabalhos futuros.

Além disso, o trabalho não incorporou a questão do gênero na análise de pobreza e vulnerabilidade, por considerar que isto se distanciaria da tentativa de verificar a relação da seca com esses estados. No entanto, com a pesquisa de campo, verificou-se que as mulheres podem ser mais vulneráveis que os homens, mesmo naquelas famílias aqui consideradas não-vulneráveis. Além da degradação ambiental, a vulnerabilidade das mulheres pode ser explorada em outros trabalhos que visem analisar o desenvolvimento rural.

A pesquisa não pretendeu avaliar todos os agricultores do município de Santo Cristo e chegar a um resultado que se restrinja a essa população. Procurou-se trabalhar em cima de diversidade, com a pretensão de estender a discussão e exemplificar a necessidade de se formularem políticas de desenvolvimento de baixo para cima. Foi respeitada a diversidade entre as famílias como condição para se estabelecer uma análise mais ampla. Além disso, para este tipo de análise, que busca verificar se as pessoas estão vivendo do modo como gostariam, a pesquisa *in loco* é importante para perceber as demandas dessas pessoas, mesmo que tenha uma limitação, pelo tempo e pelos custos que acarreta, do número de entrevistas, mas, como já foi previamente colocado, o objetivo estava na diversidade e não na totalidade.

Outra contribuição do trabalho está na tentativa de construir uma análise que não considera os indicadores econômicos tradicionais, como a renda. Trabalhar com a Abordagem das Capacitações traz novamente a diferenciação entre meios e fins, esquecida pela economia tradicional. Esta Abordagem pode estar sujeita a muitas críticas, por ser nova e pouco compreendida, porém é papel da Academia buscar novos desafios e entendimentos, tentando evoluir na busca de um melhor conhecimento das necessidades e demandas das pessoas.

Este trabalho não esgota a discussão acerca do desenvolvimento, da pobreza e da vulnerabilidade, porém tenta ressaltar a necessidade de discuti-los em conjunto. Com base nas revisões bibliográficas e nas entrevistas realizadas, verificou-se que os agricultores familiares estão fortemente vinculados aos elementos naturais e tiveram suas vidas modificadas em razão da seca. Além disso, a falta de políticas públicas que tratem a seca como um fenômeno econômico-social e não isolado tem aprofundado o processo de vulnerabilidade e pobreza entre os agricultores.

O desafio deste trabalho estava em lidar com objetos multidimensionais e complexos que são a pobreza e a vulnerabilidade, além de tentar operacionalizar a Abordagem das Capacitações. Mesmo com todas as limitações aqui apresentadas e com a simplificação da metodologia, sua validade está em tentar contribuir para a discussão sobre vulnerabilidade e pobreza e desenvolver uma abordagem de desenvolvimento não-tradicional.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, S. **The capability approach as a development paradigm?**. 2003. Trabalho apresentado na Conference “ Examining Sen’s Capability Approach”, Pavia, 2003. Disponível em: <http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi/sem/papers/alkire.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2005.

ALVES, M. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Campus. 2003.

ARAÚJO, A. E.; BARBOSA, M. P.; MORAES NETO, J. M. Geoprocessamento no estudo de degradação ambiental e dos riscos a desastres no município de Sousa, Paraíba, desde uma perspectiva social. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 11, 2003, Belo Horizonte. **Anais XI SBSR**. São José dos Campos: INPE, 2003. p. 1715-1724. Disponível em: http://marte.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2002/11.18.09.50/doc/14_360.pdf. Acesso: 01 abr. 2005.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e redução da pobreza**: reflexão e perspectiva. 2004. Preparado para as reuniões anuais de 2004 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Disponível em: www.obancomundial.org. Acesso: 30 mar.2005.

BLANCK, E. C. **Litigation as a tool for development**: the environment, human rights, and the case of Texaco in Ecuador. *Journal of Public and International Affairs*, New Jersey ,v. 15, 2004. Disponível em: <http://www.princeton.edu>. Acesso em: 28 jul. 2005.

BRASIL. Governo Federal. <http://www.brasil.gov.br>. 2005. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br> . Acesso em: 15 abr. 2005.

BUCKNALL, J.; KRAUS, C.; PILLAI, P. **Poverty and the environment**. Washington, D.C.: The World Bank, 2001. Disponível em: <http://lnweb18.worldbank.org>. Acesso em: 13 dez. 2004.

CHAMBERS, R. Vulnerability, coping and policy. In: **IDS Bulletin**, Brighton , v. 20, n. 2, p. 1-7. abr. 1989.

DOLGBERG, F. A livestock development approach contributes to poverty alleviation and widespread improvement of nutrition among the poor. **Livestock Research for Rural Development**, Cali, v. 13, n. 5. Oct. 2001. Disponível em: <http://www.cipav.org.co/lrrd/lrrd13/5/dolb135.htm>. Acesso em: 24 jun. 2005.

COSBEY, A. **A capabilities approach to trade and sustainable development**: using Sen’s conception of development to re-examine the debates. New Jersey. International Institute for Sustainable Development, 2004. Disponível em: <http://www.princeton.edu>. Acesso: 28 jul. 2005.

- COMIM, F. **Capabilities and poverty-environment links**. 2004. Disponível em: <http://www.environmentimes.net.article> . Acesso em: 22 out. 2004.
- COOPERATIVA MISTA SÃO LUIZ LTDA. <http://coopermil.com.br>. Santa Rosa, 1997. Disponível em: <http://www.redeagro.com.br/cooper/copermil.htm>. Acesso em: 02 ago. 2005.
- COSTA, A. M. **Reciclagem do lixo: uma alternativa sustentável de trabalho e renda**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Administração Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- DASGUPTA P., MALER K. **Poverty, institutions, and the environmental-resource base**. Washington, D.C.: The World Bank, 1994. (World Bank Environment Paper, n. 9). *apud* REARDON, T.; VOSTI, S. A.. **Links between rural poverty and environment in developing countries: asset categories and investment poverty**. 1995. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science> . Acesso em: 12 jan. 2005.
- DILLEY, M.; BOUDREAU, T. **Coming to terms with vulnerability: a critique of food security definition**. Food Policy, n. 26, 2001. *apud* JOHN, J. D. An institutionalist political economy perspective of risk and vulnerability. In: A Joint World Bank/COLUMBIA UNIVERSITY WORKSHOP: ASSESSMENT OF HIGH-RISK DISASTER HOTSPOTS, 2001, Palisades, NY. Disponível em: <http://www.proventionconsortium.org>. Acesso em: 24 jun. 2005.
- DUARTE, R. **Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil**. 2004. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/pobreza/duarte.pdf>. Acesso em: 01abr. 2005.
- DULCOS, J. **Vulnerability and poverty: a few distinctions**. 2002. Disponível em: <http://www.ecn.ulaval.ca>. Acesso em: 24 jun. 2005.
- DUTRA NETO, C.; LUZÓN BENEDICTO, J.L. **Desenvolvimento rural: um estudo de caso no Estado da Bahia, Brasil**. 2004. Disponível em: www.ub.es/medame/Claudionor/20% Dutra.pdf.. Acesso em: 27 nov. 2004.
- EGER, II. **Disaster risk management as integrated tool for sustainable resource management in rural áreas: experiences from Peru**. IN: INTERNATIONAL SOIL CONSERVATION CONFERENCE, 12., 2002, Beijing. 2002. Disponível em: <http://www.tucson.ars.arg.gov/isco/isco12/volume1/DisasterRiskManagement.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2005.
- ELLIS, F.; BIGGS, S.. **Evolving themes in rural development 1950s-2000s**. Development Policy Review, Oxford, v.19, n. 4, p. 437-448, 2001. Disponível em: <http://www.blackwell-synergy.com>. Acesso em: 23 jul. 2005.
- EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. <http://www.emater.tche.br>. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.emater.tche.br> Acesso em: 28 jul. 2005.

EVASO, A. S. et al.. **Desenvolvimento sustentável: mito ou realidade?**. Terra Livre. São Paulo, p. 11-12, ago. 1993. *apud* GIANANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1998.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. : <http://www.fee.rs.gov.br>. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br>. Acesso em: 11 jan.2005.

FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRÍCOLA. **Hacia una región sin pobres rurales**. Chile, 2000.

_____. **Informe sobre la pobreza rural 2001: el desafío consistente en acabar con la pobreza rural**. 2001. Disponível em: <http://www.ifad.org>. Acesso em: 22 jul.2005.

FOLADORI, G.. **Avances y Límites de la sustentabilidad social**. Economía, Sociedad y Territorio. v.10, n.12, p. 621-637, 2002. Disponível em: <http://www.cmq.edu.mx>. Acesso em: 28 jul. 2005.

FLORES, M.. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPLANT, 2003.

GAMBOA, L. F.; CASAS, A. F.. **La propuesta de Sen: una aplicación a la calidad de vida en Colombia**. Economics Analysis Working Papers, La Coruña, v. 1, n. 13, Nov. 2002. Disponível em: <http://eawp.economistascoruna.org/archives>. Acesso em: 28 jul.2005.

GASPER, D.. **Is the capability approach an adequate basis for considering human development?** 2001. Trabalho apresentado na Conference “ Examining Sen’s Capability Approach”, London. Disponível em: <http://cfs.unipv.it> Acesso em: 28 jul. 2005.

_____. **Conceitualizing human needs and well-being**. Trabalho para “The International Workshop on Researching Well-being in Development Countries”, Delmenhost, Alemanha, 2004. Disponível em: <http://www.welldev.org.uk/news/hanse-pdfs/gasper-2-full.pdf>. Acesso em: 28 jul.2005.

GIANANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1998.

GIMARÃES, R. P. **La ética de la sustentabilidad y la formulación de políticas de desarrollo**. 1998. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros>. Acesso em: 28 jul. 2005.

GUANZIROLLI, C. E. at al. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. 2000. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao>. Acesso em: 22 maio 2005.

HAAS, C. A. Projeto de estágio em bovinocultura. 2004. Trabalho de Estágio (curso técnico em agropecuária) - Estadual Técnica Fronteira Noroeste. Santa Rosa, 2004.

HAYES, A.C. Poverty reduction and environmental management. In: HAYES, A. C.; NADKARNI, M. V. (Ed.). **Poverty, environment and development: studies four contries in the Asic Pacific Region**. Bangkok: UNESCO Asia and Pacific Regional Bureau for Education, 2001. Disponível em: http://www.unescobkk.org/rushsap/povertypdf/CH_06.PDF. Acesso em: 27 nov.2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <http://www.ibge.gov.br/>. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jan.2005.

JOHN, J. D. An institutionalist political economy perspective of risk and vulnerability. In: A Joint World Bank/COLUMBIA UNIVERSITY WORKSHOP: ASSESSMENT OF HIGH-RISK DISASTER HOTSPOTS, 2001, Palisades, NY. Disponível em: <http://www.proventionconsortium.org>. Acesso em: 24 jun. 2005.

KUHN, D. D. **O microcrédito como instrumento de desenvolvimento rural no município de Constantina/RS: a Abordagem Seniana de desenvolvimento**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

LEITE, J. A. A.; LEITE, P. S. Uma investigação do problema do semi-árido nordestino com destaque para a Paraíba. In: I ENCONTRO SOBRE ALTERNATIVAS ECONÔMICO-SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 1., 1984, João Pessoa. [**Anais Ministério da Educação e Cultura UFPB**]. [João Pessoa], [1984]. V.2.

LETICHE, J. M. Prefácio. In: SEN, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.9-13.

MARMITT, P. A. **Por que migrar**. Santo Cristo: Amstad, 1997.

MASKREY, A. Reducing global disasters. In: INGLETON, J. (Ed.). **Natural disaster management**. Leicester, UK: Tudor Rose, 1999 Apud YODMANI, S. **Disaster risk management and vulnerability reduction: protecting the poor**. 2005. Trabalho apresentado a The Asia and Pacific Forum on Poverty, Bangkok. Disponível em: <http://unpan1.un.org>. Acesso em: 24 jun. 2005.

MAY, T. **Pesquisa social: questões métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAYORGA, F. D. O et al. **Capital social, capital físico e a vulnerabilidade do sertanejo: o caso das comunidades de Lustral e Sítio Lagoa no município de Tauá, Ceará**. RER, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p-111-132, 2004. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 30 mar. 2005.

McGREGOR, J. A. **A poverty of agency: resource management amongst poor people in Bangladesh**. Draft, 2000. Disponível em: <http://staff.bath.ac.uk>. Acesso em: 24 jun. 2005.

MENASCHE, R. **Percepções e projetos: agricultura familiar em mudança: o caso da região de Santa Rosa, Noroeste do Rio Grande do Sul**. 1996. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MENDES, R. D. [Apresentação do livro *Desigualdade Reexaminada*]. In: SEN, A.. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 11-28.

MERICO, L. F. K. **Introdução à economia ecológica**. Blumenau: Editora da FURB, 1996.

MUSEU MUNICIPAL DE SANTO CRISTO. **Uma viagem ao passado e uma relação com o presente**. Santo Cristo, 2004.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n.43, 2001. Disponível em: www.ufrgs.br/pgdr. Acesso em: 27 nov.2004.

NEW CHALLENGES FOR WELFARE STATE RESEARCH. **The challenge of vulnerability for the Colombian welfare system**: the case of Bogotá. 2003. Trabalho apresentado no “Annual meeting of the research committee on poverty, social welfare and social policy”, da International Sociological Association, Madri, 2003. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca>. Acesso em: 24 jun. 2005.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização do conceito. Brasília: Edições IBAMA, 2002, p. 21-26.

OLIVEIRA, T.; DURAIAPPAH, A. K.; SHEPHERD, G. Increasing capabilities through an ecosystem approach for the drylands. In: **The global drylands imperative**. UNEP, 2003. Disponível em: <http://www.iisd.org> . Acesso em: 27 nov. 2004.

PENNA, C. G. **O estado do planeta**: sociedade do consumo e degradação ambiental. Rio de Janeiro: Record, 1999.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de desenvolvimento humano – 2001**: fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano. 2001. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso: 30 mar. 2005.
_____. **Relatório de desenvolvimento humano – 2002**: aprofundar a democracia em um mundo fragmentado. 2002. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: 30 mar.2005.
_____. **Atlas do desenvolvimento humano**. 2005. Disponível em: www.undp.org.br. Acesso em: 15 abr. 2005.

PORSSE, M. C. S. **A abordagem da capacitação de Amartya Sen**: uma perspectiva multidimensional do desenvolvimento. Ensaio teórico apresentado ao Curso de Doutorado em Administração (PPGA/EA/UFRGS), para atender as exigências do segundo exame de qualificação, Porto Alegre, 2003.

PRESSMAN, S.; SUMMERFIELD, G. **The economics contributions of Amartya Sen**. *Review of Political Economy*, Abingdon, v. 12, n. 1, 2000, p. 89-113.

RANIS, G. **Human development and economic growth**. Yale: Economic Growth Center Yale University, 2004. (Center discussion paper, n. 887). Disponível em: <http://www.econ.yale.edu>. Acesso em: 28 jul.2005.

RAVALLION, M. **On hunger and public action**. Washington, D.C.: The World Bank, 1991. Working papers – Agriculture and Rural Development. Disponível em: : <http://www-wds.worldbank.org>. Acesso em: 24 jun. 2005.

REARDON, T.; VOSTI, S. A. **Links between rural poverty and environment in developing countries: asset categories and investment poverty**. 1995. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science> . Acesso em: 12/01/05.

REDEAGRO: <http://www.redeagro.com.br/cooper/copermil.htm>. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.redeagro.com.br/cooper/copermil.htm>. Acesso em: 02 ago. 2005.

RIGG, J. **Food security, vulnerability and risk: linking food, poverty and livelihoods**. 2001. Disponível em: <http://www.ssc.ruc.dk/inco/activities/deskstudies/Food%20security-pdf>. Acesso em: 24 jun. 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. www.estado.rs.gov.br. Porto Alegre, 2005. Disponível em: www.estado.rs.gov.br. Acesso em: 15 abr. 2005.

ROMAO, M. C. **Pobreza: conceito e mensuração**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1993.

SACHS, I. **Codesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
_____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SATTERTHWAITE, D. **Pobreza rural e urbana, entenda as diferenças**. Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos, v. 6, n. 3, 2001. Disponível em: <http://usinfo.state.gov>. Acesso em: 10 dez.2004.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. **Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul**. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v.8, n.15, p.117 - 149, 2000. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/>. Acesso em: 04 jan. 2005.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. **Caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v.39, p. 117-142, 2001. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/>. Acesso em: 09 jan. 2005.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações**. Lisboa: Terramar, 1999 a.

_____. **Sobre ética e economia**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999b.

SHAFFER, P. **New thinking on poverty: implications for poverty reduction strategies**. Trabalho preparado para The United Nations Department for Economic and Social Affairs (UNDESA) Expert Group Meeting on Globalisation and Rural Poverty, 2001. Disponível em: <http://www.un.org>. Acesso em: 24 jun. 2005.

SHYAMSUNDAR, Priya. **Poverty-environment indicators**. Washington, D.C.: The World Bank, 2001. Disponível em: <http://lnweb18.worldbank.org>. Acesso em: 12 jan. 2005.

SMITH, A. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

THE WORLD BANK. **Measuring vulnerability**. 2004. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org>. Acesso em: 24 jun. 2005.

_____. **Attacking Poverty**. 2000. (World Development Report 2000-01). Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org>. Acesso em: 11 jul. 2005.

TODOROVA, Z. K. Entitlement to food and employment. **O economicus**, New Jersey, v. 5, 2001. Disponível em: <http://iml.umkc.edu/econ/oeconomicus/volumev>. Acesso em: 28 jul. 2005.

TRIBUNA LIVRE. Santo Cristo: Tribuna Livre, 17 maio 2002 – 11 mar. 2005

UNITED KINGDOM. Department for International Development et al.. **Linking poverty reduction and environmental management: policy challenges and opportunities**. Washington, D.C.: The World Bank, 2002. (Working Paper, n. 24824). Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org>. Acesso em: 12 jan. 2005.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Poverty reduction through ecosystem management**. 2002. Disponível em: www.global.finland.fi/koyhyys. Acesso em: 27/11/2004.

WAQUIL, P. D.; MATTOS, E. J. **Distribuição de renda no Rio Grande do Sul: um comparativo entre o rural e o urbano**. 2002. Disponível em: <http://www.fee.tche.br>. Acesso em: 27 nov. 2004.

WAQUIL.P. D.; GIANLUPPI, L. D. F.; MATTOS, E. J. **As múltiplas dimensões do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**. 2004. Disponível em: <http://www.fee.tche.br>. Acesso em: 15 nov. 2004.

WOODROWN; ANDERSON. **Rising from the Ashes**. 1989. Apud NEW CHALLENGES FOR WELFARE STATE RESEARCH. **The challenge of vulnerability for the Colombian welfare system: the case of Bogotá**. 2003. Trabalho apresentado no “Annual meeting of the research committee on poverty, social welfare and social policy”, da International Sociological Association, Madri, 2003. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca>. Acesso em: 24 jun. 2005.

YODMANI, S. **Disaster risk management and vulnerability reduction: protecting the poor**. 2005. Trabalho apresentado a The Asia and Pacific Forum on Poverty, Bangkok. Disponível em: <http://unpan1.un.org>. Acesso em: 24 jun. 2005.

APÊNDICE – Questionário

Verificando as vulnerabilidades dos agricultores familiares frente à seca

Condição de moradia.
Composição familiar.
Composição da produção da unidade familiar.

Nos últimos dez anos, quantas vezes a seca foi sentida na sua propriedade?
Desenvolvimento intelectual

O senhor (a) frequentou a escola? Sim () Até qual série? Não ()

Por que não estudou mais?

Qual a distância da sua casa a escola mais próxima?

Vocês recebem ajuda do governo para manterem as crianças na escola? (Bolsa Educação) Sim ()
Não ()

Vocês têm acesso ao transporte escolar? Sim () Não ()

Que tipo? Ônibus () Caminhão () Micro Ônibus () Particular () Outro

Alguém na sua casa parou de estudar ao longo desses anos de seca? Sim () Não ()

Em **caso positivo**, qual atividade passou a desempenhar? Dentro ou fora da propriedade?
Vocês participam de algum curso para aprender novas atividades ou para aprimorar as técnicas agrícolas? Sim () Não ()

Em **caso positivo**, qual? (nome da pessoa e o curso)

Esses cursos melhoram a vida de vocês? Sim () Não () Por que?

Vocês acham que, aprendendo outras atividades não-agrícolas, como fabricação de bolachas, detergentes, artesanato, ficam mais fortalecidos para enfrentar os períodos de estiagem? Sim ()
Não () Por que?

Se **não**, por que? Falta de oferta? Sim () Falta de interesse? Sim () Falta de tempo? () O assunto não interessa? Sim () Outros

Bem-estar Físico:

Qual a distância da casa de vocês ao posto de saúde?

Havendo necessidade de ir ao médico, que tipo de transporte é utilizado?
Particular () Municipal () Vizinhos ou parentes () Outro () Qual?

Alguém na família ficou doente (mental ou fisicamente), ou se machucou, como consequência do período da seca? Sim () Não ()

Em **caso positivo**, que doença?

Em **caso positivo**, precisou de atendimento médico? Sim () Não ()
E recebeu? Sim () Não ()

Vocês recebem atendimento médico através do: SUS () Plano de saúde () particular ()

Vocês acham que, quando precisam de atendimento médico, são bem atendidos? Sim () Não ()
Por que?

Na época da seca, vocês tinham acesso a água para consumo da família? Sim () Não ()

Como era o abastecimento? Torneira () Caminhão pipa () Coleta () Outro
Em **caso de coleta**, qual a distancia?

Vocês consideram que a qualidade da água era: Ótimo () Bom () Ruim () Impróprio ()

Na época da seca, vocês tinham acesso a água para consumo das atividades produtivas (animal e agrícola)? Sim () Não ()

Como era o abastecimento? Torneira () Caminhão pipa () Coleta () Outro
Em **caso de coleta**, qual a distancia?

Vocês consideram que a qualidade da água era: Ótimo () Bom () Ruim () Impróprio ()

O acesso e qualidade da água pioraram nos períodos de seca? Sim () Não () Por que?

Sobrevivência:

Na seca, a lavoura de subsistência foi reduzida? Sim () Quanto? Não ()

Em **caso positivo**, como isso afetou vocês?

Em **caso positivo**, houve necessidade de comprar alimentos? Sim () Não ()

A alimentação de vocês diminuiu ao longo dos períodos de seca? Sim () Não ()

Em **caso positivo**, o que prejudicava a manutenção dos mantimentos: Falta de dinheiro () Distância do mercado () Outros

Em razão do período de seca, vocês deixaram de consumir roupas, sapatos, bens de higiene?
Sim () Não ()

Acessos ambientais:

Vocês consideram as terras que fazem uso boas para o cultivo? Sim () Não () Por que?

Vocês acham que a seca provocou mais estragos em razão das:

Características físicas do solo? Sim () Não ()
Se **sim**, quais?

Características químicas do solo? Sim () Não ()
Se **sim**, quais?

Características do relevo? Sim () Não ()
Se **sim**, quais?

Vocês exercem práticas de conservação de solos, como terracimento, plantio direto, adubação verde? Sim () Não ()

Se **sim**, quais?

Vocês têm acesso a irrigação? Sim () Não ()

Em **caso positivo**, na época da seca, vocês mantiveram a irrigação? Sim () Não ()

Vocês acreditam que, se tivessem uma propriedade maior, poderiam se defender mais em relação a seca? Sim () Não () Por que?

Aspectos econômicos:

Vocês acham que a renda de vocês diminuiu nestes anos de seca? Sim () Não () Por que?

Vocês tiveram que usar alguma poupança no período de seca? Sim () Não ()

Vocês estão com dívidas (formais ou informais) em razão da seca? Sim () Não ()

Em **caso positivo**, qual o montante?

Em **caso positivo**, como pretendem pagar?

Têm acesso a crédito ou financiamento? Sim () Não ()

Em **caso positivo**, quais?

Em **caso positivo**, destina-se a atividade agrícola? Sim () Não ()

Em **caso positivo**, o crédito/financiamento é formal (banco, cooperativa)? Sim () Não ()

Fizeram o seguro agrícola em razão das secas? Sim () Não ()

Em **caso positivo**, qual?

Por que?

Sua propriedade está sendo usada como garantia para algum financiamento? Sim () Não ()

Vulnerabilidade:

Nos períodos de seca, vocês receberam ajuda (de qualquer tipo, não apenas financeira) da:

Entidade	Ajuda		De que tipo?	Isso te fortaleceu?
	Sim	Não		
Prefeitura				
Governo estadual				
Governo federal				
Emater				
Sindicato				
Cooperativas	(qual?)			
Igreja				
Vizinhança				

O ganho das atividades não-agrícolas foi importante no período de seca? Sim () Não () Por que?

Vocês participaram de atividade de reivindicações por ajuda aos atingidos pela seca?

Sim () Não ()

Por que?

Vocês consideram essas atividades importantes? Sim () Não ()

Algum membro da família migrou para a cidade por causa dos períodos de seca? Sim () Não ()

Em **caso positivo**, por que?

Vocês sentem vontade de abandonar o campo por causa dos períodos de seca? Sim () Não () Por que?

Vocês acham que a vida de vocês piorou depois desses períodos de seca? Sim () Não () Por que?

Na opinião de vocês, o que mais piorou com os períodos de seca?
O que vocês acham que deveria ser feito para que a seca não afetasse tanto a vida de vocês?

LAUDO DE PERDAS DO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO

Reuniu-se nesta manhã de 1º de março de 2005, a equipe técnica deste município, representando a Coopermil, Cotrirosa, Escritório de Planejamento, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretaria da Agricultura e EMATER-RS/ASCAR, para discutir as perdas que estamos tendo com a seca, que está afetando a região.

Com o agravamento da falta de chuva, aumentou-se as perdas abrangendo todo o município, chegou-se a conclusão dos seguintes percentuais de perda:

Milho: 51%, Soja 89 %, Leite 50%

Nas culturas de subsistência as perdas são de 90%, nas pastagens perenes e anuais as perdas são de 95% , na produção de hortaliças a nível doméstico as perdas são de 99%, já na produção comercial as perdas são de 60%.

Bovinocultura está com grandes problemas de alimentação e abastecimento de água, pois há vários arroios e fontes secas ocasionando grandes perdas na produção de leite e carne.

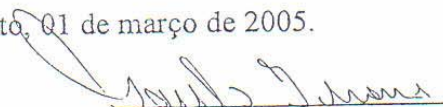
Suinocultura está exigindo investimento urgentes para o abastecimento de água para a manutenção dos planteis.

Água Potável, estamos enfrentando problemas no abastecimento de água em algumas comunidades, onde devem ser feito investimentos em redes de água, poços e proteção de fontes.

Nos reflorestamentos, fruticultura e matas nativas já há mortes de árvores.

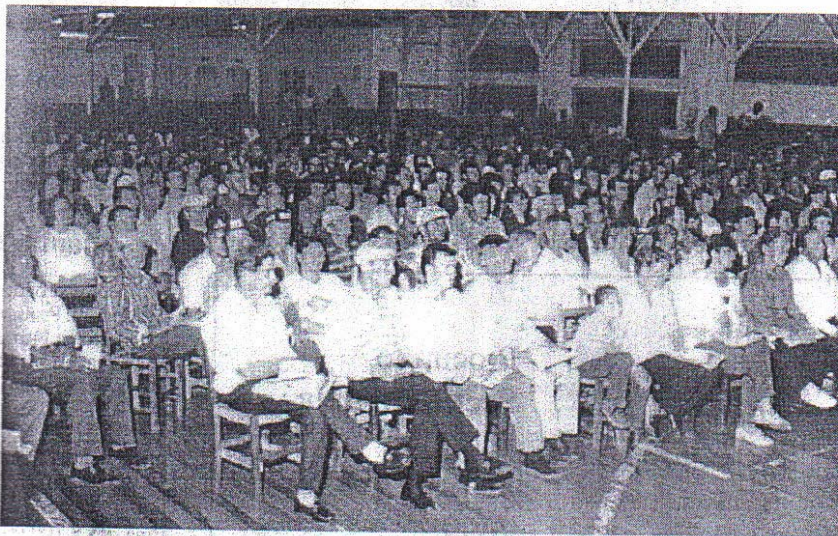
Estas informações aqui concluídas são da atual situação, caso a seca venha persistir por mais alguns dias a situação pode agravar.

Santo Cristo, 01 de março de 2005.


Engº Agrº Paulo Schons
Chefe do Escritório
EMATER/RS- ASCAR

Orçamento Participativo Estadual

Agricultura é prioridade em S.Cristo



Público presente na assembléia do Centro Social, na cidade de Santo Cristo

As Assembléias Municipais do OP/RS realizadas em Bom Princípio Baixo e na cidade de Santo Cristo na sexta-feira, dia 10 de maio, tiveram a participação de um total de 732 credenciados e 695 votantes. Na oportunidade representantes do Governo do Estado apresentaram prestação de contas do Exercício anterior, enfatizando principalmente a situação dos programas, obras e investimentos eleitos prioritários nas assembléias do ano anterior. Os participantes realizaram ainda duas votações, escolhendo as prioridades do município para o orçamento 2003 do Governo do Estado.

Obras e Serviços

A agricultura foi escolhida como investimento prioritário no item Obras e Serviços. O programa RS Rural - Agricultura Familiar recebeu 442 votos, e Comercialização através de equipamentos locais de abastecimento, 93 votos. A educação ficou em segundo lugar, com obras de ampliação da Escola Leopoldo Ost, construção de salas de aula e secretaria para o ensino supletivo e educação de jovens e adultos, e materiais pedagógicos e equipamentos para as escolas Nossa Senhora Aparecida, Santa Teresinha, Pio XII, Nicolau Riffel e Santo An-

tônio. Receberam votos, também, Habitação (programa de habitação rural), saúde (Municipalização solidária), gestão ambiental e saneamento (implementação do sistema de esgotos na cidade e sistemas de coleta e tratamento em pequenas comunidades), transporte e circulação (asfaltamento de Bom Princípio a Porto Vera Cruz e calçamento de Bom Princípio Alto a Bom Princípio Baixo), Segurança (mais 11 policiais e uma viatura nova) e Cultura, com a construção de espaço cultural permanente.

Desenvolvimento

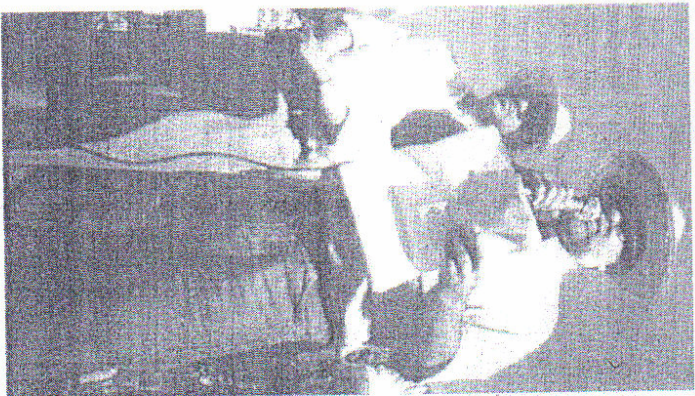
Na temática de desenvolvimento, novamente a agricultura foi escolhida como principal prioridade nas assembléias do OP/RS realizadas no município de Santo Cristo. Dentro deste tema, os programas mais votados foram o fortalecimento da agricultura familiar, o programa Agregar-RS (financiamento a pequenas agroindústrias) e a reforma agrária. A Geração de Trabalho e Renda foi o segundo tema mais votado, com os programas mais votados foram o Primeiro Emprego, fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas, Economia Popular e Solidária, e o Programa Qualificar/RS.

Seguro agrícola já é realidade

Na tarde da segunda-feira aconteceu em frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo o pagamento do seguro agrícola aos agricultores que tiveram lavouras de milho atingidas pela estiagem. Estiveram presentes à solenidade o Secretário Estadual da Agricultura e Abastecimento Angelo Menegatti (foto ao lado), o prefeito Canísio Ost, o diretor de crédito do Bannrural José Dura Fonseca, o Coordenador Estadual do Seguro Agrícola Régis Belém, e diversas autoridades e lideranças regionais e municipais.

Em Santo Cristo 725 produtores foram beneficiados

Os valores pagos aos agricultores a título de indenização pelos prejuízos sofridos com a estiagem foram fixados com base no levantamento de perdas de colheita feito pelo IBGE. No município de Santo Cristo foram beneficiados 725 agricultores, que optaram pelo encambara-mento do seguro quando adquiriram as sementes de milho através do programa Itoca-Itoca. Na solenidade da segunda-feira o Secretário Menegatti entregou simbolicamente o pagamento do seguro à agricultora Jacinta Freisleben, da Linha Orion, que recebeu o pagamento em nome dos agricultores.



Mostra em Santo Ângelo reuniu mais de 150 variedades de sementes crioulas

Paralelamente ao 18º Torneio Sol a Sol, realizado no domingo que passou na localidade de Rincão do Sossego, aconteceu a 1ª Mostra e Troca de Sementes Crioulas de Santo Ângelo. A mostra reuniu mais de 150 variedades de sementes crioulas da região, disponibilizadas por 50 agricultores. Um destaque especial foi uma variedade de feijão, que há 20 anos vem sendo cultivada na propriedade da agricultora Eva da Rosa, da comunidade Comandã.

Mais de 300 pessoas puderam levar para suas propriedades sementes de diversas culturas. A mostra e troca de sementes crioulas, segundo a extensionista de bem-estar da Emater/RS, Marita Minetto, alcançou seus objetivos de proporcionar as famílias rurais o intercâmbio de sementes, resgatar antigas tradições e incentivar a produção orgânica e ecológica. A atividade propiciou aos agricultores conhecerem e trocarem entre si sementes que herdaram dos seus pais e avós.

Sementes apresentam vantagens

A agricultora Célia Wendl, moradora da comunidade do Comandã, levou à mostra e distribuiu sementes de alfaces crioulas que recebeu de parentes do Paraná e cultivava há 20 anos. "Eu acho que é uma ótima idéia esta da Emater/RS. Porque a gente sempre ouviu falar que é importante trocar as sementes de local de cultivo. E também conseguimos sementes que nós não tínhamos", disse dona Célia.

A extensionista Marita Minetto explica que a



Semente de feijão crioulo, uma das espécies trocadas na mostra

anos produzem frutos nas propriedades rurais. "Diferente das sementes híbridas, vendidas nos mercados atualmente, que tem produção garantida por apenas um ou dois anos, as sementes crioulas passam de geração em geração", explica a extensionista. Segundo os agricultores estas sementes tem muitas vantagens. "Esta é uma semente mais resistente à seca e que produz uma alface mais durável", disse dona Célia, sobre suas sementes de alface. A agricultora Natália Barichelo Czekalski, da comunidade Barra do São João, que levou à mostra sementes de feijão crioulo, afirmou que "ele não precisa de muito adubo e dá em qualquer terra. Além disso, ele produz sempre, não precisa estar comprando todo ano. E ao colher, secar e guardar. Além disso, o feijão

Seguro Agrícola sem definição

"O plantio está aí e não se vê medida objetiva do governo do Estado para garantir o Seguro Agrícola aos produtores gaúchos." Assim, o deputado Elvino Bohn Gass (PT) reagiu às manifestações feitas pelo governador Rigotto na Espanha, dando conta de que o Estado vai esperar por um projeto de seguro federal. "Ora, o Rio Grande do Sul segurou seus produtores de 1999 a 2002 sem que FHC mexesse uma palha em nível federal", reclama Bohn Gass. Em viagem pela Europa, o governador recebeu da Maripá, maior seguradora espanhola, proposta de parceria com o Baniusil para entrar no mercado gaúcho através da venda de seguro agrícola. O governador disse que a exigência de um subsídio governamental de 55% feita pela empresa inviabiliza a negociação. "Não custa lem-

brar que no Governo do PT houve subsídio governamental de até 93%. Mas esta é uma questão de vontade política," diz Bohn Gass. A adesão, ou não, de novas seguradoras no processo do Seguro não é, conforme o deputado petista, impeditivo nem justificativa para o atraso que já se verifica no RS. "A Secretaria de Agricultura prorrogou o contrato com a LIBE (empresa que operava o seguro no governo Olívio), mas não toma medida prática. O governador diz que vai esperar. Ora, os agricultores estão sendo anula-dos, é evidente", manifesta Bohn Gass. Até o momento, o governo Rigotto empenhou apenas R\$ 160 mil dos R\$ 9,760 milhões orçados (1,6% do total) referentes ao seguro. A dotação de 2003 é superior à de 2002 (68% a mais). "Ou seja, o problema não é falta de previsão orçamentária", afirma o deputado.

Sindicatos organizam Abaixo Assinado sobre Seguro Agrícola



Agricultores assinaram pedido de mais verbas para seguro

A redução dos recursos de R\$ 2 milhões para R\$ 5,9 milhões em 2004 pelo governo do Estado está motivando uma emenda popular encaminhada pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região no sentido de aumentar em R\$ 1,5 milhões a verba para o Seguro Agrícola. Um abaixo-assinado está sendo encaminhado pelos sindicatos para pressionar o governo neste sentido. Além da ampliação dos recursos, os sindi-

catos também querem a ampliação do seguro para as atividades agropecuárias, não atingidas pelo troca-troca de sementes.

As entidades apontam de qual rubrica deveriam sair estes recursos, qual seja, da propaganda do governo do Estado e do montante destinado para o Parque de Exposições de Estiço.

O seguro agrícola, conforme o presidente do STR de Santo Cristo José Seger, "é uma conquista dos agricultores através da luta sindical no governo Olivo, e é tarefa nossa lutar pela sua continuidade e principalmente pela sua melhoria para que o agricultor possa produzir com mais tranquilidade".

Nesta semana começaram a ser encaminhados os projetos o Seguro para a Saúde

1.176 agricultores optaram pelo Seguro Agrícola em Santo Cristo

Mesmo tendo obtido bons resultados na safra de milho, passada em termos de rendimento da produção, os agricultores não amanharam a área plantada no município e nem dispensaram a possibilidade de segurar a lavoura. Em todo município, foram realizados 1.176 contratos de Seguro Agrícola. Em relação ao número de segurados em 2001, ano em que houve perdas na safra e ressarcimento das despesas por parte da seguradora, quando apenas 725 aderiram, o número de segurados aumentou em 60%. Naquele ano os agricultores receberam R\$ 165.00 pelos prejuízos causados pela estiagem.

Em todo estado este número também cresceu de 25 mil apólices em 2001 para 63 mil nesta safra. Os dados demonstram que a credibilidade no programa vem crescendo, na me-

diada que os agricultores percebem os resultados concretos.

Segundo do Secretário Municipal da Agricultura Ricardo Diel, a maioria dos agricultores que fizeram seguro na prefeitura seguraram 2 hectares. Ricardo também destaca que existe uma discussão entre os secretários municipais da agricultura no Estado no sentido de o governo entregar a segurância imediatamente ao agricultor em vez de realizar o seguro. O argumento principal desta ideia é o fato de todos os agricultores serem beneficiados e não engordar os bolsos de uma seguradora de fora do Estado.

O Estado precisa buscar uma seguradora particular porque a seguradora pública, Cia União de Seguros, foi privatizada na gestão do governador Antônio Brito, fato que encarece muito a apólice.

Prefeitos preocupados com a seca

Por convocação do Presidente da entidade representativa dos municípios da região, Prefeito Afonso Lucio Perius, reuniram-se na quarta-feira, tendo por local a sede Ass. dos Municípios da Grande S. Rosa, os Prefeitos da região, representantes do Escritório Reg. da Emater, Coord. da agricultura, Sind. Rurais e Regional dos Sind. de Trab. Rurais, oportunidade em que foi feita uma abordagem da situação vivida em cada município com a falta de chuvas, bem como a que será realizada

em termos de comunicação às autoridades estaduais e federais com a diminuição na produção agrícola, principal fonte de renda dos municípios da região.

Segundo o que pode ser colhido pela Secretaria Executiva da Associação dos Municípios, a quebra na região preocupa tanto aos plantadores como a população em geral, que mesmo com as chuvas que caíram no final da tarde e noite de ontem, ainda assim, já existe uma diminuição acentuada na produção especialmente de grãos.

Estiagem prolongada causa prejuízos às lavouras



Mais de 2.300 estabelecimentos rurais foram afetados, bem como a piscicultura e as culturas de subsistência. Apesar da chuva ocorrida no final da tarde de terça-feira a situação não foi amenizada, pois a precipitação foi em torno de 15mm, o que é muito pouco para o longo período de seca e a maioria das lavouras não tem condições de reversão. Porém, se persistir a estiagem a perda será ainda maior e até o fornecimento de água por parte do município será prejudicado, pois a vazão dos poços artesanais também será afetada.

Em razão disso, o Prefeito Municipal de-

cretou no dia 03 de março Situação de Emergência em todo o território do município de Santo Cristo, pelo período de 60 dias. Também o prefeito e o vice participaram de reunião onde prefeitos da região encaminharam aos Governos Estadual e Federal pleitos para minimizar a situação do município.

A Secretaria de Obras vem realizando serviços de abertura de bebedouros, bem como a Secretaria da Agricultura, juntamente com as entidades organizadas estão fazendo o levantamento dos prejuízos. Na quinta-feira uma equipe de defesa esteve no município, tendo em vista proceder no levantamento "in loco" da situação.

Tribuna Livre

Ano III

nº 143

Santo Cristo, sexta-feira, 05 de março de 2004

Santo Cristo decreta situação de Emergência

Tendo em vista a forte estiagem que está afetando a área do município de Santo Cristo, desde o dia 26 de fevereiro último, o prefeito municipal vem mantendo contatos com os órgãos de defesa civil e Idércancas regionais para verificar as medidas a serem tomadas tendo em vista a falta de chuva no município.

Na tarde da última terça-feira, nas dependências da sala de reuniões da Secretaria da Saúde realizou-se uma reunião com a participação de todos os conselheiros e suplentes do COMDAMA, da Emater, da Secretaria da Agricultura, executivo e legislativo municipais e agricultores do município onde foi efetuado um levantamento sobre a situação das lavouras do município com a prolongada estiagem que está assolando a área rural e urbana. Conforme dados levantados na ocasião, verifica-se uma quebra de 60% nas lavouras de soja, 80% nas lavouras de milho safrinha e em torno de 90% nas pastagens, fato este que já reduziria o fornecimento de leite em 30%. Também os riachos, açudes e bebedouros estão com o nível de água muito prejudicado, sendo que alguns secaram completamente, o que aumenta o consumo de água fornecida pela rede municipal, fazendo com que os agricultores tenham mais despesas. Pág 04

Sindicatos organizam pauta de reivindicações da seca

Enquanto estão se avolumando os prejuízos nas propriedades atingidas pela forte estiagem, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais estão organizando a pauta de reivindicações. Segundo o Presidente do STR de Santo Cristo, José Luiz Seger, é inevitável a necessidade de reivindicar auxílios para superar o próximo período, onde os produtores rurais não poderão contar com a safra perdida. Os prejuízos estão por toda parte.

Nesse sentido, a região já recebeu a visita do Ministro Miguel Rosseto que visitou algumas propriedades e na segunda-feira, dia 15, foi realizado um encontro entre a CUT-Missões e a Fetrat-Sul em Carazinho, onde foram definidos os primeiros passos da pauta que tem como principais pontos:

- Anistia do Pronafinho e do Pronaf Custeio;
- Prorrogação da parcela do Pronaf Investimento C, D, e Mais alimento;
- Disponibilização de recursos da Linha Pronaf

TRIBUNA LIVRE Rural

19 de março de 2004

5

- Criação imediata de projeto de seguro de renda para agricultura familiar;
- Instituição de bolsa de manutenção familiar por seis meses no valor de um salário para as famílias atingidas;
- Anistia das sementes de milho do troca-troca;
- Garantias de elaboração imediata de ações imediatas de abastecimento emergencial de água para as propriedades;
- Liberação de recursos do RS Especial Seca;
- Liberação de recursos para safra e pastagens de inverno.

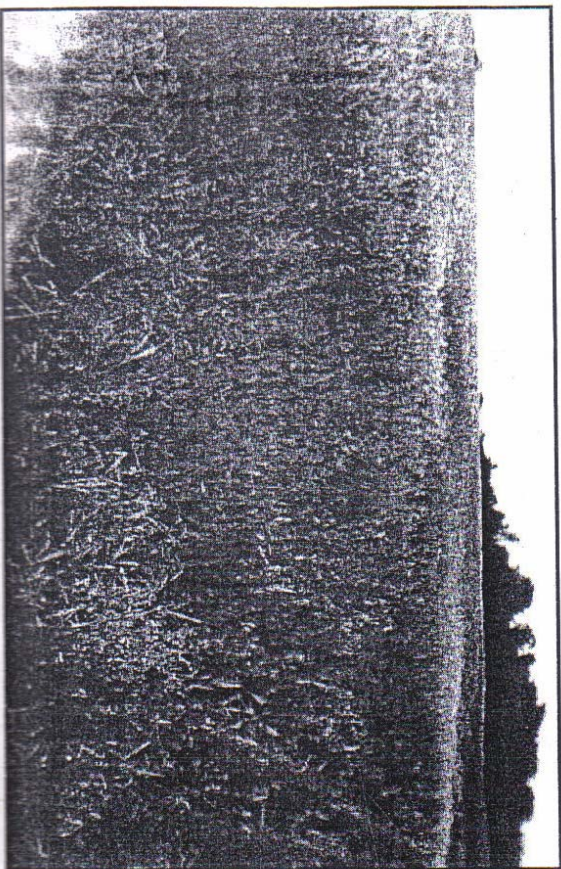
Nos próximos dias, novas reuniões devem ocorrer para os encaminhamentos da pauta

Arinhama Livre

Perdas com a estiagem já chegam a 65% na cultura da soja em Santo Cristo

A falta de chuvas nos meses de fevereiro e início de março causou grandes perdas na agricultura de toda região. Segundo o Engenheiro Agrônomo da Coopermil César Arndt, os municípios mais atingidos na área de abrangência da Cooperativa são Cândido Godói, Tuparendi, e Santo Cristo. Comparando a produção de soja deste ano, com a safra do ano passado, no município de Santo Cristo, se estima uma perda de 65% da produção. Atualmente

as variedades precoces, ainda tem um potencial para uma produção média de 12 a 25 sacas por hectare. Já nas variedades tardias, a perda deverá ser ainda maior, pelo fato da planta ter perdido muitas vagens. "Se não ocorrerem novas chuvas nos próximos dias, a perda pode ser total nestas variedades, por estar no início do preenchimento dos grãos", prevê César. Ele complementa ainda que, no caso da soja transgênica, a maior parte planta-



da no município é tardia.

Na cultura do milho, as perdas variam, mas em média 70% da safinha está perdida.

Já na produção de leite, leve uma baixa significativa, em média 30%, e a queda somente não foi maior, porque os produtores de leite apostaram no trato da criação de milho.

César diz que a Coopermil está preocupada com a situação dos agricultores, e está estudando formas de protogação das dívidas dos produtores com a Cooperativa, porque entendem que neste momento é necessário flexibilizar, para não inviabilizar a agricultura familiar.

Estado anuncia prorrogação do Troca-Troca de milho safrinha

A prorrogação de prazo para quitação de débitos com o programa Troca-Troca de Sementes por, no mínimo, um ano é a primeira medida da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) para amenizar prejuízos causados pela estiagem no Rio Grande do Sul. O secretário Odacir Klein anunciou que proporá o adiamento ao conselho de administração do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento das Pequenas Propriedades Rurais (Feaper) em reunião marcada para ontem. A ação vale apenas para produtores que tenham plantado milho na safrinha (final de novembro), os mais atingidos pela falta de chuva.

Conforme levantamento da Emater, somente na região de Santa Rosa a perda chega a 65% do cultivo. "O Governo do Estado encara o problema da seca com seriedade, mas não vai precipitar soluções", avisou

Klein, ao explicar que o auxílio aos agricultores virá por etapas, assim que for conhecida a extensão do prejuízo.

O coordenador do Feaper, Iberê Orsi, calcula que aproximadamente 15 mil produtores serão beneficiados com a prorrogação. O total da dívida chega a R\$ 1,4 milhão, equivalentes a 530 mil quilos de sementes de milho. A SAA estuda também a possibilidade de criar o Troca-Troca para forrageiras, com objetivo de ajudar as bacias leiteiras, onde as pastagens estão ressecadas pela estiagem.

TRIBUNA LIVRE
Rural**Média de produtividade de soja está baixa devido a seca**

Grande parte da soja plantada nos 15 municípios de abrangência da Emater/RS-Ascar de Santa Rosa já está colhida. Em algumas microrregiões a colheita está mais avançada, como na de Três de Maio, onde já chega a 70% da área. Na microrregião de Pirapó apenas 20% da área foi colhida.

Segundo levantamento realizado pelos escritórios municipais da Emater/RS-Ascar a estiagem que atinge a região desde o início do ano está se refletindo em perdas no momento da colheita. A média de perdas na região, considerando a expectativa de plantio, é de 60%

Em alguns municípios, onde as precipitações pluviométricas foram menores distribuídas, a produtividade está acima da média regional. Entre os municípios onde a colheita está apresentando melhores resultados estão Dr. Maurício Cardoso, Novo Machado, Alegria, Horizontina e Três de Maio, com médias de produtividade oscilando entre 20 e 24 sacas por hectare. Porém, até mesmo nestes municípios em algumas lavouras foram colhidos menos que 10 sacas de soja por hectare, em função do tipo de solo e da tecnologia utilizada.

Em alguns municípios onde as chuvas foram ainda mais escassas, a produtividade está ainda menor. Em Bossoroca e Pirapó estão sendo colhidas em média 4,5 sacas de soja por hectare, somando uma perda de até 86%. Boa Vista do Buricá, Cândido Godói, Dezesseis de Novembro, Porto Lucena, Porto Vera Cruz, São José do Inhacorá, São Pedro do Butiá, Ubiretama e Tuparendi também apresentam médias inferiores a nove sacas por hectare.

Para obtenção destes dados os técnicos da Emater/RS-Ascar realizam semanalmente vistorias nas lavouras e buscam informações junto a agricultores, sindicatos, conselhos municipais, cooperativas, secretarias de agricultura, comissões municipais de agricultura, instituições financeiras e demais entidades municipais. Com a participação das entidades são realizadas periodicamente avaliações da situação das culturas e de suas estimativas de produção. Os dados levantados pela Emater/RS-Ascar são repassados semanalmente a institutos técnicos de informação, como IBGE e também à imprensa de todo país. Mais informações sobre estes dados podem ser obtidas nos escritórios da Emater/RS-Ascar.

Tribuna Livre

Ano IV nº 149

Santo Cristo, sexta-feira, 16 de abril de 2004

Agricultores prejudicados pela seca no Sul terão crédito especial

Os agricultores que sofreram prejuízos com a estiagem no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul poderão obter novos recursos para a lavoura de inverno mesmo sem terem quitado os créditos anteriores. Essa é apenas uma entre um conjunto de medidas que o governo federal pretende anunciar nesta sexta-feira (16). O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, antecipou a adoção da medida durante reunião, em Brasília, com representantes da Federação dos Trabalhado-

res na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag-RS).

Rossetto revelou que essa medida é uma das prioridades do grupo interministerial, que estuda mecanismos de auxílio aos agricultores. "Nós estamos concluindo essas medidas. Aqueles agricultores que obtiveram recursos no banco ou no Pronaf para financiar a lavoura de verão terão condições de conseguir novos financiamentos para a lavoura de inverno, sem antes quitarem o crédito passado," explicou o ministro.

Tribuna Livre

Ano IV

nº 150

Santo Cristo, sexta-feira, 23 de abril de 2004

Governo federal libera R\$ 187 milhões para agricultores atingidos pela seca

O governo federal anunciou a liberação de R\$ 187 milhões para enfrentar as consequências da estiagem no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Dos recursos, R\$ 80 milhões serão usados para financiar a safra de inverno e R\$ 107 milhões irão para medidas adicionais de auxílio aos agricultores atingidos pela seca. O anúncio foi feito em Brasília, nesta terça-feira (20), pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto. Ele classificou as medidas como emergenciais. "O governo quer garantir a continuidade do trabalho na agricultura e na pecuária dos nossos agricultores familiares", explicou Rosseto. Aproximadamente 180 mil agricultores

familiares e assentados da reforma agrária dos quatro estados tiveram perdas superiores a 50% nas culturas de milho, feijão, soja, hortifrutigranjeiros e bovinocultura de leite. Esses agricultores estão localizados em um total de 350 municípios. Os agricultores atingidos pela estiagem respondem por cerca de 120 mil contratos de Programa Nacional de Fomento da Agricultura Familiar (Pronaf), com valores médios de R\$ 2,5 mil por família, sendo que 30% desses contratos são de até R\$ 1 mil.

O ministro do Desenvolvimento Agrário defendeu ainda a criação de um sistema de seguro permanente para a agricultura familiar. "O governo tem um compromisso de trabalhar fortemente neste semestre para que nós definitivamente tenhamos no País um programa permanente e estável de seguro agrícola. Um seguro renda que garanta aos nossos agricultores e agricultoras, em situações como essa, não só a cobertura de financiamento, mas garantia de renda para preservar uma vida digna", afirmou Rosseto.

Trinoma Livre

Ano IV n° 170

Santo Cristo, sexta-feira, 10 de setembro de 2004

Dia histórico para agricultura brasileira

Presidente Lula lança em Brasília o Seguro Agrícola.
Solenidade será acompanhada pelo Dep. Elvino Bohn Gass

"A realização de um sonho" assinou o deputado estadual Elvino Bohn Gass (PT) definiu a criação do Seguro da Agricultura Familiar (Proagro Mais) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) juntamente com o presidente Lula, o deputado participará da cerimônia de lançamento oficial do programa em Brasília as 10h e 30 min de hoje.

O novo Seguro federal é uma alteração do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), e visa minimizar os riscos inerentes à atividade agrícola (Venda-vál, chuva na fase da colheita, seca, granizo, etc). Trata-se de um conjunto de medidas que darão mais segurança à safra dos agricultores familiares", explicou o deputado.

Esta versão do Seguro Agrícola garante os recursos diretos aplicados pelos agricultores (em valor corresponden-

te a 65% da receita líquida esperada do empreendimento) e 100% do valor do financiamento. "Se um agricultor do Grupo Proanal C financiar R\$ 2 mil pelo Proagro Mais, ele pagará R\$ 53,6 (2%) para adesão e terá assegurados R\$ 2.780,00 equivalentes ao financiamento de 100% + 65% da receita líquida esperada", detalhou o parlamentar. "Com a perda total, esse produtor teria 100% do valor do financiamento coberto pelo Programa e ainda receberia R\$ 780,00 de lucro".

Filho de pequenos agricultores, Bohn Gass é um dos maiores defensores do Programa de Seguro Agrícola no Estado. Atualmente, o parlamentar vem denunciando a esvazição do programa de seguro gancho pelo Governo Rigotto e chegou a protocolar pedido de informações à Secretaria de Agricultura sobre o tema.

Convênio entre Banco do Brasil e sindicato liberou primeiros recursos para lavouras

Agricultores familiares de Santo Cristo, já estão sendo beneficiados com recursos para o custeio da sua lavoura de milho, soja e gado de leite safra 2004/2005. A assinatura dos primeiros 12 grupos ocorreu na última quarta-feira de manhã na Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo.

Estiveram presentes os 43 beneficiados e cônjuges, o Gerente Geral do Bando do Brasil, unidade de Santo Cristo Sr. Cleon Luiz Martini Ferreira, o gerente do Banco, Sr. Cláudio Roberto Hesler, os Diretores do Sindicato, Leni Maria Heck e Cláudio Feiden, além de funcionários.

O Gerente da Agência, Sr. Cleon, manifestou a satisfação da comunidade do convênio. Ressaltando o empenho para que os recursos sejam liberados possibilitando o plantio das lavouras e da efetivação do novo sistema de liberação dos recursos com menos exigências. Que o contrato de 8 décadas passa para no máximo três e renova automaticamente após a quitação do seu vencimento.

Da mesma forma o Diretor do STR Cláudio Feiden, expressou a importância do convênio e dando destaque ao anúncio do novo Seguro da

Agricultura -PROAGRO MAIS, anunciado pelo MDA em 31.08.04 onde o agricultor que acessar o Pronaf, paga a mesma contribuição de 2% sobre o valor do custeio e está assegurado 100% do valor além de mais 65% como receita esperada da produção.

O programa do PRONAF apartir da sua implantação, numa conquista do 1º GRITO DA TERRA BRASIL em 1994, com suas vantagens quanto ao subsídio no juro (apenas 4% a.a.), rebate de R\$ 200,00 para o PRONAF e 40 interessados em Santo Cristo, chegaram hoje a ultrapassar os 1300 contratos. O Banco buscou os recursos disponíveis e pelo convênio com sindicato e Emater foram repassados aos agricultores.



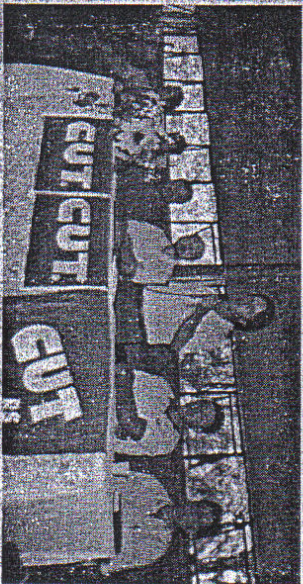
Irio Dierings, um dos beneficiados, assinando contrato.

Fórum dos Rurais promove Audiência Pública sobre a seca

Aconteceu na tarde de última ter-
ça-feira, dia 18/01/05, no Centro
Municipal de Cultura de Santo
Ângelo, uma audiência pública
para discutir a questão da "seca"
que mais uma vez atinge a região.

O encontro foi chamado pela
CUT-Missões, através do Fórum
dos Rurais e participaram STRs, co-
operativas, prefeituras, defesa civil,
coordenadorias da agricultura do
RS, deputado federal Orlando
Desgosti, deputado estadual Elvino
Bohn Cass, secretários da Agricul-
tura e secretário da agricultura fa-
miliar do MDA, Valter Bianchini e
Delegado Estadual do MDA,
Nilton Plínio de Bem.

Segundo José Luis Seger, Presi-
dente do Sindicato dos Trab. Ru-
rais de Santo Cristo e coordena-
dor do Fórum dos Rurais da CUT-
Missões e coordenador do encon-
tro, a participação abrangeu a Re-
gião das Missões e Grande Santa
Rosa. Conforme informações da
Defesa Civil, em torno de 50 mu-
nicípios desta região, já fizeram
pedidos para decreto de emergência,
já que, quase 11 mil cabeças de gado
já foram confirmados.



Nos últimos 4 anos a região Sul vem
sendo sistematicamente atingida por
searas localizadas, até mesmo
dentro do próprio município há situ-
ações diferenciadas, gerando um
desestruturamento forte na Agri-
cultura Familiar, que tem sido a mais
prejudicada de forma acentuada na
produção de milho-seca e leite, os
produtos mais significativos na eco-
nomia, bem como as culturas de sub-
sistência da família.

Conforme levantamento, já se
verificam perdas significativas no
milho de 50%, no leite de 25%,
variando de município para mun-
icípio. A ainda não se pode prever

a quantidade de perdas em outras cul-
turas. E também, em quase todos
os municípios, a carência de água
potável para o consumo humano é
animal.

Esta situação preocupante, foi
discutida durante a audiência pú-
blica.

Aconteceram também discursos
das autoridades que compuseram
a mesa de trabalhos, onde desta-
camos os representantes do MDA,
Valter Bianchini e Nilton de Bem,
colocaram-se a disposição como
representantes do governo federal,
para amenizar a situação, vista por
eles próprios.

Estiagem já afeta a auto-estima do agricultor

Continua a situação de estiagem na região. As altas temperaturas com sol forte, tem provocado um estado psicológico devastador na auto-estima dos agricultores, todos comentam o que passarão nesta última semana, com ventos frios à noite e após temperatura em elevação passando dos 40 °C, provocando uma elevação nas perdas da produtividade esperada para as culturas de soja e milho, além de diminuir o rebrote das pastagens e secar ou baixar muito o nível dos poços e vertentes superficiais, das barragens, aquí-

feres e dos rios.

Esta safra se estabeleceu em cima de uma condição, aliás, pois houve frustração de safra em 2003/2004. Embora a implantação das lavouras de primavera/verão tenham sido boas, no inverno de 2004 as chuvas não chegaram a repor os níveis de água nos rios e vertentes. Iniciou-se os plantios de primavera com falhas de chuvas, veranicos e temperaturas elevadas, e a cada ameaça de chuva antecedida três dias de ventos fortes e quentes. Hoje a situação de estiagem preocupa mais

de que outros temas, mobilizam na região e em cada propriedade um batalhão de pessoas para atenuar seus efeitos.

Esta situação de estiagem está corroendo as economias das propriedades retirando o ânimo das famílias e certamente o quadro de moradores após a estiagem não vai ser o mesmo em muitas localidades, por isso, é importante fazer um trabalho junto as comunidades rurais de resistência, motivação e auto-estima, tentando amenizar as consequências da seca.

Município	Área (ha)	Rendimento: (kg/ha)		21/02/2005	
		No momento do plantio	Soja Milho	Atual	Perc. de Perdas Soja Milho
Alecrim	5700 3000	Soja Milho	Soja Milho	Soja Milho	Soja Milho
C. das Missões	8000 3250	1650 3120	578 936	65 70	70 30
Cândido Godói	12000 6000	2100 2700	630 1890	70 30	40 40
Girú	57000 3500	2100 3600	1050 2160	50 40	70 30
Porto Lucena	4500 1800	1800 2400	1155 1080	45 70	50 50
Porto Vera Cruz	1650 1040	2400 3000	720 1200	60 60	60 53
Porto Xavier	2500 2000	1116 1487	960 1410	60 40	40 40
Santa Rosa	33000 3200	2400 3600	670 890	1200 2700	50 25
Santo Cristo	15000 8000	2400 3600	1080 2880	1080 2880	55 20
Tuparendi	16000 5500	1700 2780	680 973	680 973	60 65

Tribuna Livre

Ano IV nº 193 Santo Cristo, sexta-feira, 11 de março de 2005

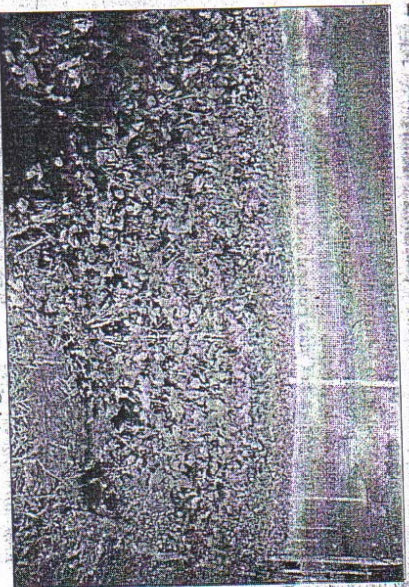
Perda total para soja de Santo Cristo

A cultura da soja está comprometida com a estiagem e precária a todos os níveis, por ser o chefe da economia, com perdas médias até o momento de 74%.

Segundo dados da Emater regional, a situação da cultura agravou-se na última semana, devido à falta de chuvas, forte insolação, altas temperaturas e ventos. A maior parte das lavouras encontra-se no período mais crítico para a falta de umidade, ou seja enchimento de grãos. Está ocorrendo queda acentuada de flores e vagens.

Em recintos com solos mais ricos e pedregosos, a situação é mais precária inclusive com a perda total em algumas áreas devido à morte das plantas.

Os baixos preços são causa de uma preocupação ainda, já que foram feitos muitos investimentos em máquinas e equipamentos e em tecnologia de plantio. O preocupante neste tudo é que a cultura da soja chegou com força em todas as propriedades, não importa o tamanho, na agricultura familiar e a não-agre-



Lavoura de soja de Santo Cristo

ga valor a produção pelo baixo uso da mão de obra familiar e surge como agravio a debilitada situação financeira deste segmento, impedindo a agricultura regional.

Ainda conforme informações da Emater regional estão surgindo pragas e doenças como lagartas e ácaros, oídio, vaguinhas, broca sen-

do que estão sendo controladas com inseticidas químicos e Baculovirus.

Algumas lavouras em muitos municípios estão sendo utilizadas para alimentar os bovinos de leite, na forma de feno, silagem ou pastoreio direto, já que as pastagens estão prejudicadas e a soja não vai produzir grãos. **Pág 05**

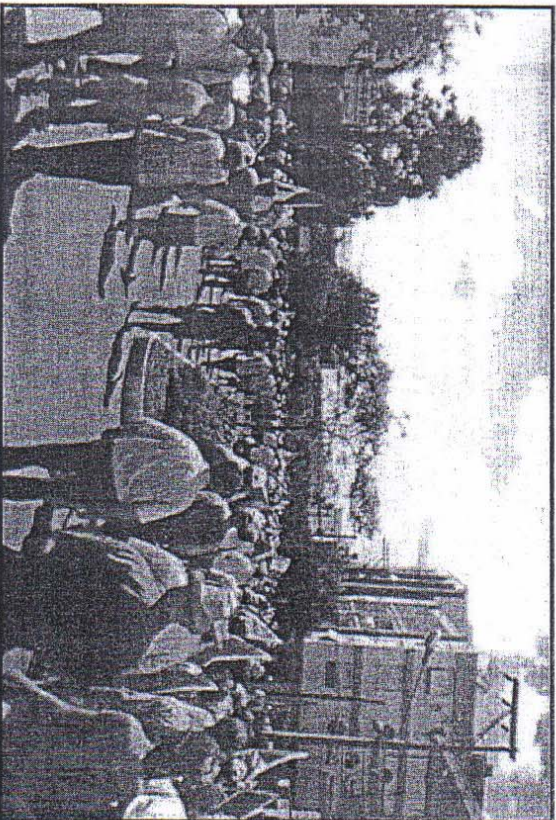
Dados da Emater mostram perdas de 99% para soja em Santo Cristo

A situação da principal cultura da nossa região, a soja, segundo dados da Emater, é desoladora. Na maioria dos municípios próximos a Santo Cristo, as perdas ultrapassam os 90%. Muitos agricultores já estão utilizando a soja para alimentação animal, para não perder completamente o produto, e também para garantir a alimentação do gado que já está ficando escasso.

A preocupação maior no momento é com a falta de água. Muitos açudes e fontes estão secando prejudicando o gado. A produção de leite também já reduziu bastante por falta de pastagens adequadas.

Município	Área ha	08/03/2005		Produção Inicial 1000 kg	Rendimento Atual kg/ha	Produção Atual 1000 kg	Percentual de Perdas %	
		Rendimento Inicial Média de 5 anos kg/ha	Rendimento no momento do plantio kg/ha					
Alecrim	5.700	1.289	1.650	9.405	165	941	90	
Candido Godói	12.000	1.948	2.100	25.200	210	2.520	90	
Porto Lucena	4.500	1.488	1.800	8.100	180	810	90	
Porto Mauá	4.300	1.638	1.650	7.095	660	2.838	60	
Porto Vera Cruz	1.650	1.344	2.400	3.960	240	396	90	
Porto Xavier	2.500	1.116	1.116	2.790	223	396	80	
Santa Rosa	33.000	2.010	2.400	79.200	240	7.920	90	
Santo Cristo	15.000	1.800	2.400	36.000	24	360	99	
Tuparendi	16.000	1.920	1.700	27.200	340	5.440	80	
Média de perda na região Fronteira Noroeste e Missões								78

Agricultores vão a luta para amenizar prejuízos com a seca



A forte estiagem que atinge o Estado mobilizou os agricultores ontem. Aconteceram simultaneamente mobilizações em Erechim, Sameduiva, Espumoso, Três Passos e na nossa região a concentração pública aconteceu no trevo da BR 392 (acesso a Guarani das Missões). O objetivo deste encontro foi a mobilização dos trabalhadores rurais para exigir dos governos estadual e federal, a abertura de um amplo processo de negociações. O movimento que está sendo organizado pelos sindicatos organizados no Fórum dos Rurais da CUT/ Missões, reuniu cerca de 2.000 agricultores na nossa região, dos quais 132 foram de Santo Cristo.

O que pedem os agricultores?

do Governo Estadual

- anistia das dívidas do troca-troca de sementes de milho
- retomada imediata do RS-Especial estíagem para financiamento de redes de água, açudes, irrigações e compra de sementes e insumos para pastagens e culturas de inverno
- retomada imediata do projeto de Seguro Agrícola para a agricultura familiar, garantindo renda mínima dos agricultores e agricultoras nos casos quando ocorrer problemas de intempéries (climáticas) e de queda de renda devido a problemas de mercado
- manutenção das famílias atingidas, através da instituição de crédito de manutenção do valor de 1 salário-mínimo por mês

do Governo Federal

- anistia total do Custeio Pronaf e Proger-Agricultura Familiar de todos os beneficiários atingidos pela estiagem
- prorrogação da parcela dos financiamentos de investimento que vencem em 2004 para o ano após o último vencimento
- disponibilização de recursos para as demandas de investimento
- acesso dos atingidos a futuros financiamentos (sem bloqueio em razão de créditos renegociados e/ou anistiaados por causa da estiagem)
- criação imediata do Seguro Agrícola nacional para agricultura familiar

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)